

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS “SAN
TIAGO DANTAS” (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)

DIEGO LOPES DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA NA AMÉRICA DO SUL E OS
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR

SÃO PAULO

2014

DIEGO LOPES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA NA AMÉRICA DO SUL E OS
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (PUC-SP, UNESP e UNICAMP) para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional.
Orientador: Prof. Dr. Héctor Luís Saint Pierre

SÃO PAULO

2014

Silva, Diego Lopes da.

S586 A construção da confiança na América do Sul e os mecanismos de transparência militar / Diego Lopes da Silva. – São Paulo, 2014.

138 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2014.

Orientador: Héctor Luis Saint Pierre.

América do Sul – Defesa. 2. Conselho de Defesa Sul-americano. 3. Cooperação internacional. 4. Segurança internacional – Aspectos econômicos. I. Autor. II. Título.

CDD 355.03308

DIEGO LOPES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA NA AMÉRICA DO SUL E OS
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (PUC-SP, UNESP e UNICAMP) para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Área de concentração: Paz, defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luís Saint Pierre

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Héctor Luís Saint Pierre (UNESP)

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP)

Suplente: Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Rafael Villa (USP)

Suplente: Prof. Dr. Eduardo Mei

A minha irmã, Fernanda.

AGRADECIMENTOS

Não sei bem como – talvez nem queria saber – mas me cerquei de gente da melhor qualidade durante minha vida. Nem sempre tão perto quanto eu quis, mas com certeza presente de alguma maneira. Foi uma família extraordinária e amigos que, sem dúvida, já fazem parte dela. Acompanhado assim, certamente não são poucos os agradecimentos. Mais de uma vez, precisei de uma cerveja sincera, um olhar, uma bronca, ou escutar um “vai ficar tudo bem”. Tive a sorte de ter ao meu lado pessoas que puderam sanar o que o sanatório não pode.

O agradecimento mais sublime que eu poderia fazer é para a minha família. Com eles eu aprendi o que eu deveria saber para concluir esse mestrado e seguir com a vida. Nenhum livro me passou o que eles me ensinaram, e imagino que nem vá. Tive aulas de humanidade e determinação com os melhores professores que já vi. Minha família não poupou esforços para me ajudar no que quer que fosse, e por todo amor que recebi, eu só agradeço: muito obrigado!

Agradeço a Ana, minha namorada. Não sei nem expressar o quanto seu amor, apoio e exemplo me ajudaram. Às vezes, no furor da minha ansiedade, a única coisa que consegui escutar foi você. Imagino que você já conseguiria participar de um congresso sobre Defesa de tantas vezes que você leu meus trabalhos e versões mais toscas dessa dissertação. Eu que gosto já não aguentava, imagina você! Ainda assim, você leu e me ajudou. Não te agradeço só pela ajuda no mestrado, mas pela oportunidade de estar ao seu lado.

Agradeço agora aos melhores amigos que podia querer. Aproveito a oportunidade para agradecer o apoio que vocês têm sido na minha vida. Uma conversa nunca foi tão revigorante. Aos velhos e aos novos, é uma honra servir nesse mundo com os senhores. O mundo seria um lugar mais chato sem vocês: obrigado!

Agradeço ao meu orientador, já há seis anos (!), Prof. Dr. Héctor Luís Saint Pierre. Só tenho a agradecer a ajuda que tive do senhor durante essa caminhada. Seus direcionamentos foram essenciais para que eu conseguisse dar mais esse passo. Não foi uma tarefa fácil, mas o senhor soube sempre como me aconselhar e me dar foco

Tenho ainda que agradecer aos outros professores que tanto me ajudaram. Ao Prof. Dr. Samuel Alves Soares, churrasqueiro dos bons, muito obrigado por sempre estar tão disponível. O senhor sempre teve tempo para tirar alguma dúvida depois das aulas. Parece bobeira, mas para os alunos é algo muito importante. Em nome de todos, eu

agradeço. À Prof^a. Dr. Suzeley Mathias, agradeço pela atenção que a senhora sempre teve comigo. Aliás, pelo carinho que a senhora tem com seus alunos em geral. É claro para quem quiser ver o quanto a senhora zela pelos discentes. Agradeço também ao Prof. Dr. Shiguenoli Myiamoto, grande professor, que me deu aulas magníficas e participou da minha qualificação do mestrado, e ao Prof. Dr. Rafael Villa, que gentilmente aceitou integrar a banca da minha defesa.

Agradeço aos trabalhadores do PPGRI San Tiago Dantas, que sempre nos trataram tão bem. Agradeço muito à Isabela, Giovana e Graziela, que se não tivessem que lidar com estudantes tão atrapalhados, trabalhariam bem menos. Muito obrigado por sempre nos ajudar!

Agradeço ao GEDES, grupo que faço parte desde o primeiro ano da graduação e que me recebeu de braços abertos. Nele encontrei camaradagem, solidariedade, e aprendi o que é comprometimento. Espero ter contribuído ao menos um pouco com o crescimento do grupo.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o Registro de Gastos Militares Sul-Americano estabelecido no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Buscamos identificar na estrutura metodológica e política da iniciativa, traços de experiências regionais passadas. Defendemos a hipótese de que a existência de iniciativas bilaterais de transparência em assuntos militares prévias ao estabelecimento do mecanismo no CDS foram condições impulsionadoras para que o Registro de Gastos de Defesa fosse estabelecido com êxito. Para sua verificação, investigamos o processo histórico que culminou na criação do Registro em dois níveis de análise: o hemisférico e o bilateral. A intenção é estudar não só o evento, mas também o processo, garantindo contexto à análise do mecanismo. Buscamos ainda, na investigação de outros mecanismos de transparência parâmetros que pudessem auxiliar na análise metodológica do Registro. Desse modo, tendo em conta as linhas históricas sul-americanas e os parâmetros de análise adquiridos no estudo de outras iniciativas, analisamos o Registro de Gastos Militares Sul-Americano, buscando constatar de que maneira e em que medida seu estabelecimento é uma contribuição ao incremento da confiança sul-americana.

PALAVRAS-CHAVE

América do Sul; Segurança; Defesa; Gastos Militares

ABSTRACT

The research aims to analyze the South American Register of Military Expenditure, established under the South American Defense Council (CDS in its portuguese acronym). We sought to identify in the methodological and political structure of the initiative, traces of past regional experiences. We defend the hypothesis that the existence of bilateral initiatives of transparency in military affairs, prior to the establishment of the mechanism in the CDS, were driving conditions for the succesful establishment of the Register. For its verification, we investigated the historical process which culminated in the creation of the mechanism in two levels of analysis: the hemispheric and bilateral. The intention is to study not only the event but also the process, ensuring context to the analysis. We searched, in investigating other transparency mechanisms, parameters that could help in the methodological analysis of the South American Registry. Thus, considering the South American historical lines and the analytical parameters acquired in the study of other initiatives, we analyzed the South American Register of Military Expenditure, seeking to observe in what manner and to what extent its establisment contributed to the development of South American confidence.

KEYWORDS

South America; Security; Defense; Military Expenditure

TABELAS

Tabela 1 - Resoluções relacionadas à Segurança Hemisférica 1993-1995.....	20
Tabela 2 - Documentos diplomáticos argentino-chilenos entre 1960 e 1965.....	36
Tabela 3 - Balança Naval Argentina Brasil.....	45
Tabela 4 - Acordos bilaterais brasileiros na área nuclear 1958-1970.....	55
Tabela 5 - Assinatura e Ratificação da Convenção Interamericana de Transparência em Armamentos Convencionais.....	78
Tabela 6 - Participação dos Países Sul-Americanos nos Mecanismos de Transparência da ONU.....	86
Tabela 7 - Reuniões de Elaboração das MFCS no Âmbito do CDS.....	99
Tabela 8 - Reuniões de Elaboração da Metodologia de Gastos Militares do CDS.....	100
Tabela 9 - Gastos Militares Chile, Peru e Equador e Preços do Cobre, Gás Natural e Petróleo 1988-2012.....	105
Tabela 10 - Ajuda Militar e Policial Fornecida pelos EUA 2009-2014 em US\$.....	112
Tabela 11 - Porcentagem de Convergência em Votações Importantes na ONU entre EUA e América do Sul.....	114
Tabela 12 - Matriz do Registro de Gastos de Defesa Sul-Americanos.....	117

FIGURAS

Figura 1 - Armada Argentina em Toneladas.....	33
Figura 2 - Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares.....	70
Figura 3 - Participação Regional no UNROCA.....	75
Figura 4 - Participação Global no Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares 2001-2011.....	84
Figura 5 - Participação Global no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas 2001-2011.....	85
Figura 6 - Gastos Militares Mundiais.....	102
Figura 7 - Gastos Militares Chilenos (milhões de dólares - cotação 2011)	106
Figura 8 – Preço do Cobre (\$/mt)	106
Figura 9 - Gastos Militares Equatorianos (milhões de dólares - cotação 2011)	107
Figura 10 – Preço do Petróleo (\$/bbl)	107
Figura 11 - Gastos Militares Peruanos (milhões de dólares - cotação 2011)	108
Figura 12 – Preço do Gás Natural (\$/mmbtu)	108
Figura 13 - Gastos em Defesa na América do Sul em Bilhões de Dólares – Cotação 2011.....	109
Figura 14 - Soma Anual das Compras de Armamentos América do Sul 1950-2012 em TIV.....	111
Figura 15 - Transferência de Armamentos dos EUA para os Países da América do Sul em TIV 1990-2012.....	115

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	13
2.	América do Sul: Território, Armas e Imagens.....	17
2.1.	A Construção Da Confiança Na América Do Sul: Entre o Hemisférico e o Sub-regional.....	18
2.2.	A Construção da Confiança Sub-Regional: Intentos Bilaterais.....	28
2.2.1	Argentina e Chile.....	29
2.2.2	Argentina e Brasil.....	43
3.	Análise das Metodologias de Transparência Militar: Um Estudo Comparado....	65
3.1.	Transparência em Assuntos Militares na ONU.....	65
3.2.	Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares.....	66
3.3.	O Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas.....	70
3.4.	Transparência na OEA.....	76
3.5.	Iniciativas Sub-regionais: Argentina e Chile.....	80
3.6.	Analisando Padrões de Participação.....	84
3.7.	Outras Iniciativas.....	87
4.	O Conselho de Defesa Sul-Americano e a Transparência em Gastos Militares....	90
4.1.	Gastos Militares na América do Sul.....	100
4.2.	O Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano: Uma Análise Metodológica..	115
5.	Conclusão.....	121
	Referências Bibliográficas.....	125

1 INTRODUÇÃO

Desde 2009, após a reunião extraordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) realizada em Bariloche, Argentina, os países da América do Sul convergiram no esforço de desenhar medidas multilaterais de construção da confiança. Dentre as iniciativas discutidas, estava a intenção de criar um procedimento padronizado de transparência em gastos militares. Em 2011, após um processo de maturação da proposta inicial, uma metodologia para a empreitada foi aprovada pelos países membros. O objetivo era garantir que a sub-região, por meio de um mecanismo de tal natureza, incrementasse seus laços de confiabilidade.

Entretanto, não é a primeira vez que a transparência em assuntos militares é utilizada na América do Sul. Entre 1999-2001, Argentina e Chile, com o auxílio da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), implementaram um exercício para medição padronizada de gastos militares. O mecanismo contribuiu para o processo de construção da confiança bilateral. Entre Argentina e Brasil, ainda que não estritamente de cunho militar, um mecanismo de transparência no setor nuclear foi utilizado no incremento da confiança entre os países. Vemos, portanto, que a transparência enquanto ferramenta de construção da confiança não é uma novidade na sub-região. A singularidade trazida pelo CDS, ao menos em linhas gerais, é a amplitude de sua iniciativa, englobando 12 países da América do Sul.

O estabelecimento de um mecanismo de transparência em gastos militares sul-americano não se deu no vácuo. Para que uma empreitada de tal dimensão se concretizasse foi necessário que houvesse, previamente, a concertação de uma atmosfera política que assegurasse aos Estados que a abertura dessas informações não minaria sua capacidade dissuasiva. Ainda que a transparência em assuntos militares seja realizada a fim de incrementar, indiretamente, a própria segurança – dado que ao dissipar a própria imagem ameaçadora, mitiga-se a probabilidade de ser atacado por outros nessas bases – ela exige que um nível mínimo de confiança já esteja estabelecido. Com efeito, desde os anos 1990 – ao menos com mais afinco – tem se observado na América do Sul uma melhoria significativa na qualidade das relações regionais. Arranjos cooperativos de defesa e segurança estabelecidos nesse período ajudaram a aproximar as mentalidades e desfazer, ou no mínimo amenizar, as antigas imagens negativas que os países carregavam reciprocamente. Essas movimentações políticas fertilizaram o terreno para que instituições mais ambiciosas, tal qual o Conselho de Defesa Sul-Americano, pudessem

ser estabelecidas. Desse modo, a criação do Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano pertence a esse contexto, não podendo ser estudado de maneira dissociada.

Tendo em conta os últimos desenvolvimentos da construção da confiança regional, a presente pesquisa analisou o mecanismo de transparência de gastos militares do CDS. Buscamos identificar, em sua estrutura metodológica e conjuntura política, traços de experiências regionais passadas. Defendemos a hipótese de que a existência de iniciativas bilaterais de transparência em assuntos militares prévias ao estabelecimento do mecanismo no CDS foram condições impulsionadoras para que o Registro de Gastos de Defesa fosse estabelecido com êxito. De tal modo, procuramos – e essa foi nossa pergunta – traços e indícios no processo de construção do mecanismo do CDS que indicassem a influência dessas experiências.

Previamente ao início de nossa discussão sobre a narrativa da construção da confiança sub-regional, um problema surge: a questão do nível de análise. Justamente por não analisarmos um espaço geográfico em si, mas um fenômeno que ocorre em seus limites, decidimos entre diversos desenhos de pesquisa possíveis para abordarmos nosso objeto. Singer aponta que a decisão pelo nível de análise é realizada em função de sua capacidade de explicar os relacionamentos encontrados no fenômeno em questão. Segundo o autor, “o esquema deve apresentar um quadro completo e fiel do fenômeno na medida do possível; deve se correlacionar com a realidade objetiva e coincidir com os referentes empíricos ao mais alto nível”¹. Nesse sentido, dividimos o primeiro capítulo em dois níveis de análise: um hemisférico e outro bilateral. A escolha desse modelo de estudo justifica-se pela relevância que as práticas de transparência em assuntos militares receberam nesses dois âmbitos. Marcela Donadio comenta sobre o avanço das medidas de confiança nesses dois níveis,

Os processos de medidas de confiança no continente americano se desenvolveram em dois níveis bem diferentes: o hemisférico e o bilateral. No campo hemisférico, importantes passos no desenho de medidas de confiança mútua se deram nas Conferências Regionais de Medidas de Confiança Mútua nos anos noventa, e nos Foros de Especialistas já no novo século. Todavia, e apesar da ação da OEA, estas medidas têm sido difíceis de implementar, e os informes nacionais não se caracterizam nem por sua regularidade, nem por sua acessibilidade. O campo mais fértil para o avanço de medidas de confiança foi o bilateral, mediante mecanismos de concertação ao invés de apostas institucionais com vários atores em jogo. A relação entre Chile e Argentina, e Argentina e Brasil, foram os exemplos mais palpáveis do desenvolvimento de uma concepção mais ligada à cooperação que às visões de enfrentamento, e da

¹ SINGER, David. J. The level of analysis problem in International Relations. In: KLAUS, Knorr, SINGER; David. J.; VERBA, Sidney (Eds). **The international system: theoretical essays**. Princeton: Princeton university Press, 1961. p. 78. (Tradução nossa)

eficácia dos acordos políticos bilaterais face à inatividades e inércia não só do sistema interamericano, mas também das diversas tentativas de geração de instituições que dominaram a cena latino americana durante décadas².

No marco hemisférico, a temática da transparência foi abordada constantemente nos foros especializados, sendo consubstanciada na assinatura da Convenção Interamericana de Transparência na Aquisição de Armas Convencionais. No âmbito bilateral, Argentina e Chile desenvolveram juntamente com a CEPAL uma metodologia padronizada de medição de gastos militares, e Argentina e Brasil mantêm, por meio da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), políticas de transparência no setor nuclear. Esses dois conjuntos de países foram estudados profundamente ao longo do capítulo. A América do Sul só veio a implementar medidas de transparência em defesa de modo multilateral recentemente, no âmbito do CDS. Desse modo, nossa escolha por um foco hemisférico e bilateral é sustentada pelo argumento de que a utilização da transparência como ferramenta de construção da confiança, até a criação do CDS, só avançou de maneira significativa nesses dois níveis.

Acerca dos casos bilaterais escolhidos, a razão da eleição por Argentina/Chile e Argentina/Brasil reside em três argumentos: o primeiro deles refere-se à importância que esses três países desempenharam no jogo político sul-americano. A dinâmica de relacionamento entre eles determinou em grande medida o avanço, estagnação ou retrocesso da cooperação e integração regional; uma segunda razão diz respeito ao detalhamento histórico que um nível de análise reduzido proporciona. Nos interessou averiguar com maior minúcia os contextos de aproximação e distanciamento e; finalmente, uma terceira razão é que as duas díades utilizaram políticas pautadas em medidas de transparência de expressiva importância na desconstrução das imagens de ameaça mútua e construção da confiança. Não só a superação das percepções de ameaça nos interessou, mas também o modo como elas foram sobrepujadas. Desse modo, a análise desses dois casos mostrou-se de grande riqueza analítica para os nossos propósitos. O recorte temporal levou em conta a possibilidade de acompanhar o processo de formação das imagens entre os países. Optamos por abarcar o processo e não apenas o evento. Partimos do entendimento de que para compreender a importância de um

² DONADIO, Marcela. El Consejo de Defensa Suramericano y su papel em el desarrollo de la confianza mutua. In: **Cuadernos de defesa n°2 Confianza y seguridad em América del Sur**. Quito, octubre 2010. p. 41. (Tradução nossa)

mecanismo de transparência em gastos militares multilateral na América do Sul, seria necessário buscar as pulsões históricas que convergiram nesse momento. Nos alinhamos a Marc Bloch nesse sentido, quando o historiador afirma que “a realidade nos apresenta uma quantidade quase infinita de linhas de força, todas convergindo para o mesmo fenômeno”³. Acompanhamos as décadas até a instauração de seus respectivos mecanismos de transparência bilaterais e no âmbito hemisférico estendemos o recorte até a instauração do Registro de Gastos de Defesa do CDS, de maneira a acompanhar as discussões sobre o tema nos foros multilaterais, tais como as Conferências dos Ministros de Defesa das Américas.

No segundo capítulo, por sua vez, avaliamos diferentes metodologias de transparência, estudando a relação entre sua amplitude, a aderência dos países, e suas respectivas preocupações estratégicas em três níveis de análise: 1) global, analisando o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e o Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares; 2) Hemisférico, tendo em conta a Convenção Interamericana de Transparência em Armamentos Convencionais e; 3) bilateral, ao estudarmos a iniciativa em transparência militar entre Chile e Argentina. O intuito foi realizar um estudo comparativo desses mecanismos no que tange a suas características metodológicas, bem como apontar possíveis relações entre eles. Contudo, cabe ressaltar que apesar de propormos uma comparação, não utilizamos a metodologia da Política Comparada. De fato, alguns conceitos foram comparados, porém, não foi de nosso interesse nos aprofundarmos nesse campo.

Finalmente, no capítulo 3, nos debruçamos sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano. O esforço se dividiu em três partes. Primeiramente, acompanhamos o processo de instauração do CDS e o desenvolvimento da proposta de um mecanismo de transparência de gastos militares em seu âmbito. A partir da análise das reuniões de discussão iniciais, buscamos ver as contribuições de cada país ao projeto e em que medida isso se relaciona às experiências e posicionamentos políticos individuais. Em um segundo momento, antes de discutirmos o mecanismo de gastos militares em si, analisamos as características do financiamento da defesa na América do Sul. Por fim, estudamos o relatório do Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano, bem como as particularidades da metodologia empregada em sua confecção. O intuito foi, à luz dos eventos históricos

³ BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p, 156.

discutidos no primeiro capítulo, e munidos dos parâmetros metodológicos adquiridos no capítulo anterior, analisar o mecanismo de gastos de defesa do CDS em suas nuances.

2 AMÉRICA DO SUL: TERRITÓRIO, ARMAS E IMAGENS

2.1 A Construção da Confiança na América do Sul: Entre o Hemisférico e o Sub-regional

Nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, as Américas começaram a sedimentar as bases para a cooperação hemisférica em defesa. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, e a Junta Interamericana de Defesa (JID), em operação desde 1942, conformaram o sistema interamericano. A institucionalização da cooperação foi acompanhada pelo estabelecimento de acordos bilaterais entre os países do continente com os Estados Unidos, os chamados *Mutual Assistance Pacts* (MAP). Formalizados a partir do início da Guerra da Coreia em 1950, os acordos garantiam aos EUA direito de trânsito, preferências comerciais em bens agrícolas e acesso a minerais estratégicos. Por sua vez, os países latino-americanos receberiam como retorno treinamento militar dos norte-americanos, além de armamentos e equipamentos militares, quando não a preços baixos, gratuitamente. Hal Klepak, afirma que

Esses arranjos logo se tornaram o “recheio do sanduíche” do sistema interamericano de segurança, assegurando grande parte da coesão desfrutada, dado que o domínio norte-americano garantiu uma padronização dos armamentos, equipamentos, treinamento, doutrina, e modo de condução dos assuntos por, virtualmente, todo o hemisfério ao sul do Canadá. Ainda que os arranjos multilaterais continuassem a existir, seu papel pareceu frequentemente secundário quando comparado a esses lubrificantes que fizeram o sistema funcionar de fato⁴.

Ao longo da Guerra Fria, as instituições do sistema interamericano foram se adequando à lógica do conflito, adaptando suas conceituações estratégicas em função da bipolaridade. Contudo, após o colapso da União Soviética, perderam seu referencial, o que levou a uma redefinição dos conceitos, agora defasados, de “Defesa” e “Segurança”. O sistema internacional naquele momento indicava a emersão de novos atores à cena, e com eles, novos tipos de ameaça. Diego Cardona sugere uma estruturação dessas mudanças em quatro categorias: pela natureza da ameaça, referindo-se à ampliação dos objetos clássicos da segurança internacional, como território, população e sistema político; pela natureza dos atores ou das circunstâncias ameaçadoras, como os grupos

⁴ KLEPAK. Hal. The elusive common interests and objectives; the evolution of the inter-american security system. **Calgary Papers In Military and Strategic Studies**, Occasional Paper N°9, 2013 pp.43-66. p.53. (Tradução nossa)

terroristas e o crime organizado internacional; pela natureza dos ameaçados, ou seja, não só os Estados são ameaçados, mas também os grupos humanos e; finalmente pelos efeitos, podendo ser individuais ou coletivos, de curto ou médio prazo, destruidores ou meramente ameaçadores⁵.

Nesse reordenamento hemisférico destaca-se o papel desempenhado pela OEA. No ano de 1991, é aprovada em seu marco o Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano⁶. O documento inicia o processo de reformulação das instituições hemisféricas à luz das mudanças no sistema internacional no pós-Guerra Fria. Nesse sentido, os Estados declaram sua vontade de impulsionar o processo de renovação da Organização dos Estados Americanos, para torná-la mais eficiente na realização dos princípios e objetivos que a orientam. De modo geral, o Compromisso de Santiago tem uma tônica fortemente neoliberal. A tese central tem duas características: o fomento da abertura progressiva dos países ao comércio internacional e a expansão dos investimentos, por um lado e; o fortalecimento da democracia representativa, por outro. Essas características foram reforçadas pela Resolução AG/RES. 1080 (XXI-0/91) Democracia Representativa, aprovada no mesmo ano. Por meio da resolução, a democracia representativa é colocada como condição *sine qua non* para a estabilidade, paz e o desenvolvimento hemisférico.

Os diálogos também progrediram no campo da segurança. Pela Resolução AG/RES. 1123 (XXI-0/91), os Estados concordam que as condições resultantes do fim da Guerra Fria

[...] favorecem a adoção de medidas para garantir a segurança hemisférica, fortalecer os processos democráticos em todos os Estados membros e para dedicar nestes, o maior número de recursos ao desenvolvimento econômico e social; que tais medidas requerem mecanismos de consulta mútua e intercâmbio de informação regional que facilitem a estruturação de um clima de estabilidade institucional, progresso e confiança de acordo com as novas realidades internacionais⁷.

O esforço para aprofundar a cooperação em segurança no continente prosseguiu nos anos subsequentes. Em 1992, são aprovadas as resoluções Cooperação para a

⁵CARDONA, Diego Cardona. De la seguridad en las Americas a la seguridad hemisférica. GRABENDORFF, Wolf (Ed.).In: **La seguridad regional en las Américas: enfoques críticos y conceptos alternativos**. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 2003. (Tradução nossa)

⁶ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Compromiso de Santiago con la democracia y la renovación del sistema interamericano. **Actas y documentos, Vigésimo primer período ordinario de sesiones, 3 al 8 de junio de 1991**. Disponível em <<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. AG/RES. 1123 (XXI-0/91) **Cooperación para la seguridad hemisférica**, 8 de junho de 1991. (Tradução nossa)

Segurança e o Desenvolvimento Hemisféricos: Contribuições para a Segurança Global AG/RES. 1179 (XXII-O/92); e Cooperação para Segurança Hemisférica AG/RES. 1180 (XXII-O/92). Não obstante as duas resoluções serem predominantemente uma reafirmação dos princípios já estipulados anteriormente, são alcançados alguns avanços. A Resolução 1179 agrega à denotação de paz as conotações de “interdependência e cooperação em prol do desenvolvimento econômico e social, o desarmamento, o controle e a limitação de armas, os Direitos Humanos, o fortalecimento das instituições democráticas, a proteção do meio ambiente e a melhora da qualidade de vida para todos”⁸. A Resolução 1180, por seu turno, cria a Comissão Especial de Segurança Hemisférica, que ganharia caráter permanente em 1995, quando tem seu nome mudado para Comissão de Segurança Hemisférica.

A tabela a seguir relaciona as resoluções concernentes à discussão da segurança hemisférica e construção da confiança de 1993 até 1995. Nela, é possível identificar os principais temas tratados no período.

Tabela 1 - Resoluções Relacionadas à Segurança Hemisférica 1993-1995

1993	<p>AG/RES. 1236 (XXIII-O/93) Cooperação pela segurança e desenvolvimento hemisféricos: contribuições regionais à segurança global</p> <p>AG/RES. 1237(XXIII-O/93) Reunião de especialistas sobre medidas de fomento da confiança e mecanismos de segurança na região</p> <p>AG/RES. 1238(XXIII-O/93) Informação sobre gastos de defesa e registro de armas convencionais</p> <p>AG/RES. 1239 (XXIII-O/93) Consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe</p> <p>AG/RES. 1240 (XXIII-O/93) Junta Interamericana de Defesa</p>
1994	<p>AG/RES. 1283 (XXIV-O/94) Consolidação do regime estabelecido no Tratado para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe</p> <p>AG/RES. 1284 (XXIV-Q/94) Informação sobre gastos militares e registro de armas convencionais</p> <p>AG/RES. 1288 (XXIV-O/94) Medidas para o fortalecimento da confiança e da segurança na região</p> <p>AG/RES. 1299 (XXIV-O/94) Contribuição regional à segurança mundial: minas antipessoais</p>

⁸ ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS. AG/RES. 1179 Cooperacion para la seguridad y el desarrollo hemisféricos. Contribuciones regionales a la seguridad global. In: **Actas y documentos. Vigésimo segundo período ordinário de sesiones, 18 al 23 de mayo de 1992**. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>> Acesso em: 16 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

	AG/RES. 1302 (XXIV-O/94) Contribuição regional à segurança mundial: não proliferação
1995	AG/RES. 1343 (XXV-O/95) Programas de desminagem AG/RES. 1353 (XXV-O/95) Cooperação para a segurança hemisférica AG/RES. 1355 (XXV-O/95) Consolidação do regime estabelecido no Tratado para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe

Fonte: Elaboração própria com base nas compilações anuais das resoluções aprovadas pela OEA. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.

O ano de 1995 marca um ponto importante na construção da confiança hemisférica. Nele, são firmados três dos mais importantes compromissos relativos à segurança regional: a Declaração de Santiago sobre Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança; a institucionalização permanente da Comissão de Segurança Hemisférica; e o estabelecimento das Conferências de Ministros da Defesa das Américas. No que concerne à primeira, é definido em seu texto um conjunto de medidas a serem implementadas pelos países da região de modo a conformar novas modalidades de cooperação. As prescrições foram: a) gradual adoção de acordos sobre notificação prévia de exercícios militares; b) intercâmbio de informação e participação de todos os Estados membros nos registros de transparência militar da ONU; c) fomentar a elaboração de intercâmbio de informação sobre políticas e doutrinas de defesa; d) início de um processo de consulta de modo a avançar na limitação e controle de armamentos convencionais; e) acordos sobre visitas de observadores em exercícios e instalações militares; f) coordenação para prevenir incidentes e incrementar a segurança no trânsito aéreo, marítimo e terrestre; g) programas de cooperação em caso de desastres naturais; h) desenvolvimento de canais de comunicação entre as autoridades civis ou militares de países vizinhos; i) realização de seminários, cursos e difusão de estudos sobre medidas de confiança mútua; j) realização de uma reunião de alto nível sobre as preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares, e; k) programas de educação para a paz⁹. Sobre a Comissão de Segurança Hemisférica, ressaltamos a importância desempenhada pelo órgão no fomento ao diálogo em matéria de segurança no continente. Em seu âmbito, diversos acordos e resoluções foram tratadas, fortalecendo a cooperação hemisférica. Entre os temas tratados podemos citar: Ação contra as minas antipessoais, Armas nucleares e educação para o desarmamento; Combate ao tráfico ilícito de armas;

⁹ ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.K/XXIX.2 **Declaración de Santiago sobre medidas de fomento de la confianza y de la seguridad**, 28 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/mfcddeclsant.asp>>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.

Combate ao tráfico de pessoas; Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais (CITAAC); Criminalidade organizada transnacional; Fortalecimento da confiança e da segurança; Junta Interamericana de Defesa (JID); Prevenção da criminalidade e da violência; Redução de desastres naturais; Seguimento da Conferência Especial sobre Segurança; Preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares; Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas (MISPA); e Tratamento das quadrilhas de delinquentes¹⁰.

Relativamente às Conferências de Ministros das Américas, a primeira ocorreu em Williamsburg. Na ocasião, foram definidas algumas diretrizes —que posteriormente seriam conhecidas como os Princípios de Williamsburg— de modo a dar o tom das conversações sobre Defesa e Segurança no continente. Ao todo, seis princípios foram balizados: 1) a preservação da democracia é a base para a garantia da segurança mútua; 2) reconhecimento de que as forças de defesa e segurança desempenham papel crítico no apoio e defesa dos interesses legítimos dos Estados democráticos; 3) afirmação da subordinação das Forças Armadas às autoridades civis, atuação dentro dos marcos das Constituições nacionais e respeito aos Direitos Humanos por meio de treinamento e prática; 4) aumento da transparência em matéria de defesa por meio do intercâmbio de informação, declaração de gastos militares e crescente diálogo entre civis e militares; 5) difusão dos valores de resolução pacífica das contendas remanescentes e implementação de medidas de fomento à confiança, e reconhecimento de que o desenvolvimento da segurança econômica afeta de maneira profunda a segurança de caráter defensivo e vice-versa, e; 6) promoção de uma maior cooperação em prol da participação voluntária nas operações de paz sancionadas pelas Nações Unidas, e cooperação de uma maneira solidária na luta contra o narcoterrorismo.

No ano seguinte, na cidade de San Carlos de Bariloche, Argentina, os diálogos prosseguiram. A II Conferência discutiu temas relacionados às medidas de construção da confiança, operações de paz, e cooperação interamericana para a paz e fortalecimento da segurança hemisférica. No que tange às medidas de construção da confiança, os Estados declararam

[...] que as medidas para o fomento da confiança são instrumento idôneos para a manutenção da paz, pois contribuem para uma melhor relação entre os países,

¹⁰ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Comissão de Segurança Hemisférica**. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/planodetrabalho.asp>>. Acesso em: 30 de dez. de 2013.

impulsando melhores níveis de transparência, cooperação e intercâmbio de informação em temas de defesa e segurança hemisférica¹¹.

Em 1998, é assinada a Declaração de Cartagena na ocasião da III Conferência de Ministros de Defesa das Américas. Foram retomados temas essenciais já discutidos previamente nas outras reuniões, como a importância da implementação de medidas de construção da confiança para a segurança regional, desenvolvimento econômico e social e integração hemisférica. Não obstante, foram destacados adicionalmente os logros da Conferência das Forças Armadas Centro-americanas (CFAC) no fomento à cooperação e construção da confiança na região da América Central e Caribe. Assinalou-se também o apoio aos esforços despendidos pela OEA na estruturação da Convenção de Transparência na Aquisição de Armas, que seria assinada em 1999, como um marco na redução do risco de conflitos. Nesse sentido, a Declaração de Cartagena corrobora a Convenção Interamericana contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições e Explosivos, e outros Materiais Relacionados. Outro ponto que merece menção é a preocupação manifesta com o terrorismo e a necessidade da cooperação hemisférica no combate a essa ameaça.

No mesmo ano de assinatura da Declaração de Cartagena, na ocasião da Conferência Regional de San Salvador sobre Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança em Seguimento à Conferência de Santiago, os Estados membros firmam a Declaração de San Salvador sobre Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança. No documento, assim como na Declaração de Santiago, são recomendadas a implementação de um conjunto de medidas para o incremento das relações entre os Estados. Há a vontade de aproximar as práticas de transparência em matéria de defesa desenvolvidas no continente com as que já estão em curso nas Nações Unidas. Por isso, a Declaração define,

Com o propósito de promover a transparência com o apoio técnico de organismos internacionais econômicos apropriados, estimular a realização de estudos tendentes a avançar no estabelecimento de uma metodologia comum que facilite a comparação do gasto militar na região, tendo em conta, entre outros, o Informe Padronizado Internacional sobre Gastos Militares das Nações Unidas; Melhorar e ampliar a informação que os Estados membros remetem ao Registro de Armas Convencionais da ONU, a fim de fortalecer a

¹¹ ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS. **II Conferencia de ministros de defensa de las Américas**. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/docminist96.asp>>. Acesso em: 13 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

contribuição do Hemisfério aos objetivos de tal registro, em cumprimento com as resoluções pertinentes da Assembleia Geral da ONU¹².

O próximo encontro dos Ministros de Defesa do hemisfério ocorreu em 2000, na cidade de Manaus, Brasil. Um dos pontos de destaque da reunião é a definição dos temas de interesse das Conferências: Segurança Hemisférica; as medidas de confiança mútua; a cooperação regional para a defesa e o desenvolvimento, e; o papel das Forças Armadas na democracia. Estipula ainda como objetivo do foro a promoção do conhecimento recíproco de perspectivas em matéria de defesa e segurança. No que concerne à cooperação hemisférica, a Declaração afirma que, não obstante as diferenças sub-regionais sejam uma realidade, elas não são um impedimento à cooperação e ao intercâmbio. Porém, há necessidade de se definir enfoques conceituais comuns para a defesa e segurança a fim de facilitar a compreensão doutrinária entre os países da região. Outro entendimento cristalizado na ocasião foi a importância das políticas de defesa e dos Livros Brancos no fortalecimento das medidas de confiança mútua. Hodiernamente, grande parte dos países do hemisfério já possuem a publicação como uma medida consolidada de construção da confiança regional e controle civil sobre as atividades da defesa.

A V Conferência de Ministros da Defesa das Américas ocorreu em Santiago, Chile, no ano de 2002. Ao comentar os logros do encontro, Michele Bachelet, que estava a cargo da presidência da Conferência em questão, apontou que uma vez mais o espaço foi legitimado pelos países da região. A incorporação do Secretário de Defesa do México ao foro é um indicador desse fato. O papel da Conferência de Santiago, ainda segundo Bachelet, foi fazer progredir os consensos entre os países da região em matéria de defesa e segurança. A V CMDA foi o primeiro encontro regional, ao menos desse porte, realizado após o ataque terrorista a Nova Iorque em 2001. Foi declarado que o caminho para a superação das novas ameaças globais, entre elas o terrorismo, era a cooperação internacional. Bachelet ainda comentou sobre a importância das CMDA's como foro de discussão e afirmação do controle civil sobre as Forças Armadas. A esse respeito, afirmou:

Porém, ao mesmo tempo, é o foro intergovernamental natural para que haja progresso na geração de recomendações políticas sobre questões militares e estratégicas da região sobre as quais as instituições militares do Sistema Interamericano não podem se pronunciar, já que se tratam de assuntos cujas

¹² ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaración de San Salvador sobre medidas de fomento de la confianza y de la seguridad.** Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/mfcddeclsans.asp>>. Acesso em: 13 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

soluções correspondem ao âmbito político da tomada de decisões com um temário que ao longo do tempo se pode sintetizar em três grandes temas: a evolução da segurança internacional, em particular o exame da percepção de ameaças; em segundo lugar, a questão das instituições ligadas à segurança interamericana e os processos de cooperação destinados a reduzir ou encarar, segundo o caso, essa percepção de ameaça; e, terceiro, a questão não menos importante dos papéis e das missões das instituições militares e sua relação com as instituições democráticas e as sociedades às quais servem¹³.

Ainda no mesmo ano, no mês de junho, é firmada a Declaração de Bridgetown. O documento tem como fulcro as chamadas “novas ameaças”: crime transnacional, terrorismo, ataques cibernéticos, instabilidade política, etc. Dado que essas ameaças são de caráter difuso, o documento estressa a necessidade de uma atuação coletiva dos Estados. Em razão de suas múltiplas fontes, era necessário que a região preparasse novos tipos de resposta a esses desafios. De tal sorte, os Estados decidem conceder à segurança hemisférica uma abordagem multidimensional. A perspectiva foi reforçada no ano seguinte pelo Consenso de Miami e pela Declaração sobre Segurança das Américas. Na primeira, a respeito da diversificação das fontes de insegurança mencionadas, afirma-se que “novas ameaças, preocupações e outros desafios são multidimensionais e requerem respostas de aspectos múltiplos por parte de distintas organizações nacionais, todas atuando de forma coordenada conforme as normas e princípios democráticos”¹⁴. O segundo documento afirma que

Nossa nova concepção da segurança no Hemisfério é de alcance multidimensional, inclui as ameaças tradicionais e as novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança dos Estados do Hemisfério, incorpora as prioridades de cada Estado, contribui para a consolidação da paz, para o desenvolvimento integral e para a justiça social e baseia-se em valores democráticos, no respeito, promoção e defesa dos direitos humanos, na solidariedade, na cooperação e no respeito à soberania nacional¹⁵.

Tal abordagem à segurança continental surge nas reuniões da CMDA em sua sexta edição, por meio da Declaração de Quito.

¹³ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório da presidência da quinta conferência de ministros da defesa das américas organização dos estados americanos**. Washington, D.C., 20 de janeiro de 2003. Disponível em: <scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_03/CP10851P08.doc>. Acesso em 11 de dezembro de 2013. (Tradução nossa)

¹⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.K/XXIX. **Declaración de los expertos sobre medidas de fomento de la confianza y seguridad**: recomendaciones para la Conferencia especial sobre seguridad dispuesta por la cumbre. Miami, Florida, 4 de fevereiro de 2003. Disponível em: <www.oas.org/csh/spanish/.../re00218s04.doc>. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

¹⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração sobre Segurança nas Américas**, México, 2003. Art. 2. Disponível em: <http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp>. Acesso 11 de dez. de 2013. (tradução nossa)

A segurança é uma condição multidimensional do desenvolvimento e progresso de nossa nação. A segurança é fortalecida quando aprofundamos sua dimensão humana. As condições de segurança humana melhoram mediante o pleno respeito da dignidade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos indivíduos, sob o Estado de direito, bem como através da promoção do desenvolvimento econômico e social, da educação e da luta contra a pobreza, a doença e a fome. A segurança é essencial para criar oportunidades econômicas e sociais para todos e gerar um ambiente favorável para atrair, reter e empregar produtivamente os investimentos e o comércio necessários para criar fontes de trabalho e realizar as aspirações sociais do Hemisfério. A pobreza extrema e a exclusão social de amplos setores da população, também afetam a estabilidade e a democracia, erodindo a coesão social e minando a segurança dos Estados¹⁶.

Héctor Saint Pierre analisa o conceito de multidimensionalidade e conclui que o termo carece de capacidade heurística. Há um vazio, segundo o autor, de significado no conceito que “nada diz sobre tudo”. Ao passo que as fontes de ameaças são múltiplas, também o são os mecanismos institucionais do Estado. A militarização da resposta estatal aos desafios a ele colocados é uma alternativa tentadora ao governante, pois permite soluções imediatas. Uma vez nas ruas, as Forças Armadas proporcionam ao cidadão uma sensação de segurança que não necessariamente corresponde à realidade. Ainda segundo Saint Pierre

A ‘multidimensionalidade’ como enfoque ou adjetivo geral da segurança é heurísticamente infértil, analiticamente inadequada e operacionalmente perigosa. [...] Ele foi sendo introduzido nas declarações hemisféricas da área de segurança paulatinamente e sob pressão política de quem conta com a força para decidir sobre as ambiguidades conceituais¹⁷.

Retomando a sequência das CMDA, sua próxima edição ocorreu entre 1 e 5 de outubro de 2006 em Manágua, Nicarágua. O tema do encontro foi a cooperação hemisférica e sub-regional. Discutiram-se os diferentes papéis dos níveis de relacionamento – bilateral, sub-regional, e hemisférico – na construção da confiança, bem como a importância desempenhada nesse processo pelas medidas de confiança mútua. Ressaltou-se também um compartilhamento das ameaças, ainda que percebidas em diferentes intensidades pelos países do continente. Os Estados americanos ainda reforçaram a condenação já expressada previamente ao terrorismo, crime organizado

¹⁶ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **VI Conference of Ministers of Defense of the Americas.** Declaration of Quito, 2004. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/english/docministerials.asp>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

¹⁷ SAINT PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias”. In: SAINT PIERRE, Héctor Luis; MEI, Eduardo (Org.) **Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações.** São Paulo: Unesp, 2013. p. 37.

transnacional, incluindo, o narcotráfico, a corrupção, o tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e outros delitos.

Dois anos mais tarde, realizou-se em Banff, Canadá, a VIII Conferência de Ministros de Defesa das Américas, com o tema “Aprimoramento da Defesa e da segurança hemisféricas, regionais e sub-regionais: construindo confiança por meio da cooperação e da colaboração”. A declaração final da reunião reconhece as diferentes realidades em matéria de defesa e segurança dos países da região, aceitando “a existência de diferentes realidades em cada país, no tocante às perspectivas, normas e instrumentos jurídicos usados pelos vários Estados da região para enfrentar seus desafios”¹⁸. No que tange a transparência, mais uma vez, é incentivado a participação dos Estados do continente nos instrumentos de transparência mantidos pela ONU. Em Banff, são reconhecidos como positivos os resultados da atuação das Forças Armadas no auxílio às autoridades civis na manutenção da ordem em grandes eventos, nacionais ou internacionais, quando respeitados os limites constitucionais e legais das atribuições das mesmas.

Em junho de 2010, no Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, aprovou-se a Declaração de Lima: Paz, Segurança e Cooperação nas Américas. O documento veio na esteira de seus antecessores – as Declarações de Santiago e de San Salvador, e o Consenso de Miami – de modo a reforçar o comprometimento dos Estados membros com a paz, a democracia, e a resolução pacífica das contendas. As medidas de fortalecimento da confiança e da segurança destacadas nesses documentos prévios ainda são reconhecidas como ferramentas centrais nesse processo. No mesmo ano, ocorre a nona edição da CMDA na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Um dos destaques da declaração final é o incentivo dado aos processos de modernização institucional no setor de Defesa. Para tanto, são prescritos o estímulo às práticas interculturais na dinâmica institucional das Forças Armadas e das forças públicas; a promoção transversal da perspectiva de gênero nos diversos âmbitos da Defesa e; o fortalecimento da formação militar e das forças públicas.

Apontamos ainda o destaque concedido pelo documento aos esforços sul-americanos de construção e consolidação da confiança desenvolvidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

¹⁸ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração de Banff**. 2008. Disponível em: <www.oas.org/csh/docs/Final%20Declaration_Portuguese.doc>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

A esse respeito, são mencionados os mecanismos de procedimentos intercâmbio de informações em matéria de defesa, bem como a empreitada do órgão sub-regional pelo desenho de uma metodologia sul-americana de medição de gastos de Defesa. Ainda na questão da transparência, a Declaração de Santa Cruz de la Sierra, como ficou conhecido o documento, fomenta: a total participação no Relatório Padronizado das Nações Unidas sobre Gastos Militares e no Registro de Armas Convencionais da ONU, o crescente progresso bilateral e sub-regional em metodologias padronizadas de medição de gastos de defesa; a implementação de um registro interamericano, administrado pela OEA, baseado nas experiências regionais; participação universal e a plena na Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais (CITAAC) da OEA.

A X Conferência de Ministros de Defesa das Américas ocorreu em 2012 em Punta del Este, Uruguai. Ao analisarmos sua declaração final, não encontramos nenhum tema novo discutido ou atenção maior concedida a algum ponto. Mais uma vez, temas como medidas de fomento da confiança e da segurança, gênero, democracia, promoção da paz, e desastres naturais foram tratados. Face à difusão dos temas relacionados à segurança hemisférica, e ao próprio objetivo das CMDA's, observa-se um esvaziamento político desse foro. Em contrapartida, o que se presencia, ao menos na América do Sul, é uma sub-regionalização do tratamento dos temas de defesa e segurança. Héctor Luís Saint Pierre e Gustavo Fabian Castro comentam que

A percepção da morosidade dos organismos hemisféricos para resolver os problemas sul-americanos e a sensação de impotência ante o peso do veto norte-americano à condenação da Colômbia na crise com o Equador, tornaram patente para os países da região a necessidade de contar com mecanismos sub-regionais, sem a participação de atores externos à mesma, para que a América do Sul possa assumir um maior protagonismo e responsabilidade sobre a prevenção e resolução dos problemas dessa parte do continente¹⁹.

Nesse sentido, a América do Sul, com o CDS, tem avançado na busca de enfoques comuns de defesa, segurança, e segurança pública, bem como na integração produtiva de suas indústrias de Defesa nacionais.

2.2 A Construção da Confiança Sub-regional: Intentos Bilaterais

¹⁹FABIAN CASTRO, Gustavo; SAINT PIERRE, Héctor Luís. **El Consejo Sudamericano de Defensa**. Disponível em: <https://www.academia.edu/5419562/El_Consejo_Sudamericano_de_Defensa>. Acesso em: 02 de jan. de 2014. (Tradução nossa)

2.2.1 Argentina e Chile

Paradoxalmente, Argentina e Chile, no decorrer do século XX compartilhavam uma percepção que os apartava: a sensação de perda no processo de delimitação de seus territórios no século XIX. Após suas respectivas independências, 1816 na Argentina e 1826 no Chile, ambos aplicaram o princípio do *Uti Possidetis* na demarcação dos limites fronteiriços. No Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Chile e a Confederação Argentina, de 26 de abril de 1856, os dois Estados celebram no artigo 39

Ambas partes contratantes reconhecem como limites de seus respectivos territórios os que possuíam como tais ao tempo de se separarem da dominação espanhola no ano de 1810, e concordam em elucidar as questões que podem ser suscitadas sobre esta matéria para discuti-los de sempre pacífica e amigavelmente, sem recorrer jamais a medidas, e em caso de não se atingir um completo entendimento, submeter a decisão à arbitragem de uma nação amiga²⁰.

Contudo, tal princípio era débil quando aplicado a regiões nunca ocupadas pelos espanhóis. De tal modo, não era claro a quem pertenciam os direitos sobre o Estreito de Magalhães e Patagônia. Ainda que os espanhóis clamassem seu controle, a região era habitada por indígenas, e permaneceu sob seu controle durante a maior parte do século XIX²¹.

Em 1843, o Chile iniciou a ocupação do sul assentando uma guarnição militar próximo ao Estreito de Magalhães. Essa iniciativa foi possibilitada pela consolidação de um poder central estatal ainda inexistente na Argentina²². Após um curto período de tempo, a guarnição converteu-se no assentamento de Punta Arenas. Aliando-se às tribos indígenas da região, com quem mantinham um bom relacionamento, os chilenos foram ganhando influência na região da Patagônia e, com isso, crescia a ideia de que a região lhes pertencia. A Constituição chilena de 1833 afirma que o território nacional “se estende desde o deserto do Atacama até o Cabo de Hornos, e desde a Cordilheira dos Andes até o Mar Pacífico, compreendendo o Arquipélago de Chiloé, todas as ilhas adjacentes e as

²⁰ ARGENTINA. Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Chile e a Confederação Argentina. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>> Acesso em: 23 de ago. de 2013.

²¹ DE LA FUENTE, Pedro Luis. Confidence-building measures in the Southern Cone: a model for regional stability. **Naval War College Review**. Winter 1997; Vol. L Nº1. p. 49. (Tradução nossa)

²² ESCUDÉ, Carlos. Argentina territorial nationalism. **Journal of latin american studies**. Vol. 20, No. 1, maio, 1988, p. 143.

de Juan Fernández”²³. Não obstante, na década de 1870, é incorporado ao discurso toda parte da Patagônia ao sul do Rio Negro²⁴.

A Argentina, por sua vez, nesse ínterim de expansão chilena, pouco podia fazer. Imobilizada pela sucessão de conflitos internos entre suas províncias, necessitava conceder atenção primeiro a consolidação de um governo central. Nesse sentido, a vitória na Guerra do Paraguai permitiu que o então presidente Bartolomeu Mitre, cumprisse tal tarefa. Após o confronto, foi possível consolidar o nordeste da Argentina, ganhar parte dos territórios paraguaios e eliminar inimigos internos. Tudo isso graças ao exército, armamentos e dinheiro concedidos pelo Brasil²⁵. Dessa maneira, afirma Escudé, a Guerra do Paraguai foi um ponto de inflexão na história argentina²⁶.

Em 1879, aproveitando a ocasião da deflagração da guerra entre Chile, Peru e Bolívia, Buenos Aires iniciou uma campanha de ocupação do deserto expulsando os índios, aliados chilenos, da região para eliminar a influência do vizinho ali. Com efeito, a Argentina ganhou uma posição de barganha mais sólida nas negociações territoriais. No ano de 1881, é assinado o Tratado de Limites entre a República Argentina e a República do Chile, acertando as linhas demarcatórias entre os dois países. No tratado, o Chile abre mão da Patagônia, ao passo que a Argentina abdica do Estreito de Magalhães. Este último é declarado neutro e tem seus direitos de navegação abertos a todas as nações. Na *Tierra del Fuego*, a divisão foi feita por uma linha reta partindo do *Cabo del Espíritu Santo* na latitude 52°40’, se prolongando até o sul, onde se encontra com o Canal de Beagle. Concernente às ilhas, acordou-se que

Pertencerão a República Argentina a ilha dos Estados, as ilhotas proximalmente imediatas a esta e as demais ilhas que existirem sobre o Atlântico ao Oriente da Terra do Fogo e costas orientais da Patagônia; e pertencerão ao Chile todas as ilhas ao Sul do Canal de Beagle até o Cabo de Hornos e as que existirem ao Ocidente da Terra do Fogo²⁷.

Não obstante, o tratado não define exatamente o curso do Canal de Beagle, tornando a interpretação sobre a posse das ilhas ao sul do mesmo dúbia. Além do mais, nenhum dos dois países se sentiu contemplado com o acordado. Oelsner coloca que esse

²³ CHILE. **Constitución política de la república de Chile**. Online. Disponível em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=137535&tipoVersion=0>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

²⁴ ESCUDÉ, Carlos. Carlos. Argentina territorial nationalism. **Journal of latin american studies**. Vol. 20, maio, 1988, p. 143.

²⁵ ESCUDÉ, Carlos. Op. Cit, p. 144.

²⁶ Idem.

²⁷ ARGENTINA. Tratado de Limites entre a República Argentina e a República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>> Acesso em: 23 de ago. de 2013. (Tradução nossa)

primeiro embate entre as duas nações consubstanciou a formação de imagens mútuas negativas e antagônicas, criando um padrão de relacionamento que iria ser reproduzido por mais de um século²⁸. Escudé consegue captar o jogo de imagens regional:

Na Argentina existe uma percepção generalizada de que a expansão chilena ao sul e outros territórios se deu às custas da Argentina. No Chile há uma percepção paralela do expansionismo argentino as custas do Chile, embora isso seja um pouco mitigado pela percepção de expansão para o norte do Chile, em detrimento da Bolívia e, mais inegavelmente, Peru. No Chile, há uma percepção generalizada de que toda a Patagônia deveria ter sido chilena. Na Argentina há uma percepção paralela de que todo o Chile ao sul do rio Bío-Bío deveria ter sido argentino²⁹.

Em 1892, peritos foram designados para aclarar a questão das fronteiras. Eram eles o Ministro da Guerra e da Marinha chileno, Don Isidoro Errázuriz, e Don Norberto Quirno Costa, Ministro Plenipotenciário argentino. Dos trabalhos realizados, foi firmado o Protocolo Adicional e Aclaratório do Tratado de Limites entre a República Argentina e o Chile³⁰ em 01 de maio de 1893, entrando em vigor no 21 de dezembro do mesmo ano com a aprovação da Ata de Demarcação de Limites³¹. Por meio desse protocolo, foi estabelecido o principio bioceânico, dividindo os direitos dos oceanos Pacífico e Atlântico aos respectivos países.

Os abaixo-assinados declaram que, de acordo com seus respectivos governos, e no espírito do Tratado de Limites, a República Argentina mantém o seu domínio e soberania sobre todo o território situado a leste da cadeia principal dos Andes até a costa atlântica, como a República do Chile o território ocidental até as margens do Pacífico; Entendendo-se que, pelas disposições do Tratado, a soberania de cada Estado sobre a respectiva costa é absoluta, de tal forma que o Chile não pode reivindicar ponto algum sobre o Atlântico, assim como República Argentina não pode ter essa pretensão em relação ao pacífico³².

²⁸ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 108.

²⁹ ESCUDÉ, Carlos. Argentine territorial nationalism. **Journal of latin american studies**. Vol. 20, No. 1, maio, 1988, p. 141. (Tradução nossa)

³⁰ ARGENTINA. Protocolo Adicional e Aclaratório do Tratado de Limites entre a República Argentina e o Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013

³¹ ARGENTINA. Ata de Demarcação de Limites com o Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

³² ARGENTINA. Protocolo Adicional e Aclaratório do Tratado de Limites entre a República Argentina e o Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em 23 de ago. de 2013. (tradução nossa)

No período que se seguiu, as tensões só tenderiam a se acirrar. A Argentina preocupava-se com o poderio naval chileno, o qual demonstrou grande força na Guerra do Pacífico e estava com a moral alta com a vitória. Os dois países, na apreensão causada pelos desentendimentos territoriais, realizaram investimentos massivos em materiais bélicos, predominantemente navais. Entretanto, como ainda não possuíam parques industriais, ficaram à mercê dos fornecedores europeus. Segundo Moniz Bandeira, no período houve uma ofensiva da indústria de armamentos do Velho Continente — Alemanha, França e Grã-Bretanha — em relação a América do Sul pela partilha do mercado bélico emergente³³.

Em 1895, o poder naval chileno ainda superava o argentino. De maneira a contornar a relação de forças, em 1896 a Argentina buscou o auxílio externo do Rei Humberto I da Itália. Com seu apoio, foram construídos cruzeiros de mais de 7000 toneladas³⁴. Soma-se a isso a compra dos encouraçados Garibaldi e Varese e o início da construção de mais dois, o Puyerrredón e o Belgrano³⁵.

Em 1898 as compras acirram-se. O governo argentino adota a posição de a cada compra chilena, realizar duas³⁶. E assim foi quando o Chile comprou o navio Chacabuco e o governo argentino respondeu com a aquisição do Rivadavia e o Moreno. O mesmo padrão se seguiu quando Santiago utilizou suas reservas de ouro para comprar duas embarcações de 11000 toneladas. Em resposta, a Argentina comprou duas de 15000 mil toneladas e mais seis destroyers da classe Nembo³⁷.

No ano seguinte, os investimentos militares começaram a interferir nas economias nacionais. O Chile tentava acompanhar o ritmo argentino de compras, porém este último passava por um bom momento econômico desde a vitória na Guerra do Paraguai³⁸, dificultando a equiparação. A Argentina, na medida em que sentia que seu relacionamento com o Chile recrudescia, tentava por meio da diplomacia adotar uma postura mais amistosa em relação ao Brasil. Sua preocupação era ficar encurralada e ter que lutar em duas frentes de batalha. Assim sendo, desde 1889 com a proclamação da república no

³³ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.97.

³⁴ GARAY, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile e Brasil (1891-1923). In: **História Crítica**. set-dez 2012, nº 48. p. 43.

³⁵ Ibidem, p. 43-44.

³⁶ CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. História general de las relaciones exteriores de la República Argentina, volumen VII. In: La argentina frente a la America del Sur 1881-193. Buenos Aires: CARI/Nuevo Hacer, 1999. p. 55. Apud. GARAY, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile e Brasil (1891-1923). **História Crítica**. set-dez 2012, nº 48. p. 44.

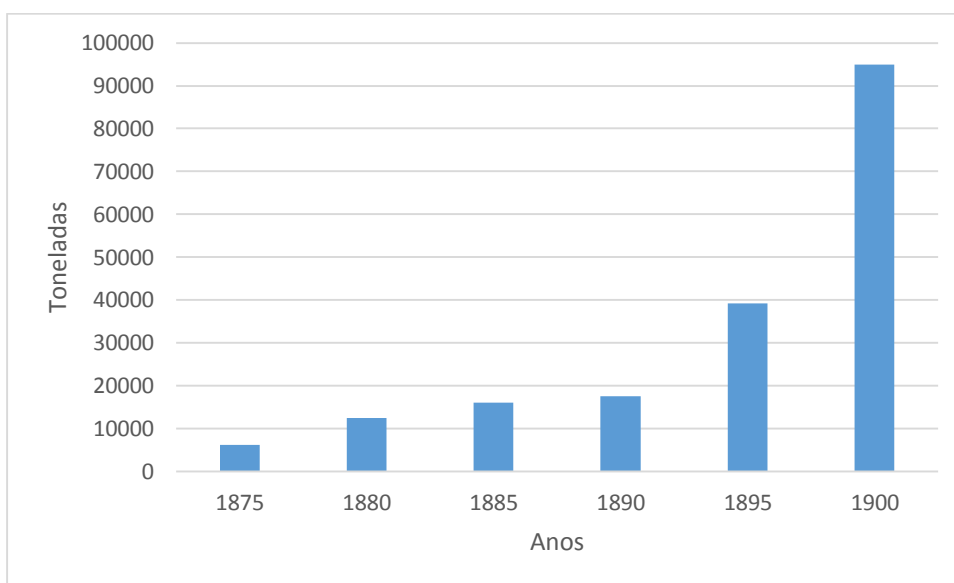
³⁷ GARAY, Op. Cit. p. 44.

³⁸ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. Op. Cit., p.56.

Brasil e a resolução da contenda das Missões, as relações bilaterais entre Brasil e Argentina entraram em um momento de cordialidade. Ainda que, em 1899, os presidentes Roca e Errázuriz, da Argentina e do Chile respectivamente, sinalizassem a intenção de evitar o conflito ao se encontrarem no Estreito de Magalhães, o que depois ficou conhecido como o Abraço de Magalhães, as compras e a mobilização militar não pararam. O Chile, em 1901 realizou a compra de seis caça-torpedos e criou a Guarda Nacional. Do lado argentino, foi criada a Lei do Serviço Militar Obrigatório.

A situação chegou a um ponto em que, se permanecesse tal qual estava, levaria os Estados a um colapso financeiro, colocando em risco investimentos realizados pelo capital europeu na região. Para dimensionar os investimentos realizados pelos Estados, ver no quadro seguinte o tamanho, em toneladas, da armada Argentina ao longo do período em questão.

Figura 1 – Armada Argentina em Toneladas



Fonte: elaboração própria baseado nos dados encontrados em BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul.** Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.58.

Nesse sentido, por meio da pressão exercida pelos bancos Baring e Rothschild na Coroa Britânica, as linhas de crédito para a compra de armamentos foram fechadas a esses países, na esperança de colocar fim à escalada das animosidades e resguardar os interesses do capital europeu³⁹.

³⁹ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul.** Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.106.

Como resultado desses dois fatores —os interesses do capital estrangeiro e a situação financeira dos Estados— são firmados os chamados Pactos de Maio, em 1902. O conjunto de quatro acordos tinha como objetivo evitar que a situação culminasse em um confronto armado. Eram eles: 1) Ata Preliminar entre a República Argentina e a República do Chile para Celebrar um Tratado Geral de Arbitragem; 2) Acordo entre o Governo da República da República Argentina e o Governo da República do Chile sobre a Designação de uma Comissão de que Fixe no Terreno as Demarcações Determinadas na Sentença Arbitral; 3) Convenção sobre Limitação de Armamentos Navais entre o Governo República Argentina e o Governo da República do Chile; e 4) Tratado Geral de Arbitragem entre os Governos da República Argentina e da República do Chile. A arbitragem ficou a cargo da Coroa Britânica.

O acordo sobre limitação de armamentos consolidou a prevalência naval argentina sobre a chilena⁴⁰. O artigo primeiro da convenção afirmava que, de maneira a mitigar as inquietudes em um ou outro país, ambos desistiriam de concluir a construção de navios em curso, bem como adquirir novos. Complementarmente, se comprometeriam a diminuir suas respectivas esquadras até o ponto de uma “discreta equivalência”. No segundo artigo fixa-se a data de cinco anos até que os países sejam liberados do compromisso de não aumentar seus armamentos navais⁴¹. Tendo em conta o bom momento vivenciado nas relações argentino-brasileiras, as tensões na região diminuíram.

Concomitantemente aos esforços de aproximação entre as nações sul-americanas, os Estados Unidos reforçavam uma política mais contundente no hemisfério. Os países da região viram com preocupação a invasão estadunidense ao México em 1914, pois isso era um precedente para a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países latino americanos⁴². De tal sorte, Argentina, Brasil e Chile uniram esforços para mediar a situação, o que culminou na realização da Conferência das Cataratas do Niágara, em 1914.

⁴⁰ GARAY, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile e Brasil (1891-1923). **História Crítica**. set-dez 2012, n° 48. p. 47.

⁴¹ ARGENTINA. Convenção sobre Limitação de Armamentos Navais entre o Governo República Argentina e o Governo da República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

⁴² Com o pretexto de capturar um carregamento de armas que, supostamente se destinava ao governo do general Victoriano Huerta, 1000 fuzileiros navais e marinheiros estadunidenses ocuparam a cidade de Vera Cruz. O armamento seria utilizado contra as forças constitucionalistas de Venustiano Carranza. BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.129.

Animados com os frutos dessa aproximação inicial, os três países articularam-se para formar uma aliança que estabilizasse a região sul-americana, ao mesmo tempo em que a isolasse de ingerências externas. Assim, em 1915 firmam o Tratado de Não Agressão, Consulta e Arbitragem, conhecido como o Pacto ABC. O acordo tinha como objetivo ser um mecanismo de resolução pacífica de contendas entres os três países, garantindo assim a estabilidade regional. Não obstante, forças internas dos três países mostraram-se contrárias ao acordo — parte do poder legislativo e opinião pública — além do fato de que o Brasil logo retornou ao seu alinhamento político com os Estados Unidos. A iniciativa, ainda que benéfica ao relacionamento sub-regional, não ganhou a força esperada.

Argentina e Chile aproximaram-se na década de 1950 sob os governos de Juan Domingo Perón na Argentina, e Carlos Ibáñez no Chile. Os dois Chefes de Estado compartilhavam trajetórias similares: ambos eram generais do exércitos e ganharam com larga diferença as eleições de seus respectivos países. Oelsner afirma que esse momento histórico de cordialidade foi o mais importante em mais de um século, somente superado pelos anos 1990⁴³. O diálogo estabelecido restringiu-se, entretanto, à concertação econômica, culminando na assinatura do Tratado de União Econômica Argentino-Chilena, em 08 de julho de 1953⁴⁴.

Apesar da aproximação entre os governos, a situação tencionou-se em 1958 com o desentendimento sobre a soberania da ilha Snipe, localizada no extremo meridional chileno. Entretanto, prontamente, os presidentes Jorge Alessandri e Arturo Frondizi, chileno e argentino respectivamente, realizam uma declaração conjunta “expressando sua categórica determinação de entrar de imediato em negociações encaminhadas a encontrar as formas arbitrais adequadas que permitam resolver os diferendos existentes”⁴⁵. Apesar da rápida movimentação política para resolver a situação, a questão trouxe à tona os sentimentos territorialistas abafados pelo bom momento nas relações bilaterais. Nos anos seguintes, em declarações conjuntas, acordos e tratados, o tema da delimitação territorial voltou à pauta.

⁴³ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 111.

⁴⁴ ARGENTINA. Tratado de União Econômica Argentino-Chilena. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013

⁴⁵ ARGENTINA. Declaración Conjunta de los Presidentes de Argentina y Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>; Acesso em: 23 de ago. de 2013; (Tradução nossa)

Tabela 2 -Documentos Diplomáticos Argentino-Chilenos entre 1960 e 1965

Ata adicional argentino-chilena que altera o tratado de 16 de abril de 1941 sobre revisão, reposição e densificação de marcos	12/06/1960
Protocolo argentino-chileno para submeter à decisão de sua majestade britânica a interpretação do laudo arbitral que ditara sua majestade o Rei Eduardo VII em 1902 relativo ao limite no setor compreendido entre os marcos 16 e 17	12/06/1960
Protocolo argentino-chile relativo aos limites no Canal de Beagle, submetendo à Corte Internacional de Justiça a controvérsia sobre as ilhas ao sul da Terra do Fogo	12/06/1960
Acordo por notas reversais de 8 de abril de 1961 sobre marcos	24/08/ 1960
Acordo por notas reversais argentino-chileno sobre modificação da ata adicional ao protocolo de abril de 1941 referente a limites	08/09/1961
Acordo por notas reversais sobre arbitragem do diferendo Zina Rio Encuentro (arbitragem britânica)	30/10/1964
Declaração Conjunta dos Ministros de RREE das Repúblicas da Argentina e do Chile, Referente a Temas de Interesses Latino-americano e Zonal	06/11/1964
Ata de Balmaceda sobre a atividade da Comissão Mista de Limites argentino-chilena	09/12/ 1965
Laudo de Sua Majestade Isabel II Acordo de Arbitragem (compromisso) estabelecido pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no 1º de abril de 1965, para a arbitragem de uma controvérsia entre a República da Argentina e a República do Chile, concernente a certas partes da fronteira entre seus territórios Reio Encuentro-Palena	09/12/ 1965

Fonte: ARGENTINA. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em 23 de ago. de 2013.

Na Ata de Balmaceda, de 9 de dezembro de 1965, os Ministros da Defesa da Argentina e do Chile expressaram sua satisfação no decorrer dos trabalhos da Comissão Mista de fronteiras instituída entre os países. Tal reconhecimento foi reiterado na Declaração Conjunta dos Presidentes da República Argentina e da República do Chile em janeiro de 1970. Nesse documento é relembado o interesse na manutenção de relações amistosas e resolução pacífica de contendas. Temas como integração física, limites, proteção de riquezas marítimas e ciência, cultura e tecnologia também são discutidos⁴⁶.

A vontade política na resolução dos desentendimentos entre as duas nações se manifesta em 1971 na assinatura do Acordo Arbitragem (Compromisso) a Respeito de uma Controvérsia entre a República Argentina e a República do Chile na Zona do Canal

⁴⁶ ARGENTINA. Declaração Conjunta dos Presidentes da República Argentina e da República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

de Beagle. A disputa dizia respeito a três ilhas nas entrada leste do Canal —Picton, Lennox e Nueva— e sua importância residia no fato de que essa região liga os dois oceanos, garantindo ao seu controle grande significância geopolítica. Pelo arranjo entre as duas nações, a Coroa Britânica foi escolhida com árbitra para a questão. Não obstante, o governo argentino manifestou-se sobre a imparcialidade questionável da Coroa Britânica na resolução da questão, dado o contencioso entre seus governos sobre as Ilhas Malvinas⁴⁷. Finalmente designou-se, em caráter auxiliar, uma corte arbitral da Corte Internacional de Justiça⁴⁸. Na época, Salvador Allende era presidente do Chile e Alejandro Lanusse estava a cargo do governo militar argentino. Em declaração conjunta, ambos afirmaram que “a antiga controvérsia da zona do Canal de Beagle será resolvida por um procedimento arbitral e de arranjo pacífico”⁴⁹.

Em 1976, com o golpe militar no Chile e a ascensão de Pinochet ao governo, os dois países se aproximam ainda mais. Com Videla à frente da Argentina, são firmados 19 acordos em várias áreas⁵⁰. Entretanto, com o Laudo Arbitral britânico de maio de 1977 apoiando os argumentos chilenos, as relações deterioraram-se. A vitória do Chile garantiu ao país projeção ao Oceano Atlântico, quebrando a divisão estabelecida pelo princípio bioceânico. Além disso, outras razões impediram que o governo argentino aceitasse a decisão do laudo. Em primeiro lugar, a concessão da soberania das águas em questão deixaria a base naval de Ushuaia isolada e, em segundo lugar, a perda da soberania das ilhas poderia colocar em xeque as demandas argentinas por setores da Antártida, invalidando assim a ideia de uma Argentina Tricontinental (continental, insular e antártida)⁵¹.

A Argentina rechaçou o veredito alegando que seu posicionamento tinha sido mal interpretado⁵² pela Coroa Britânica. No dia 25 de janeiro de 1978, o governo argentino

⁴⁷ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 113.

⁴⁸ ARGENTINA. Acordo Arbitragem (Compromisso) a Respeito de uma Controvérsia entre a República Argentina e a República do Chile na Zona do Canal de Beagle. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

⁴⁹ ARGENTINA. Declaração conjunta dos governos da República da Argentina e da República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

⁵⁰ ARGENTINA. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

⁵¹ OELSNER, Andrea. Op. Cit. p. 114.

⁵² DE LA FUENTE, Pedro Luis. Confidence-building measures in the Southern Cone: a model for regional stability. **Naval War College Review**. Winter 1997; Vol. L Nº1., p. 50.

rejeitou oficialmente o laudo e a relação piorou, sendo dominada pela desconfiança mútua. Tentando evitar o pior, os dois governos criam, por meio da Ata de Puerto Montt de 20 de fevereiro de 1978⁵³, duas comissões mistas para negociação. Não obstante, após um período de seis meses, nenhum avanço tinha sido alcançado. Nesse momento os dois países se encontravam a caminhando em direção à guerra. Em outubro, Pinochet chegou a considerar a possibilidade de uma mediação do Vaticano para resolver a contenda, a qual descartou dias depois. Vendo a crescente intransigência chilena à saída diplomática, Videla perdeu credibilidade ante parcela das FFAA partidária de um posicionamento mais duro em relação ao Chile⁵⁴.

O governo argentino posicionou sua frota ao sul das Malvinas, ao passo que a frota chilena espalhou-se pela região insular esperando o momento do confronto. Videla não encontrava espaço para uma solução conciliada, visto a inflexibilidade do governo chileno, e o início das hostilidades parecia iminente. Como última alternativa, o governo argentino envia uma missão secreta ao Vaticano para buscar apoio da Santa Sé para uma saída diplomática. Em dezembro o Cardeal Agostino Casaroli marcou reuniões separadas com o embaixador argentino e chileno e os informou da intenção do Papa João Paulo II de enviar um delegado especial do Vaticano para mediar a situação. A dois dias do natal, e somente seis horas antes do prazo dado pela Argentina para implementação da Operação Soberania, os maquinários de guerra são desativados e uma nova rodada de negociações é iniciada entre os países a partir do dia 26 de dezembro⁵⁵.

No dia 8 de janeiro de 1979, como resultado de um árduo esforço conciliatório do Cardeal Samoré, é assinado o Acordo Argentino-Chileno de Montevideo sobre o Problema da Zona Austral. No documento, os países renovam o acordo de escolher a Santa Sé como mediador da crise, com fins de “guiá-los nas negociações e assisti-los na busca de uma solução pacífica ao diferendo para o qual ambos os governos convieram

⁵³ ARGENTINA. Acta de Puerto Montt. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em 23 de ago. de 2013.

⁵⁴ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 117.

⁵⁵ O envolvimento da Santa Sé parece-me muito interessante. Ao passo que a premissa nas Relações Internacionais pós-Westphália é a de que existe uma separação clara nos assuntos internacionais entre política e religião, o caso apresentado vai na contramão. Não afirmo que é uma refutação categórica ao preceito, apenas destaco que é uma anomalia interessante. O envolvimento papal teve grande impacto dada a composição religiosa dos países, formados por cerca de 90% de católicos. Destarte, o julgamento de uma guerra injusta por parte do Papa, tal qual era antes de 1648, teria seus custos políticos.

buscar o método de solução pacífica que consideraram mais adequado”⁵⁶. Reafirmam também não colocar nenhum tipo de impeditivo à ação mediadora do Vaticano, contribuindo para a constituição de um arranjo pacífico para a resolução do problema da Zona Austral aceitável para as partes.

Em 1980, no dia 12 de dezembro, o Papa enviou uma proposta de paz aos governos chileno e argentino. A zona em questão era dividida entre os países, contendo ainda uma área de uso comum. O governo argentino não aceitou de pronto a proposta, em parte por causa das opiniões dissidentes no setor militar. A aparente indecisão externa era reflexo da divergência interna⁵⁷.

As percepções de ameaça, apesar da empreitada tripartite em arrefecer a zona austral, intensificaram-se em dois momentos a partir de 1980. Em 1981 com uma série de pequenos desentendimentos fronteiriços, violando o Acordo de Montevideo de 1979, e em 1982 com a “neutralidade” chilena na Guerra das Malvinas entre Argentina e Grã-Bretanha. Buenos Aires mantinha a ideia de que o Chile poderia aproveitar o momento para capturar territórios. Durante o conflito com a Grã-Bretanha, a Argentina manteve tropas terrestres próximas à fronteira com o Chile, caso fosse necessário abrir uma segunda frente de combate⁵⁸. Do mesmo modo, Santiago percebia que uma vitória argentina sobre os britânicos daria moral às tropas de Buenos Aires e seria seguida por uma invasão ao Chile⁵⁹.

Com o término da guerra e a redemocratização argentina, a resolução definitiva da questão de Beagle voltou à Agenda de Buenos Aires. A derrocada da ditadura permitiu o isolamento, até certa medida, do poder militar enquanto ator político. A assunção de Raúl Alfonsín em 1983 marcou o início de um esforço no sentido de uma política externa conduzida pelo poder civil. Sain complementa a descrição do quadro compreendido entre 1955-1983,

As Forças Armadas foram se convertendo em sujeitos de poder altamente corporativistas e com amplas margens de autonomia institucional no interior do sistema político. Isto não só se vinculou à repetida intenção militar de se

⁵⁶ ARGENTINA. Acordo Argentino-Chileno de Montevideo sobre o Problema da Zona Austral. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

⁵⁷ MONCAYO, Guillermo R.. La mediación papal en el conflicto de la zona austral. **Consejo argentino para las relaciones internacionales**. Série de artículos y testimonios n°51. Octubre 2008. p.7. Disponível em: <<http://www.cari.org.ar/pdf/mediacion-papal.pdf>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

⁵⁸ DE LA FUENTE, Pedro Luis. Confidence-building measures in the Southern Cone: a model for regional stability. **Naval War College Review**. Winter 1997; Vol. L N°1., p. 52.

⁵⁹ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 117.

consolidar como ator tutelar do cenário político, mas também, e particularmente, à debilidade e fraqueza da liderança civil democrática, que aceitou, alentou e consolidou esse papel como necessário e legítimo. Isto é, a politização de todo o militar teve como contra cara a militarização da política. Por isso, o militarismo não foi uma consequência exclusiva do comportamento político dos fardados, mas, em grande medida, foi o resultado das limitações e do comportamento concessivo de grande parte da direção política civil⁶⁰.

Ao assumir, Alfonsín manteve a adesão aos arranjos internacionais ligados ao conflito Leste-Oeste, iniciados pelos governos militares prévios, porém dedicou atenção às iniciativas de integração em fermentação na América Latina. Seu governo representou um ponto de inflexão quando comparado à política externa do período militar, dada a vontade política demonstrada em resolver as contendas históricas pendentes com o Chile⁶¹. Em janeiro de 1984, os Ministros de Relações Exteriores de ambas nações encontraram-se na Cidade do Vaticano e declararam “solenemente a decisão de preservar e desenvolver seus vínculos de paz inalterável e perpétua, e solucionar, portanto, sempre e exclusivamente por meios pacíficos as controvérsias de qualquer natureza entre seus respectivos países”⁶². Em outubro, uma versão do acordo final sobre o Canal de Beagle é enviado às chancelarias chilena e argentina pelo Vaticano e em novembro é firmada a Ata de entendimento de Buenos Aires. Nela, os países definem alguns eixos de cooperação a serem incrementados: 1) complementação econômica e comercial; 2) participação empresarial; 3) interconexões elétricas; 4) comitês de fronteira; 5) recursos hídricos compartilhados; 6) cooperação nuclear; 7) meio ambiente; 8) assistência recíproca em caso de emergências graves; 9) inventário de convênios⁶³. Em Santiago, uma Ata semelhante é assinada complementando as áreas definidas em Buenos Aires. No total, 18 setores de cooperação foram delimitados.

Um dos obstáculos, entretanto, para a consolidação e ratificação de um acordo sobre Beagle era a composição política do Senado argentino. Sendo o partido de Alfonsín minoria na casa, sua estratégia foi envolver a população por meio de um plebiscito não

⁶⁰ SAIN, Marcelo Fabian **Alfonsín, Menem e as Relações Cívico-Militares: A Construção do Controle sobre as Forças Armadas na Argentina Democrática (1983-1995)**. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.resdal.org/Arquivo/sain-cap7.htm#p1>>. Acesso em 03 de set. de 2013.

⁶¹ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin América: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 120.

⁶² ARGENTINA. Declaração de conjunta de paz e amizade. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

⁶³ ARGENTINA. Ata de entendimento de Buenos Aires. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 03 de set de 2013.

vinculante. A realização da consulta, além de exercer pressão no legislativo, demonstraria o comprometimento do novo governo com a democracia. Em novembro de 1984, o plebiscito foi realizado com uma participação voluntária de mais de 70% da população. Dessa amostra, 81% votou a favor da assinatura, 17% contra e 1% em branco⁶⁴. Quatro dias depois, o Tratado de Paz e Amizade Argentino-Chileno foi assinado⁶⁵ abrindo uma nova perspectiva no relacionamento bilateral entre Argentina e Chile afastando a possibilidade do conflito armado.

Ainda que o tratado de 1984 fosse um marco na construção da confiança, o que se seguiu não foi um processo de aprofundamento dos laços. Em grande parte essa estagnação deu-se devido à diferença de regimes políticos. Alfonsín era um forte defensor da democracia no âmbito regional, ao passo que o Chile ainda mantinha seu regime de exceção. O Tratado de Paz e Amizade, afirma Andrea Oelsner, pode ser observado como um mecanismo que permitiu que Argentina e Chile convivessem de maneira pacífica, apesar das contendas territoriais ainda pendentes. Existiam na época ainda 24 pontos de discórdia em relação às fronteiras⁶⁶.

Com a restauração da democracia no Chile em 1990, os dois países iniciaram uma aproximação mais intensa. Somente no ano da posse de Patricio Aylwin no Chile, foram firmados 8 acordos, número que dobrou em 1991. No período de 1991-2000, 86 acordos foram assinados, em contraposição aos anos compreendidos entre 1981-1990, quando somente 24 acordos foram selados⁶⁷. Após a redemocratização chilena, as divergências territoriais bilaterais foram resolvidas (sendo que das 24 remanescentes, 22 foram acertadas no prazo de um ano) e programas de integração mais amplos puderam ser colocados em prática. A liberalização econômica implementada por Menem na Argentina também foi um fator que impulsionou a cooperação. Nesse paradigma econômico, o mesmo do Chile, foi possibilitada a assinatura de uma série de acordos de cunho comercial, incrementando a interdependência entre os países.

⁶⁴OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin América: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 121.

⁶⁵ARGENTINA. Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Chile e a Confederação Argentina. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>> Acesso em 03 de setembro de 2013.

⁶⁶OELSNER, Andrea. Op. Cit. p. 123.

⁶⁷ARGENTINA. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em 23 de ago. de 2013.

Em 1995, Argentina e Chile assinam o Memorandum de Entendimento entre a República Argentina e a República do Chile para o Fortalecimento da Cooperação em Matéria de Segurança de Interesse Mútuo, que cria o COMPERSEG (Comitê Permanente de Segurança). O mecanismo tem por objetivo “estabelecer uma agenda de trabalho que permita aprofundar a cooperação entre Argentina e Chile em matéria de segurança”⁶⁸. Para tanto, o Comitê buscaria a) fortalecimento dos canais de comunicação no campo da Defesa; b) uma pronta e oportuna informação sobre as manobras militares que as partes acordem sejam notificadas previamente, incentivando a participação de observadores; e c) a promoção da atividade acadêmica que fortaleça a cooperação entre ambos países em matéria de segurança⁶⁹. Em novembro desse ano é articulado o mecanismo de Reuniões de Chanceleres e Ministros da Defesa, chamado de 2+2, pelo qual os representantes de cada Estado acordavam cooperar em temas de interesse bilateral⁷⁰.

Destacamos a relevância da publicação dos Livros Brancos no processo de construção da confiança. Em 1997, o Chile publicou o *Libro de la Defensa Nacional*, fazendo de conhecimento geral sua política de Defesa. Dois anos depois, a Argentina confecciona seu *Libro Blanco de la Defensa Nacional*. Os dois documentos convergem respeito aos tratados internacionais e na resolução pacífica de contendas. As respectivas publicações são indícios da preocupação de ambos países em fazer transparentes suas diretrizes estratégicas e entendimentos em Defesa, incrementando assim a confiança. No mesmo ano, o desentendimento sobre a soberania dos *Hielos Continentales*, última questão fronteiriça pendente, também foi resolvida.

Ainda em 1999, os então presidentes Menem da Argentina, e Ruiz-Tagle, do Chile, se reuniram em comemoração ao centenário do Abraço do Estreito de Magalhães. Tendo como referência o evento histórico que precedeu a assinatura dos Pactos de Mayo em 1902 para limitação de armamentos, os presidentes homenagearam o Cardeal Samoré e seu papel na conciliação argentino-chilena. Destacaram também a importância desempenhada pelas Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança implementadas e Reuniões Bilaterais entre os Ministros da Defesa e Relações Exteriores de cada país. Na ocasião, ambos governos manifestam sua intenção de solicitar à Comissão Econômica

⁶⁸ ARGENTINA. Memorandum de Entendimento entre a República Argentina e a república do Chile para o Fortalecimento da Cooperação em Matéria de Segurança de Interesse Mútuo. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso em: 03 de setembro de 2013.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ RUNZA, Ricardo Adrian. Las relaciones argentino-chilenas de defensa: análisis y evaluación desde la perspectiva del Comité Permanente de Seguridad. **Lateinamerika Analysen**, nº 8, junio 2004. p.141.

para a América Latina (CEPAL), uma metodologia padronizada de medição gastos militares para desenvolver em conjunto. A intenção era a de que por meio da transparência nos gastos militares, fosse possível identificar padrões e tendências nos gastos em defesa entre as nações e que percepções de ameaça advindas da interpretação equivocada dessas cifras fossem mitigadas⁷¹. O exercício bilateral durou até 2001 e foi uma experiência inédita na região, indicando o progresso da aproximação entre Argentina e Chile. Coincidindo com seu término, foi assinado o Memorandum de Cooperação Técnica, Científica e de Desenvolvimento em Matéria de Defesa. Esperava-se, pela sua assinatura, manter um canal de intercâmbio de experiências e informações na área de defesa.

O ano de 2006 marca um momento importante no relacionamento bilateral com a assinatura do Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Argentina e o Ministério da Defesa Nacional da República do Chile referente à Natureza da Força de Paz Combinada “Cruz do Sul”⁷². O propósito do documento era balizar as regras de emprego e organização da Força De Paz, sob os requisitos do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Para operacionalizar a iniciativa, o Memorandum estrutura um Estado Maior Conjunto da Força. O comprometimento com a participação em missões de paz é um ponto de convergência entre as duas nações, colocando mais uma peça na rede de cooperação em Defesa entre os dois países.

2.2.2 Argentina e Brasil

Apesar da rivalidade histórica, Argentina e Brasil só se enfrentaram militarmente uma única vez. A guerra, que durou de 1825 a 1828, encerrou-se com a arbitragem britânica e teve como consequência a independência do Uruguai. O conflito foi a consubstanciação das projeções de poder argentina e brasileira na região da Bacia do Prata. D. Pedro I via-se como herdeiro dos direitos lusitanos na região, ao passo que Buenos Aires, uma vez capital do Vice Reino do Rio da Prata, mantinha suas pretensões de reunir os territórios uma vez seus. A independência do Paraguai foi outro fator que só fez contribuir para a sensação argentina de tolhimento territorial.

Como pontua Corrêa, muitos eram os fatores que apartavam Brasil e Argentina.

⁷¹ O processo de desenvolvimento de tal metodologia é abordada no capítulo 2.

⁷² ARGENTINA. Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Defesa da república Argentina e o Ministério da Defesa Nacional da República do Chile referente à Natureza da Força de Paz Combinada Cruz do Sul. **Biblioteca digital de tratados.** Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

Ademais de herdarem os antagonismos de suas matrizes ibéricas, dividiam-se também por uma brecha de natureza social e cultural que, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, tornava impossível e impensável qualquer sentimento compartilhado de comunidade⁷³.

O Brasil, após sua independência, permaneceu monárquico. Em contrapartida, a América hispânica caminhava para republicanismo, inflada pelos ideais liberais. Essa divergência fazia o hispânico perceber o Brasil como uma continuação do imperialismo e expansionismo português. Em grande medida, o relacionamento entre as nações sul-americanas foi determinado por essa visão inicial.

A Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, coloca os dois competidores pela hegemonia no Prata lutando do mesmo lado. Ocorrido entre 1865 e 1870, o conflito armado, entretanto, não representou nenhuma mudança no paradigma de relacionamento bilateral, mostrando-se apenas como a representação de interesses convergentes na contenção de Solano López. Apesar da coligação, as desconfianças permaneciam de modo agudo. Com o fim da guerra, a sub-região sul-americana viu-se representada por um Brasil debilitado em suas finanças devido ao esforço despendido no conflito, e uma Argentina fortalecida, agora proeminente no Prata.

Com o advento da República no Brasil em 1889, o país assemelhou-se mais à América hispânica no que tange às instituições. Com esse pano de fundo, Brasil e Argentina iniciam um momento amistoso em sua relação bilateral, visto a mitigação da percepção de que o Brasil era uma ameaça às estruturas republicanas da região.

Fonte de grande tensão entre os dois países àquela época era o litígio em torno do território das Missões. Espaço estratégico para o Brasil, o território das Missões era precioso para a integração do Rio Grande do Sul ao restante do país. A região foi militarizada pelos dois lados, aventando a possibilidade de um novo conflito entre as nações vizinhas. De acordo com Moniz Bandeira, apesar das tensões, nenhuma das partes considerou, efetivamente, a consumação do conflito. Entretanto, no período, fortes investimentos militares foram realizados fomentados “em larga medida, pelas indústrias de material bélico da Alemanha, e a Schneider-Creusot da França, que competiam pelos mercados da América Latina, dominados pela Krupp desde os anos 60 do século XIX.”⁷⁴.

⁷³ CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica. In **A visão do outro**: seminário Brasil – Argentina. Brasília: FUNAG, 2000. p. 33.

⁷⁴ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.51.

Em 1895, após submetida a arbitragem estadunidense, o território das Missões é concedido ao Brasil.

Com o aumento das aquisições navais argentinas, o Brasil percebeu que se encontrava em desvantagem militar. Até 1890, o país mantinha-se como maior expoente de poder naval na América do Sul. Contudo, com a Revolta da Armada em 1893, a preeminência da força terrestre após a declaração da República, as crises políticas e as complicações financeiras⁷⁵, o poder naval brasileiro foi significativamente reduzido. Segundo dados levantados por Moniz Bandeira, após a insurreição de 1893, a balança naval entre Brasil e Argentina ficou da seguinte maneira

Tabela 3 - Balança Naval Argentina Brasil

Navegação/País	Argentina	Brasil
Couraçados	5	3
Cruzadores	7	6
Destroyers	4	0
Canhoneiras	4	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados encontrados em BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.97.

Justamente por possuir uma posição desvantajosa em relação aos seus vizinhos — Argentina e Chile — que já haviam incrementado seus petrechos bélicos, e por não ter uma indústria nacional que pudesse produzir os armamentos que necessitava, o Brasil buscou auxílio das potências europeias, que se encontravam em competição pelos mercados sul-americanos. Tal fato causou alarde no governo de Buenos Aires. O então Ministro das Relações Exteriores, Estanislao Zeballos, via com grande desconfiança o interesse brasileiro em renovar sua esquadra.

De maneira a colocar em movimento seu plano reestruturação naval, em 1904 o Brasil encomendou 3 couraçados de 12000 a 15000 toneladas, três cruzeiros, seis caça-torpedos, três submarinos, e navios de auxílio. No ano seguinte, a Argentina responde com a compra de 10 destroyers de 400 toneladas, custando aos cofres públicos 70 mil libras esterlinas cada⁷⁶. De acordo com Candeas

⁷⁵BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2008. p. 168.

⁷⁶ GARAY, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile e Brasil (1891-1923). **História Crítica**. set-dez 2012, n° 48. p. 50.

As relações Brasil-Argentina aplicaram, a seu modo, modelos prevalecentes na Europa do início do século XX: a “paz armada” (no caso argentino, mais válido para a relação com o Chile) e a “entente cordiale”, que inspirou a “cordial inteligência política” de Rio Branco⁷⁷.

O ano de 1906 se mostrou expressivo para o relacionamento argentino-brasileiro, ao menos na dinâmica de compras de materiais militares, visto que logo a Argentina se veria livre da obrigação jurídica que havia firmado com o Chile de limitar suas aquisições bélicas. Tendo como contexto as movimentações diplomáticas do Chanceler brasileiro Barão do Rio Branco na sub-região, a Argentina aumentava sistematicamente sua desconfiança pelo incremento do poder militar do Brasil. Contribuiu muito para essa situação o comentário do representante argentino no Rio de Janeiro, Júlio Fernandez, de que a ferrovia que estava sendo construída pelo Brasil entre San Francisco-Iguazu e Itapurá-Corumbá era estritamente de interesse estratégico. O comunicado impactou Buenos Aires, que logo tratou de mudar a bitola dos trilhos do Paraguai central, na tentativa de impedir movimentações brasileiras por lá⁷⁸.

Segundo Moniz Bandeira, o contexto de relacionamentos tensos bosquejado ao final do século XIX foi de grande sorte ao conglomerado industrial bélico europeu, que buscou aproveitar-se da situação e multiplicar seus lucros. Para o autor

Como forma de ampliar ou conquistar o mercado para sua produção, as grandes usinas de aço, os fabricantes de material bélico e os estaleiros, tais como a Krupp, da Alemanha, a Schneider-Creusot, da França, e Vickers-Armstrong, da Grã-Bretanha, além de outras, exploraram, então, as antigas rivalidades e açularam o antagonismo entre a Argentina e o Brasil, intrigando quase a ponto de provocar a eclosão de uma guerra.⁷⁹

A diplomacia brasileira, à época, buscava por meio das habilidades de Rio Branco consolidar suas fronteiras e adequar o Brasil ao novo cenário político internacional que se delineava. Os Estados Unidos emergiam como uma nova força no sistema internacional e a perspicácia de Rio Branco permitiu-o perceber tal mudança. A Argentina, que mantinha laços próximos com a Grã-Bretanha e se opunha aos Estados Unidos sistematicamente, via o estreitamento das relações desse último com o Brasil com preocupação. Percebia que o rearmamento naval, aliado à aproximação com os estadunidenses, era um indício do começo de uma política externa brasileira imperialista

⁷⁷ CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Funag, 2010. p.159.

⁷⁸ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.99.

⁷⁹ *Ibidem*, p.97.

e defensora dos interesses dos EUA na América do Sul⁸⁰. Alarmou-se ainda mais a Argentina com a elevação da delegação brasileira na embaixada de Washington. O periódico portenho *La Prensa* percebia nisso uma intenção brasileira de colocar-se em um patamar superior ao das outras nações sul-americanas⁸¹.

A atuação diplomática de Rio Branco se voltou em grande medida para a mitigação das desconfianças das nações sul-americanas. No período em que ficou à frente da Chancelaria do Brasil (1902-1912), resolveu as contendas territoriais pendentes com seus vizinhos de maneira pacífica⁸². Rio Branco tinha em Estanislau Zeballos, então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, um forte rival desde a questão das Missões. Este, inviabilizou os planos iniciais do Chanceler para a formação de um bloco político entre Argentina, Brasil e Chile ao subordiná-los à limitação do poderio naval brasileiro⁸³. Zeballos ocupou a Chancelaria argentina por três mandatos presidenciais (Juarez Celman, Carlos Pellegrini e Figueroa Alcorta), e mantinha posições de grande influência em seu país: era diretor do jornal *La Prensa* e presidente da Sociedade Rural. Suas posições políticas percebiam uma sociedade argentina em declínio, tendo no uso da força um meio legítimo de resolução das contendas⁸⁴.

Convencido de que havia em Rio Branco uma intenção beligerante, Zeballos preparava-se para uma guerra preventiva contra o Brasil. Seu plano era, caso o Brasil não cessasse suas compras militares, invadir o Rio de Janeiro. No seu esforço em angariar recursos e iniciar um conflito contra o Brasil, Zeballos chegou a interceptar e falsificar um telegrama cifrado de Rio Branco a Domício da Gama, que integrava a delegação brasileira no Chile. Quando desmascarado, o presidente argentino Figueroa Alcorta não teve outra saída a não ser pedir sua demissão. Mesmo após sua queda, Zeballos influenciou o ambiente político argentino ao pressionar, com sucesso, o congresso para a aprovação de um projeto de rearmamento de 150 milhões de pesos. Dinheiro esse que sairia do orçamento ordinário nacional⁸⁵.

Quando os Estados Unidos, a quem interessava os atritos entre a Argentina e o Brasil mas não a guerra, afirmou que enviaria uma esquadra ao Brasil caso a Argentina

⁸⁰ BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2008. p. 194.

⁸¹ Ibidem, p. 195.

⁸² Ibidem, p. 197.

⁸³ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.102

⁸⁴ CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**. História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: Funag, 2010. p.158.

⁸⁵ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. Op. Cit., p.106.

continuasse com os planos de fazer demonstrações navais ao longo da costa brasileira, a situação foi controlada. A deflagração de uma guerra na América do Sul desestabilizaria os interesses comerciais que os Estados Unidos mantinham com o Brasil. Candéas comenta o momento,

O fim da era Zeballos foi seguido de aprimoramento nas relações bilaterais. Victorino de la Plaza, adepto da corrente pacifista oposta à do Chanceler deposto, assume o Ministério de Relações Exteriores e Culto e procura retomar o bom entendimento com o Brasil na questão do rearmamento naval, tal como desejado pelo Presidente Alcorta⁸⁶.

Com a assunção de Sáenz Peña à presidência argentina, a situação mudou, pois para ele, a manutenção da paz na região passava por um entendimento com o Brasil, declarando que tudo unia Brasil e Argentina e nada os separava. Desse modo, buscou um entendimento para que a corrida armamentista travada entre os dois países pudesse cessar imediatamente. Nas conversações, Rio Branco expressou a Ramón J. Cárcano, embaixador argentino, que não buscava equipar sua esquadra com capacidades que fossem além de suas reais necessidades, determinadas em grande parte pela extensa faixa litorânea que o país tem. Assim sendo, uma equivalência naval era improvável. Na ocasião, Rio Branco propôs a formação de um entendimento entre Argentina, Brasil e Chile, uma aliança entre as três maiores nações da América do Sul. Contudo, o ambiente político ainda não era favorável. O terreno só se torna fértil a uma aproximação mais firme em 1915, quando é firmado o Tratado de Não Agressão, Consulta e Arbitragem, vulgo Pacto ABC. Sobreleva-se, entretanto, que o pacto não tratava da questão do desarmamento. Limitou-se a estabelecer um mecanismo de resolução pacífica de controvérsias.

Em 1933, a Argentina buscou apoio do Brasil para a firma do Tratado Anti-Bélico de Não Agressão e Conciliação. Temerosos com o Chile, os argentinos viram na assinatura de um tratado de escopo sul-americano a possibilidade de evitar que, na eventualidade de uma guerra contra Santiago, o Brasil não se unisse a esse. A iniciativa deu certo e Argentina, Brasil, Chile (com ressalvas), México, Paraguai e Uruguai assinaram o tratado em 10 de outubro de 1933. Na ocasião, outros convênios de diversos temas foram assinados, diversificando pela primeira vez a agenda bilateral⁸⁷.

⁸⁶ CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**. História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: Funag, 2010. p.158

⁸⁷ CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina**: uma análise dos avanços e recuos. In Rev. bras. polít. int. vol.48 no.1 Brasília Jan./June 2005.

Os dois países atuaram conjuntamente na mediação da Guerra do Chaco (1932-1935). Apesar de ter suas origens no século XIX, a contenda entre Bolívia e Paraguai pelo controle da região do Chaco recrudesceu na década 1930, vista a possibilidade de haver petróleo na região, o que elevaria o Chaco a um patamar estratégico. Argentina e Brasil não participaram dos primeiros esforços para evitar ou cessar o conflito. Os primeiros países a tentar mediar a situação foram Uruguai, Colômbia, México, Cuba e Estados Unidos⁸⁸. Sem sucesso na mediação, a questão foi levada à Liga das Nações.

Em 1933, Getúlio Vargas comprometeu-se em trazer as duas nações em conflito a um entendimento. Nesse esforço, integra-se a Argentina, acompanhada de seu Chanceler Saavedra Lamas. Este último desenvolveu seus trabalhos em conjunto com o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil José Carlos de Macedo Soares de maneira sagaz e habilidosa até que em 1935, no dia 19 de julho, o conflito chega a um fim por meio da assinatura do Protocolo sobre a Convocação da Conferência de Paz, relativa ao Conflito no Chaco⁸⁹. O momento histórico em questão é de riqueza analítica pois mostra uma associação diplomática entre Brasil e Argentina para resolver questões referentes à paz no seu entorno regional. Essa empreitada foi realizada sem apoio direito de nenhuma potência, pois estas já haviam abandonado a questão, e à revelia dos interesses econômicos envolvidos no conflito. Citando mais uma vez Moniz Bandeira, destacamos as ambições enredadas à guerra,

De modo geral, as indústrias de material bélico não só da Grã-Bretanha e dos EUA como também da Alemanha, França, Bélgica, Tchecoslováquia, Espanha e Suíça realizaram com aqueles dois países (Bolívia e Paraguai) vultuosos negócios, financiados por grandes bancos europeus e norte-americanos, entre os quais o Midland Bank, o Banque de Paris et Pays-Bas e o Chemical Bank and Trust Co. Sem dúvida, interesse elas tiveram na deflagração da Guerra do Chaco, a primeira a empregar de foram exclusiva a tração mecânica, a utilizar amplamente o aeroplano e a demonstrar o valor da pistola-metralhadora.⁹⁰

Com o início da II Guerra Mundial e o conseqüente fechamento dos mercados europeus, as relações regionais foram reavaliadas. Dessa maneira, o vínculo entre Argentina e Brasil cresceu em importância até a assinatura do Tratado para Promover um Regime de Livre Intercâmbio Comercial entre o Governo da República Argentina e o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1941. O objetivo era estabelecer

⁸⁸ BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2008. p. 243.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 245.

⁹⁰ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.106.

uma união aduaneira por meio da implementação paulatina de um regime de livre câmbio⁹¹. Não obstante, o plano não pôde ser cumprido pelos diferentes caminhos escolhidos por cada país frente à guerra. Ainda que inicialmente o Brasil tivesse se declarado neutro no conflito, o afundamento de cerca de 20 navios brasileiros por, presumidamente, submarinos alemães e italianos em 1942 forçou Getúlio Vargas a se envolver na guerra, ao passo que a Argentina manteve a neutralidade. Segundo Moniz Bandeira, “esta decisão separou o Brasil, politicamente, da Argentina, e a sequência dos acontecimentos inviabilizou qualquer tentativa no sentido de constituir a união aduaneira e estende-la aos países limítrofes da América do Sul”⁹². Os posicionamentos políticos convergentes de Vargas no Brasil e Perón na Argentina permitiram uma maior aproximação no pós conflito. Perón falava de um “novo ABC”, em alusão a 1915. Apesar de afeiçoar-se à ideia inicialmente, Vargas a descarta. Buenos Aires, frustrado, culpa ao Itamaraty, vendo-o como um órgão de autonomia excedente, atrapalhando a aproximação entre os dois países⁹³.

Uma nova aproximação ocorre nos governos de Arturo Frondizi e Juscelino Kubitschek. O impulso pela industrialização e desenvolvimento nacional era um valor que os aproximava. Apesar de ter a legitimidade de seu governo (1958-1962) constantemente questionada, Frondizi buscou fomentar a indústria argentina por meio da substituição das importações, modelo econômico em voga na América Latina no momento. Já no ano de sua posse, ele encontrou-se com Juscelino para criar o Grupo de Cooperação Industrial Brasil-Argentina. Três anos depois, em Uruguaiana, firmaram o Convênio de Amizade e Consulta. Por meio deste acordo, as altas partes contratantes, “com o propósito de consolidar os laços de amizade que as unem, concordam em efetuar consultas permanentes sobre todos os assuntos de interesse comum e em coordenar suas atuações no âmbito continental e mundial”⁹⁴. Nessa ocasião, são assinadas a Declaração Conjunta dos Presidentes da República Argentina e dos Estados Unidos do Brasil,

⁹¹ ARGENTINA. Tratado para Promover um Regime de Livre Intercâmbio Comercial entre o Governo da República Argentina e o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil. **Biblioteca digital de tratados.** Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013

⁹² BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. Op. Cit. p.203.

⁹³ CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. In Rev. bras. polít. int. vol.48 no.1 Brasília Jan./June 2005.p. 18

⁹⁴ ARGENTINA. Convenio de amistad y consulta entre la República Argentina y los Estados Unidos do Brasil. **Biblioteca digital de tratados.** Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 11 de set. de 2013. (Tradução nossa)

reiterando o compromisso em aproximar as duas nações e orientar sua política internacional em razão da “condição sul-americana que lhes é comum”, e a Declaração Econômica dos Presidentes da República Argentina e dos Estados Unidos do Brasil, na qual são apontados os próximos passos para o aprofundamento da cooperação econômica. Aos acordos alcançados na oportunidade, convencionou-se chamar de Espírito de Uruguaiana.

Não obstante as duas nações estivessem em um momento cordial, a irrupção de golpes militares e implantação de regimes ditatoriais constituiu um retrocesso no relacionamento. Com as ditaduras militares as relações interestatais no Cone Sul adquiriram forte tonalidade geopolítica. Dentro da lógica da Guerra Fria, Argentina e Brasil reforçaram em suas políticas a importância do território para seus respectivos projetos de desenvolvimento nacional. No Brasil, o arcabouço teórico geopolítico é fornecido por Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Nos três autores, é comum a ideia de um Brasil Potência, o que preocupava Buenos Aires. Na Argentina, Juan Guglielmelli contribuiu significativamente para a elaboração de um pensamento geopolítico. Seus escritos mostram sua oposição à política externa do Brasil, na medida em que este último aumentava sua influência regional⁹⁵.

Nesse ínterim, as relações bilaterais são escassas e tensas. O crescimento econômico brasileiro incomoda a Argentina, imersa em sua instabilidade interna. Entretanto, paradoxalmente, é justamente nesse período que as duas principais questões de tensão entre Brasil e Argentina começam a ser resolvidas. São elas a utilização dos recursos hídricos do Rio Paraná e o desenvolvimento dos respectivos programas nucleares.

Sobre a primeira, a relação entre Argentina e Brasil se viu impregnada na década de 1970 pelos desentendimentos sobre o uso dos recursos hídricos do rio Paraná. O rio possui sua nascente no Brasil e marca a divisa entre o país e o Paraguai, e depois, entre o Paraguai e Argentina, tendo sua foz no último. Ambos tinham planos de construir hidrelétricas nas cidades de Corpus e Itaipu em parceria com o Paraguai, utilizando as águas do Rio Paraná. As negociações entre Brasil e Paraguai prosperaram, o que causou no governo argentino a preocupação de que tal construção, que se configuraria como a maior hidrelétrica do mundo, inviabilizaria seus projetos e prejudicaria a navegabilidade

⁹⁵ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.36.

do rio Paraná. O desentendimento entre os países se arrastou pela década de 1970, reavivando antigos sentimentos de hostilidade. Andrea Oelsner sintetiza a questão,

Na década de 1970, com o relacionamento argentino-brasileiro sendo dominado pela disputa acerca da exploração dos recursos da Bacia do Rio da Prata, as imagens negativas e desconfiança se intensificaram, visões geopolíticas ganharam prevalência em detrimento das visões de conciliação, e a qualidade da paz parecia deteriorar-se⁹⁶.

No ano de 1964, a intenção brasileira da utilização dos recursos hídricos regionais já havia sido manifestada pelo presidente Goulart ao divulgar seu projeto de construção da Usina de Sete Quedas. O plano não agradou ao governo argentino, que na época se via à sombra do crescimento econômico acentuado do Brasil. Com sua economia estagnada, a Argentina assistia o delineamento de um cenário que intensificava um desequilíbrio na balança de poder regional em favor do Brasil.

Apesar dos dois países buscarem o estabelecimento de um acordo com o Paraguai, as negociações com o Brasil avançaram mais e foram cristalizadas na Ata de Iguazu em 1966. Pela assinatura, os dois países disponibilizam-se a realizar um estudo sobre as possibilidades econômicas dos recursos hídricos de Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guáira. Como bem coloca Aguilar, apesar de ser um antigo projeto brasileiro a exploração hídrica do Prata, foi durante os governos militares que a empreitada obteve sucesso. O pensamento constante em termos geopolíticos dos militares os levou a ter maior empenho nas negociações. Por outro lado, a Argentina, apesar de compartilhar da necessidade energética, não empenhou-se da mesma maneira⁹⁷.

Ao ver a possibilidade da construção de uma hidrelétrica binacional entre Brasil e Paraguai do porte proposto, com potencial de gerar aproximadamente 11000 Mw, Buenos Aires alarmou-se e uma vez mais foram invocadas no imaginário argentino a ideia de um Brasil expansionista e imperialista. A Argentina, no total, produzia cerca de 7000 Mw. Ou seja, a consumação do projeto brasileiro-paraguaio seria um fortíssimo impulsionador do desenvolvimento industrial na região do Prata, alterando o equilíbrio econômico e político sub-regional⁹⁸.

⁹⁶ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin América**: peace and security in the Southern Cone. New York: Routledge, 2005. p. 138. (Tradução nossa)

⁹⁷ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.67.

⁹⁸ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 413.

A Argentina, defendeu nos mais diversos foros⁹⁹ a tese da consulta prévia compulsória, pelo qual obras civis construídas sobre rios internacionais deveriam, previamente, passar por uma consulta do Estado empreendedor às partes interessadas¹⁰⁰. A Ata de Iguazu ignora o conceito ao tratar o tema da exploração hídrica como estritamente bilateral. Outro argumento argentino é o de que a construção da usina teria consequências na navegabilidade e potencial de exploração energética rio abaixo. Com efeito, a partir de então as relações entre Argentina e Brasil desgastaram-se significativamente. O Espírito de Uruguiana vivenciado em 1961 se desvaneceu frente ao desacordo causado pela exclusão da Argentina nas negociações sobre a exploração dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Buenos Aires se preocupava e não era por menos: a aliança entre Brasil e Paraguai representava uma atualização da estrutura de poder no Cone Sul¹⁰¹.

Como demonstração de certo sucesso da estratégia argentina em levar seu descontentamento aos diversos âmbitos internacionais, em 1969, foi assinado o Tratado da Bacia do Prata, firmado entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A conformação desse foro é uma tentativa de forçar o tratamento da utilização dos recursos do rio Paraná de maneira conjunta¹⁰².

Em 1972, os dois países assinam o Acordo de Nova Iorque, indicando um avanço nas negociações e uma possível resolução. Entretanto, logo no ano seguinte, no mês de julho, o arranjo é denunciado pela Argentina. Dois fatores determinam a decisão da Chancelaria argentina: o primeiro vem com a assunção de Héctor Cámpora na Argentina, que denuncia o tratado como um símbolo de negação dos atos do governo prévio¹⁰³. O segundo fator é a assinatura do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai meses antes. A conformação da sociedade, que uma vez mais não considerava a Argentina, foi a prova para o governo de Buenos Aires de que o Acordo de Nova Iorque não servia aos propósitos buscados. De tal modo, em relação ao Brasil, “a celebração do tratado de

⁹⁹ Conferência sobre o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (1972), encontro da Organização dos Estados Americanos em Lima (1973) Assembleia Geral da ONU (1973), Quarta Conferência dos Países Não Alinhados (1973). OELSNER, Andrea. Op. Cit.. p. 140.

¹⁰⁰ SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Re. Bras. Polít. Int.** 45. p.117-145, 2002. p 127.

¹⁰¹ Ibidem, p. 126.

¹⁰² OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin América: peace and security in the Southern Cone.** New York: Routledge, 2005. p. 141.

¹⁰³ Idem.

Itaipu, em 26 de abril de 1973, atrelou irreversivelmente o Paraguai à sua órbita, da qual já não poderia mais afastar-se”¹⁰⁴

A Argentina conseguiu aprovar no âmbito da ONU a Resolução 3129¹⁰⁵, na esteira de sua estratégia internacional de mobilização contra as obras na Bacia do Prata. Porém, apesar de assentido pela Assembleia Geral, Brasil e Paraguai ignoraram seus efeitos. A situação agravou-se com a elevação da importância estratégica dos recursos hídricos com a crise do petróleo de 1973. Na medida em que o barril do petróleo subia de preço, também subia a consideração brasileira pelo projeto.

Com o golpe militar de Videla na Argentina em 1976, a Chancelaria viu-se em uma situação em que a única via seria empreender negociações bilaterais ou trilaterais que visassem diminuir suas perdas, uma vez que estas já eram tidas como inevitáveis. Apesar da postura, em 1977, as tensões ascendem. Do lado argentino, há o impedimento da passagem de caminhões brasileiros ao Chile por um de seus túneis sob os Andes. Em resposta, o Brasil fecha suas fronteiras a 80% dos caminhões argentinos¹⁰⁶. A situação argentina era complicada, pois no mesmo ano saiu o laudo arbitral emitido pela Grã-Bretanha que garantia as ilhas Lennox, Picton e Nueva ao Chile. O recrudescimento das relações com o Chile contribuiu para a adoção de uma posição mais conciliatória com o Brasil posteriormente.

Nessas circunstâncias, os militares brasileiros e argentinos negociam. O General Ernesto Geisel, então à frente do governo brasileiro, convidou a junta militar argentina para uma reunião em Foz do Iguaçu. Desde então, uma série de reuniões seguiram-se entre oficiais do Alto Escalão dos respectivos países até que uma posição convergente fosse encontrada. Na medida em que a situação entre Argentina e Chile se agravava, os resultados das negociações pendiam para o lado brasileiro, dada a precarização da posição argentina face à iminência de conflito com o Chile. Assim sendo, a Argentina aceita os termos brasileiros e em 19 de outubro de 1979, ano no qual Figueiredo assume o poder político no Brasil, é assinado o Acordo Tripartite, pelo qual a contenda é finda.

Aguilar sumariza a importância da prevalência brasileira na questão,

¹⁰⁴ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 419.

¹⁰⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/3129(XXVIII). **Co-operation in the field of the environment concerning natural resources shared by two or more States**. 2199ª plenária, 13 de dezembro de 1973. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3129\(XXVIII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3129(XXVIII)&Lang=E&Area=RESOLUTION) Acesso em 12 de setembro de 2013.

¹⁰⁶ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.73.

O projeto de Itaipu era importante para o Brasil, pois, além de suprir a necessidade de fontes alternativas de energia em virtude das dificuldades de abastecimento de petróleo, atrelaria de vez o Paraguai à órbita brasileira e definiria o fiel da balança a favor do Brasil no que se refere à sua influência no Cone Sul¹⁰⁷.

O entendimento obtido sobre a exploração do rio Paraná foi de suma importância para o avanço das negociações sobre o segundo ponto de tensão entre Argentina e Brasil: o desenvolvimento dos programas nucleares.

O período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial trouxe à atenção das nações as potencialidades do domínio da tecnologia atômica e Argentina e Brasil iniciaram esforços para desenvolver seus respectivos programas nucleares¹⁰⁸. Em 1956, sob o governo de Kubitschek, o Brasil criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Por seu decreto originário, estabeleceu-se que a Comissão era “encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral da energia atômica em todas as suas fases e aspectos”¹⁰⁹. Política essa, que por seu turno, só seria aprovada por lei em 1962¹¹⁰. Ao estabelecer acordos com os EUA no âmbito do programa Átomos pela Paz, o país logrou a obtenção de reatores voltados para a pesquisa nuclear¹¹¹. Com efeito, face a ausência de autonomia tecnológica, a estratégia nuclear brasileira pautou-se inicialmente pela consolidação de parcerias¹¹². A tabela a seguir mostra os acordos bilaterais estabelecidos pelo Brasil até 1970.

Tabela 4 - Acordos Bilaterais Brasileiros na Área Nuclear 1958-1970

1958	Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Itália para o uso pacífico da Energia Nuclear
1961	Acordo relativo à concessão de donativos pelo governo dos Estados Unidos da América, destinados a auxiliar o governo brasileiro na aquisição de certos equipamentos e materiais para reatores nucleares de pesquisa
1961	Acordo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica com o Paraguai

¹⁰⁷ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.74.

¹⁰⁸ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin América: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 145.

¹⁰⁹ BRASIL. **Decreto Nº 40.110, Cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências**. 10 outubro de 1956. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D40110.htm Acesso em 14 de setembro de 2013.

¹¹⁰ BRASIL. **Lei nº 4118 Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a comissão nacional de energia nuclear e dá outras providências**. 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4118.htm>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

¹¹¹ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Op. Cit.. p.111.

¹¹² Ibidem, p.114.

1962	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Israel
1962	Acordo de Cooperação para Emprego Pacífico da Energia Nuclear Brasil-França
1963	Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã
1965	Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos com a Suíça
1965	Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, com Portugal
1965	Acordo de Cooperação para usos Cívicos de Energia Atômica, com os Estados Unidos
1966	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a Bolívia
1966	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, entre o Brasil e o Peru
1968	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
1968	Acordo sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos com a Espanha
1968	Acordo de Cooperação sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1968, com a Índia
1969	Acordo Geral de Cooperação nos setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, firmado com a República Federal da Alemanha
1970	Acordo sobre Cooperação no Campo dos usos pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e o Equador
1970	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Disponível em: <<http://www.cnem.gov.br/acnen/pf-atointernacional.asp?Tipo=AT1>>. Acesso em 15 de set. de 2013.

O desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, ao contrário do seu vizinho argentino, foi baseado no enriquecimento de urânio e água leve para a produção energia elétrica. A escolha implicou em uma dependência das exportações de urânio enriquecido dos Estados Unidos. A Argentina, por sua vez, preferiu utilizar urânio natural e água pesada. Ainda que os custos fossem maiores, compensava-se pelo grau de autonomia.

Em 1967, o Brasil se tornou signatário do Tratado de Tlatelolco. Não obstante, receoso das limitações que a adesão traria ao seu programa nuclear, o faz com ressalvas, reclamando o direito de realizar testes com fins pacíficos. A assinatura do Tratado de Não Proliferação (TNP) foi problemática para o Brasil. Era mantida a percepção de que o acordo era “assimétrico e discriminatório”¹¹³, visto que tolhia o direito dos países de

¹¹³ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual.** São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.112.

utilizar a tecnologia nuclear para o desenvolvimento e progresso nacionais. O tratado, do ponto de vista brasileiro, congelava uma configuração de poder no sistema internacional, limitando a posse de tecnologias nucleares avançadas a cinco nações. Como assinala Aguilar “enquanto os países não nuclearizados deveriam se submeter ao controle obrigatório da Agência Internacional de Energia Atômica, as cinco potências estariam eximidas dessa obrigação e regidas por um estatuto distinto e privilegiado”¹¹⁴. O posicionamento brasileiro era partilhado pelo governo de Buenos Aires, que também via no TNP um impedimento ao desenvolvimento de seu programa nuclear.

Em 1975, Brasil e Alemanha selam o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Pela resolução, os países fomentariam a cooperação entre suas instituições de pesquisa científica e tecnológicas e empresas abrangendo: prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como produção de composto de urânio; produção de reatores nucleares de outras instalações nucleares e seus componentes; enriquecimento de urânio e serviços de enriquecimento; produção de elementos combustíveis e reprocessamento de combustíveis irradiados¹¹⁵. A assinatura do acordo visava a diminuição da dependência externa de urânio enriquecido, já que a Alemanha se dispôs, nos termos do acordo, a transferir a tecnologia necessária para produção do material ao Brasil.

Ao passo que no campo do aproveitamento energético dos recursos hídricos o Brasil estava à dianteira, o inverso poderia ser aplicado ao setor nuclear. A Argentina, já no governo de Perón, incrementou seu plano nacional-desenvolvimentista por meio do domínio da tecnologia nuclear. Em 1950, seu governo criou a Comissão Nacional de Energia Atômica, colocando-a sob a égide da Marinha. Seu objetivo era fomentar pesquisas científicas e tecnológicas no ramo nuclear. Durante o período de 1950 a 1958 foi formado o corpo científico de profissionais e especialistas no setor nuclear. Esse primeiro período é marcado pelo isolacionismo no desenvolvimento das pesquisas, envoltas numa cultura de sigilo¹¹⁶. A instrução dos especialistas argentinos foi financiada

¹¹⁴ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.113.

¹¹⁵ BRASIL. **Decreto nº 76.695, de 1 de dezembro de 1975 Promulga o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha**. 1 de dezembro de 1975. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123099>>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

¹¹⁶ Carlos Wellington Leite de Almeida define cultura de sigilo como a “indevia extensão das características sigilosas de determinados assuntos a outros que deveriam ser, aprioristicamente, de conhecimento generalizado”. RESDAL. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**: edición. - 1a ed. - Buenos Aires: Ser en el 2000, 2007. p. 50-53.

em grande medida pelo programa Átomos da Paz, assim como no Brasil. Contudo, houve a preocupação nesse momento pelo desenvolvimento autônomo, coisa que não se priorizou no caso brasileiro¹¹⁷. Empenhados em seu projeto, em 1958 a Argentina já contava com um reator experimental de 100 kW, e em 1960 com um de irradiação e experimentação de 5MW¹¹⁸. Os anos 1960 e 1970 foram pautados pelo desenvolvimentos de pesquisas e construção e instalações. Finalmente, na década de 1980 a Argentina dominou o ciclo completo da produção de energia atômica. Alfonsín, um mês após sua eleição, tornou o fato conhecido à comunidade internacional. Em teoria, isso significava que Argentina tinha capacidade de extrair plutônio para quase duas bombas nucleares por ano¹¹⁹.

A assunção de Alfonsín significou mudanças drásticas no modo como a política nuclear estava sendo gerida. De modo a consolidar o regime democrático recém reinstaurado, o presidente colocou Alberto Constantini, um civil, para dirigir a CNEA, que estava nas mãos de Capitão Carlos Madero desde 1976. Além disso, a instituição sofreu um corte orçamentário de 40% já no primeiro ano do governo de Alfonsín. A redução orçamentária de setores direta ou indiretamente ligados aos militares após a redemocratização foi utilizada como ferramenta de remanejamento dos papéis e espaços políticos. Oscar Medeiros, pautando-se nas reflexões de Rut Diamint¹²⁰, assinala que “não parece ser por outro motivo o fato dos orçamentos militares terem sido reduzidos drasticamente, especialmente nos países do Cone Sul. De fato, uma das estratégias adotadas pelos governos civis no processo de transição foi o estrangulamento dos orçamentos militares”¹²¹. Tal fato acabou por contribuir com a criação de mecanismos cooperativos entre as FFAA dos países. Com aponta Aguilar, alguns dos exercícios conjuntos realizados entre as forças no período foram levados a cabo devido à incapacidade de realiza-los individualmente. Nesse sentido, a cooperação entre as forças foi uma solução encontrada para que os efetivos fossem adestrados em outros equipamentos que não os nacionais¹²².

¹¹⁷ OELSNER, Andrea. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005. p. 146.

¹¹⁸ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.117.

¹¹⁹ OELSNER, Andrea. Op. Cit. p. 147.

¹²⁰ DIAMINT, Rut (Ed.). **Control civil y fuerzas armadas em las nuevas democracias latino-americanas**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1999.

¹²¹ MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. p. 112.

¹²² AGUILAR, Op. Cit. p.252.

O Brasil, com a redemocratização em 1985, assim como a Argentina, buscou adotar uma postura conciliatória em relação aos temas nucleares. No mesmo ano, os presidentes Alfonsín, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, assinam a Declaração Conjunta de Política Nuclear. Não obstante, lembramos uma aproximação anterior em 1980, quando foi assinado o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos da energia Nuclear, que significou uma abertura das vias de comunicação entre Argentina e Brasil no setor.

Em 1986, foi firmada a Declaração de Brasília, delineando setores para a cooperação nuclear bilateral. Quatro anos mais tarde, após uma sucessão de visitas dos Chefes-de-Estado, os dois governos convergiram na Declaração de Política Nuclear Comum, comprometendo-se aprofundar a relação amistosa que viviam por meio da criação de órgãos bilaterais e adesão a protocolos internacionais de desenvolvimento nuclear, como o Tratado de Tlatelolco e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Como próximo passo, os governos aprovaram o estabelecimento do Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC). Para seu gerenciamento, criou-se a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) em 18 de julho de 1991.

De acordo com Sotomayor, o estabelecimento da Agência foi uma manobra das autoridades civis para retomar dos militares a primazia na condução dos assuntos estratégicos. Sua criação foi um esforço bilateral no sentido de garantir a consolidação das redemocratizações. Uma outra perspectiva ao estabelecimento da Agência seria um mecanismo de controle mútuo.

Cabe destacar, no entanto, o desafio que a aproximação entre Argentina e Brasil coloca à Teoria da Paz Democrática. Sumarizando os pontos principais de tal teoria em três afirmações: 1) democracias quase nunca entram em guerra umas com as outras; 2) apesar disso, o conflito com países de regimes de governo diferentes ainda é considerado; e 3) países em processo de democratização ainda consideram o conflito com outras democracias¹²³. Edward Mansfield e Jack Snyder estendem a ideia ainda mais ao afirmarem que nesse período de democratização, os países se tornam mais propensos à guerra¹²⁴.

¹²³ HURRELL, Andrew. Security in Latin America. **International Affairs**, vol 74, n° 3, July 1998, p. 529-546. p. 536.

¹²⁴ “Muito da pesquisa sobre paz democrática tem se baseado em testes estatísticos, os quais indicaram que democracias envolveram-se em guerras tanto quanto outros Estados, mas com restrições definitivas razoáveis, elas nunca lutaram entre si. Usando métodos similares e as mesmas bases de dados (cobrindo

Na contramão dos argumentos acima expostos, Argentina e Brasil, ainda nos períodos ditatoriais e posteriormente na consolidação de suas democracias, implementaram mecanismos bilaterais de construção da confiança. É nesse contexto que a ABACC é analisada. Sobre o período, Hurrell comenta

No campo da segurança, a reconciliação envolveu medidas de construção da confiança, acordos de limitação de armamentos com esquemas cooperativos de verificação (especialmente no campo nuclear), mudanças na postura militar e taxas declinantes nos gastos militares, bem como um discurso de segurança que evita a retórica da balança de poder e contrasta acentuadamente com as doutrinas geopolíticas extremas dos anos 1960 e 1970. Os sucessos no campo da segurança cooperativa tem sido sobretudo de um tipo negativo (ainda assim importante): distensão, redução das percepções de ameaça via medidas de construção da confiança e regimes de controle de armamentos, prevenção de retrocessos e reaparecimento de discursos pautados em balança de poder¹²⁵.

A ABACC tem como objetivo implementar por meio da transparência o sistema de aplicação de salvaguardas, acordado entre Argentina, Brasil, ABACC e AIEA em dezembro de 1991. O cumprimento desse conjunto de normas garante aos governos dos dois países, bem como aos do mundo inteiro, que o desenvolvimento das atividades nucleares são voltadas exclusivamente para objetivos pacíficos. Somada à resolução da contenda referente à utilização dos recursos hídricos do rio Paraná, a criação da ABACC contribuiu decisivamente para o incremento da relação entre os dois países. Samuel Soares afirma que, “é possível interpretar tais ações como inseridas em um empenho maior dos governos brasileiro e argentino para criação de um ambiente de segurança cooperativa, em que o tradicional equilíbrio de poder seja substituído pela lógica da confiança recíproca”¹²⁶.

Com a resolução dos pontos de tensão, Argentina e Brasil puderam estabelecer ferramentas bilaterais de cooperação em defesa e segurança. Nesse sentido, em 1997 é criado o Mecanismo de Consulta e Coordenação entre Brasil e Argentina em Matéria de Defesa e Segurança Internacional (MCC). Seu objetivo, similarmente ao do COMPERSEG, é possibilitar a articulação política entre os países por meio da reunião

o período de 1811 a 1980), nós concluímos que Estados em processo de democratização – aqueles que recentemente passaram por uma mudança de regime rumo a uma direção democrática – são muito mais propensos à guerra que Estados que não passaram por nenhuma mudança de regime, em são em certa medida mais propenso à guerra do que aquele que passaram por uma mudança de regime direcionada a regimes autocráticos” (tradução nossa). MANSFIELD, Edward D.; SYNDER, Jack. Democratizations and the danger of war. **International Security**, vol. 20, nº 1, summer 1995, p. 5-38. p. 8.

¹²⁵ HURRELL, Andrew. Security in Latin America. **International Affairs**, vol 74, nº 3, July 1998, p. 529-546. p. 533. (Tradução nossa)

¹²⁶ SOARES, Samuel Alves. Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações?. **Estudos Iberoamericanos**, PUC-RS, v. XXXIV, nº 1, p. 160-180, junho 2008. p. 172.

sistemática dos ministros de Relações Exteriores e de Defesa dos dois países¹²⁷. Argentina e Brasil, conseguiram por meio do diálogo, da cooperação e da transparência nos assuntos estratégicos, superar as antigas imagens de desconfiança e rivalidade construídas desde o período da descolonização.

A distensão bilateral foi de fundamental importância para o incremento da cooperação regional em Defesa. Nesse aspecto, assinalamos os laços sedimentados no âmbito do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). O órgão criado em 1991 pela aliança entre Brasil e Argentina, ainda que visasse somente o âmbito econômico, permitiu que a cooperação entre os países na área da Segurança aumentasse. No mesmo ano de seu estabelecimento, é firmado entre os dois países, juntamente com o Chile, o Compromisso de Mendoza, pelo qual acordaram renunciar a desenvolver, produzir, adquirir, transferir, armazenar ou utilizar armas químicas ou biológicas. Com a adesão, anos mais tarde, do Paraguai, Uruguai, e Equador, a América do Sul se converteu em uma zona livre de armas químicas. Outro destaque alcançado em seu marco foi a Declaração de Ushuaia, de 1998, que delimitou o MERCOSUL (então composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Bolívia, e Chile uma Zona de Paz¹²⁸.

Sobre a parceria estratégica entre Argentina e Brasil, Héctor Luís Saint Pierre e Érica Winand afirmam em um artigo de 2003 que:

Se continuarem os esforços dos dois maiores parceiros do Mercosul por estreitar gradualmente seus laços de amizade, transparência e cooperação, poderão vir a constituir o núcleo duro de um sistema gravitacional estratégico cooperativo não-excludente que, como um poderoso centro gravitacional na região, poderá atrair os outros países com os mesmos interesses induzindo-os a unirem-se em torno de um subsistema de segurança para o Mercosul eficiente, eficaz, econômico, acorde e atento as necessidades regionais e harmonizado com os mecanismos do sistema internacional¹²⁹.

Visentini corrobora essa opinião ao declarar que “o acercamento Brasil-Argentina viria a ser a espinha dorsal da integração regional, coroada com a constituição

¹²⁷ FLEMES, Daniel. Institution building in Mercosur's defense and security sector (I). Brazil's defense cooperation: between dominant armed services and marked bilateralism. **Arbeitspapiere des IIK**, n° 20. Hamburg: Institute for Iberoamerican studies, 2004. p. 10.

¹²⁸ Tal reconhecimento também veio da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2002, por meio da Declaração sobre Zona de Paz e Cooperação Sul-Americana, aprovada em Guayaquil. No mesmo ano, os países andinos firmaram o Compromisso de Lima: Carta Andina para a Paz e a Segurança, comprometendo-se em estabelecer também uma Zona de Paz reconhecida internacionalmente.

¹²⁹ SAINT PIERRE, Héctor Luis, WINAND, Érica. Elaboração de uma visão comum de segurança no MERCOSUL. **RESDAL**. Disponível em: <<http://www.resdal.org/sem-flacso-04-mercosur-saint-pierre.html>>. Acesso em: 25 de set. de 2013.

do MERCOSUL em 1991”¹³⁰. Porém, esclarece que “ao contrário do que se pensa, este acercamento não é resultado da democratização, mas fruto de um processo anterior e bem mais complexo e profundo, do qual a redemocratização constitui apenas um dos aspectos”¹³¹. No marco do MERCOSUL, questões como democracia, narcotráfico, imigração e controle de armas são tratadas como questões de segurança. Oliveira e Onuki argumentam que, “embora o Tratado de Assunção não faça nenhuma menção especial à coordenação na área de segurança, não há dúvida de que o MERCOSUL facilitou a mudança no ambiente da segurança regional”¹³².

Para Sergio Aguilar, a aproximação no campo da segurança observada no órgão deveu-se à relativa convergência entre os Estados na análise do cenário político mundial do pós Guerra Fria. A concordância se deu em torno da ideia de que

1) houve a multiplicação de ameaças não convencionais e, principalmente, de atores não estatais; 2) que esses atores não balizam suas ações pela lógica do poder, mas a própria assimetria acaba sendo a causa de seu comportamento, gerando inseguranças; 3) que essas novas ameaças e atores não podem ser tratados em termos militares ou de segurança pública, nem conseguem ser solucionadas pela ação individual do Estado tornando-se parte importante do diálogo coletivo sobre segurança¹³³.

Andrea Oelsner, em estudo similar, identifica que esse “consenso”, como a autora coloca, deu-se em torno de três *clusters* de securitização: democracia e desenvolvimento; prevenção de conflitos e manutenção da paz; e ampliação da agenda de segurança de modo a incorporar as ameaças não tradicionais¹³⁴. O primeiro cluster se formou concomitantemente ao estabelecimento do MERCOSUL. Segundo a autora, a partir de meados da década de 1980, havia uma percepção generalizada de que a estabilidade democrática, bem como o desenvolvimento econômico das nações, estava intrinsecamente ligada a viabilidade da governança nos Estados¹³⁵. Desse modo, Argentina e Brasil, os dois países mais proeminentes da região, “procuraram se aproximar, integrar e estabilizar as instituições regionais que iriam promover a

¹³⁰ VISENTINI, Paulo G.F. O Brasil, o MERCOSUL e a integração na América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 1, nº 1, p. 82, 2007.

¹³¹ Idem.

¹³² OLIVEIRA, A. J. S. N.; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Rev. Bras. Polit. Int.** vol. 43, nº2, 2000. p. 108-120. p. 114.

¹³³ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.315.

¹³⁴ OELSNER, Andrea. Consensus and governance in Mercosur: the evolution of the South American security agenda. **Security Dialogue**, vol. 40, nº 2, april 2009. p. 191-212. p. 197-198.

¹³⁵ Ibidem, p. 197.

democracia domesticamente e regionalmente enquanto medidas críticas para a manutenção da segurança”¹³⁶.

O segundo cluster iniciou seu estabelecimento logo após a criação do MERCOSUL. No intento de garantir um ambiente regional pacífico, os Estados da região engajaram-se em diversos arranjos de limitação de armamentos, resolução pacífica de conflitos e coordenação de políticas relativas à defesa e à segurança. Somente em 1998, aprovou-se¹³⁷: o Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional no MERCOSUL; o Entendimento Relativo à Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional no MERCOSUL entre a República da Bolívia e a República do Chile; o Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Relacionados para o MERCOSUL; e Entendimento entre o MERCOSUL, a República da Bolívia e a República de Chile relativo ao Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Relacionados¹³⁸.

Em relação ao terceiro cluster, a ampliação da Agenda de segurança pode ser observada no decorrer dos anos 1990. Entretanto, Aguilar e Oelsner concordam que após os atentados terroristas de 2001 às Torres Gêmeas em Nova Iorque, a atenção dos Estados da região foi chamada para a ação dos grupos armados transnacionais. Citamos três resoluções relacionadas aos novos temas da segurança internacional aprovadas no âmbito do MERCOSUL: Convênio de Cooperação e Assistência Recíproca entre as Administrações de Aduanas do MERCOSUL relativo à Prevenção e Luta contra Ilícitos Aduaneiros; Convênio de Cooperação entre os Bancos Centrais dos Estados Parte do MERCOSUL para a Prevenção e Repressão de Manobras Tendentes à Legitimação de Ativos Provenientes de Atividades Ilícitas; e Projetos de Acordos contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Parte do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile¹³⁹.

¹³⁶ OELSNER, Andrea. Consensus and governance in Mercosur: the evolution of the South American security agenda. **Security Dialogue**, vol. 40, nº 2, abril 2009. p. 197.

¹³⁷ Para uma relação mais completa das decisões relacionadas à segurança no âmbito do MERCOSUL, Sérgio Cruz Aguilar faz um levantamento detalhado. Entretanto, o período coberto pelo estudo vai desde a instauração do órgão até 2006. AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010. p.322.

¹³⁸ MERCADO COMUM DO SUL. **Decisiones del Consejo del Mercado Comum**. Disponível em http://www.mercosur.int/innovaportal/file/526/1/dec_-_web_-_es_-_julio_2012.pdf Acesso em 22 de setembro de 2013.

¹³⁹ Idem.

Entre os países do MERCOSUL, há uma série de medidas implementadas no âmbito da Defesa que aprofundaram os laços, sedimentando as bases para uma aproximação mais perene e aprofundada. Dentre elas, podemos citar, entre outras, a Operação Fraternal; Operações ACRUX; Operação ARAEX, Operação Águas Claras; e Operação *Integración*. Entre os exercícios, ressaltamos o Prutex e Salvex, além da cooperação entre Argentina e Brasil para adestrar pilotos da Marinha. Há ainda a bem sucedida força binacional de paz Cruz del Sur, entre Chile e Argentina. Suzeley Kalil Mathias e Vanessa Matijascic, ao se debruçarem sobre o tratamento dos temas de Defesa tanto dentro do MERCOSUL, quanto entre os países que o compõem, percebem que,

Em síntese, o MERCOSUL, nele incluindo o Chile, está cumprindo o objetivo não revelado de abrir espaços para maior integração regional em torno das questões tão variadas quanto é o comércio de bens e os entendimentos sobre Defesa. Os empecilhos, entretanto, se são maiores em Defesa, quando rompidos beneficiam a relação de confiança mútua entre os países, alimentando o entorno necessário para a convergência de posições políticas cooperativas. Por isso, é possível afirmar que no âmbito da Defesa o MERCOSUL foi uma experiência bem sucedida, ampliando os espaços para que a região possa ter uma visão comum daquilo que a ameaça e como enfrentar tais ameaças. Tanto isso aparece verdadeiro que a instituição melhor sucedida na construção de um regionalismo mais amplo apresentado pela UNASUL é o Conselho de Defesa Sul-Americano¹⁴⁰.

¹⁴⁰ MATHIAS, Suzeley Kalil; MATIJASCIC, Vanessa Braga. Defesa no MERCOSUL: avanços para a integração. **Tensões mundiais**. Vol 7, nº 12, p. 234, 2011. p. 223-242.

3 A ANÁLISE DAS METODOLOGIAS DE TRANSPARÊNCIA MILITAR: UM ESTUDO COMPARADO

3.1 A Transparência em Assuntos Militares na ONU

A Organização das Nações Unidas mantém dois dos mais importantes mecanismos de transparência militar em funcionamento: o Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares e o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas (UNROCA na sigla em inglês). Práticas semelhantes foram previamente desempenhadas pela Liga das Nações, que logo após sua criação em 1919, iniciou um esforço para tornarem conhecidos os gastos militares de seus membros. Em julho de 1923, seu Secretariado iniciou uma publicação anual contendo dados estatísticos sobre orçamentos da Defesa e forças militares, bem como uma análise do potencial econômico para a guerra de seus membros¹⁴¹. Dessa maneira, buscou-se mitigar a possibilidade de um novo conflito mundial por meio do incremento da confiança entre os países. No período compreendido entre 1925 e 1931, 60 países submeteram à Liga das Nações relatórios contendo informações acerca de seus orçamentos de defesa¹⁴². Com a criação da ONU, a apresentação de informações relacionadas aos aparatos de Defesa dos países inseriu-se nos esforços de redução dos gastos militares mundiais e limitação de armamentos. Nesse sentido, os anos 1970 foram declarados pela ONU como a Década do Desarmamento pela Resolução 2602¹⁴³. No texto do documento, o organismo denuncia o redirecionamento de recursos anteriormente destinados à saúde, à educação, à energia e a todas as outras áreas sociais para a manutenção da corrida armamentista do período¹⁴⁴. Foi estabelecida, em 1973, a meta de reduzir em 10% os orçamentos militares dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.¹⁴⁵ O objetivo não foi alcançado. Porém, nesse momento iniciou-se a

¹⁴¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office For Disarmament Affairs. Promoting further openness and transparency in military matter; an assessment of the United Nations Standardized Instrument for Reporting Military Expenditures. **UNODA occasional Papers N° 20**. New York: United Nations, november, 2010. p. 3.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ As décadas de 1980 e 1990 foram declaradas a segunda e terceira Década do Desarmamento pelas resoluções 35/46 e 45/62, respectivamente.

¹⁴⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/2602-E **Question of general and complete disarmament**. 1836ª plenária, 16 de dezembro de 1969. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

¹⁴⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/3093. **Reduction of the military budgets of states permanent members of the Security Council by 10 per cent and utilization part of the funds thus**

elaboração de uma arquitetura institucional para o incremento da confiança e redução dos orçamentos militares que resultou, mais a frente, na criação do Instrumento de Relatório Padronizado Internacional de Gastos Militares das Nações Unidas¹⁴⁶.

3.2 O Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares

O mecanismo de apresentação de gastos militares da ONU foi fruto de uma série de reuniões de aprimoramento da proposta inicial realizada no início da década de 1970. Em 1976 foi desenvolvida uma matriz padronizada para a comunicação dos gastos militares dos países membros, baseada em estudos encomendados pela Assembleia Geral. Juntamente com as informações sobre os investimentos militares, os países foram encorajados a submeter seus comentários sobre a iniciativa para que aperfeiçoamentos fossem feitos no futuro. Tendo em conta os comentários enviados, a Assembleia Geral decidiu: a) levar adiante testes do sistema de comunicação; b) avaliar seus resultados; e c) elaborar recomendações para refinamentos posteriores e total implementação do mecanismo¹⁴⁷. Em 1978 e 1979, foram criados painéis *ad hoc* sobre orçamento militar e assistência aos Estados no preenchimento da matriz de comunicação dos gastos militares. Com base nos relatórios apresentados nesses painéis, decidiu-se, pela Resolução 35/142 B de 1981, que os Estados deveriam apresentar anualmente, até o dia 30 de abril, os investimentos realizados no setor referentes ao ano fiscal anterior¹⁴⁸. Na carta da Resolução 35/142 B expressou-se a convicção de que a “[...] redução dos gastos militares pode ser realizada sem afetar o equilíbrio militar em detrimento da segurança nacional de nenhum país”.¹⁴⁹ Chamamos a atenção para a associação instituída entre os conceitos de paz, segurança e progresso. A Resolução 35/142 A, auxiliar à 35/142 B, expressa,

saved to provide assistance to developing countries. 2194ª plenária, 7 de dezembro de 1973. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em 26 de jun. de 2013

¹⁴⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office for Disarmament Affairs Promoting further openness and transparency in military matter; an assessment of the United Nations Standardized Instrument for Reporting Military Expenditures. **UNODA occasional Papers N° 20**. New York: United Nations, november, 2010. p. 4. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/OccasionalPapers/PDF/OP20.pdf>>. Acesso em: 26 jun. de 2013.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/35/142 B **Reduction of military budgets**. 94ª plenária, 12 de dezembro de 1980. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

¹⁴⁹ Idem.

Profundamente convencidos que as aspirações comuns da humanidade por paz, segurança e progresso requerem a cessação urgente da corrida armamentista, particularmente da corrida nuclear, e a redução dos gastos militares, bem como a adoção de medidas efetivas em prol do completo e geral desarmamento.¹⁵⁰

De tal modo, “reconhecendo, com satisfação, que um instrumento de apresentação de relatórios elaborado cuidadosamente tornou-se disponível para implementação geral e regular”¹⁵¹, instaurou-se no ano de 1981 o Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares. O mecanismo define que gasto militar “refere-se a todos os recursos que o Estado despense nos usos e funções de suas forças militares”¹⁵². Partindo dessa definição, os Estados devem preencher uma matriz padronizada contendo quatro eixos principais: a) pessoal; b) operações e manutenção; c) aquisição e construção; e d) pesquisa e desenvolvimento. Dentro desses eixos, é requisitado que se explicita a quantidade de recursos destinados às i) forças estratégicas; ii) forças terrestres; iii) forças navais; iv) forças aéreas; v) outras forças militares; vi) suporte central administrativo e de comando; vii) forças de paz da ONU; viii) assistência militar e cooperação; ix) defesa civil; e x) não distribuído. Há ainda a opção de submissão dos relatórios *nil* (sic) quando não há nada para ser reportado. Nesse caso, os Estados assinam um documento com os seguintes dizeres: “O governo de _____, em referência à Resolução 64/54 da Assembleia Geral, confirma que não exportou ou importou nenhum equipamento das sete categorias do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas no ano _____, de modo que submite um relatório *nil*”¹⁵³.

Até a presente data, o Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares mudou seus objetivos iniciais de modo a acompanhar as mudanças do cenário político internacional. Essa mudança pode ser observada nos títulos das resoluções concernentes ao tema. Inicialmente, a questão da transparência militar enquadrava-se nas resoluções intituladas “Redução dos Orçamentos Militares”, até que em 1989 o nome foi modificado para “Orçamentos Militares”. Em 1991, uma nova mudança ocorreu nomeando tal conjunto de resoluções “Transparência

¹⁵⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/35/142 A **Reduction of military budgets**. 94^a plenária, 12 de dezembro de 1980. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013. (Tradução nossa)

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Report On Military Expenditure**. Standardized Report from web. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Milex/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

¹⁵³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Simplified form for submitting “nil” returns on exports and imports**. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/Forms/>>. Acesso em: 25 de dez. de 2013.

em Gastos Militares”. Já em 1993, o título inicial fundiu-se com o último: “Redução dos Orçamentos Militares: Transparência em Gastos Militares”. Atualmente, as resoluções intituladas “Informações Objetivas sobre Assuntos Militares, Incluindo Gastos Militares” agregam a questão da transparência orçamentária da defesa, possuindo essa nomenclatura desde 1994¹⁵⁴.

Na análise das resoluções Objetivas sobre Assuntos Militares, Incluindo Gastos Militares aprovadas desde 2001 até 2011,¹⁵⁵ notam-se alguns argumentos recorrentes. A transparência nas questões militares é tida por esse conjunto de documentos como um elemento essencial na construção de uma atmosfera de confiança entre os Estados, tendo o fluxo contínuo de informações como um elemento de distensão internacional e prevenção de conflitos¹⁵⁶. Outro ponto de destaque é o fomento às iniciativas regionais de promoção da transparência militar. Entendeu-se que tais mecanismos regionais podem trabalhar em complementaridade com o Registro da ONU. Iniciativas regionais tem a possibilidade de serem mais específicas às demandas estratégicas da região, tendo a possibilidade de cristalizar em sua metodologia particularidades não contempladas pelo arranjo da ONU. De maneira a fomentar a proliferação de instrumentos regionais e aumentar a participação no registro da ONU, esse conjunto de resoluções requereu a realização de seminários e simpósios regionais e sub-regionais¹⁵⁷.

Ainda que os nomes das resoluções, bem como seus objetivos, tenham passado por uma mudança, o mesmo não ocorreu na metodologia do Instrumento. A Resolução 35/142 B foi aprovada no ano de 1981 e, desde então, nenhum câmbio substantivo foi realizada em sua arquitetura. Ressaltamos o fato de que a concepção do instrumento ocorreu em meio à Guerra Fria, sendo imbuída pela atmosfera da época. Com o fim do conflito e reajuste das relações internacionais, o mecanismo permaneceu o mesmo, ainda

¹⁵⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office For Disarmament Affairs. Promoting further openness and transparency in military matter; an assessment of the United Nations Standardized Instrument for Reporting Military Expenditures. **UNODA occasional Papers N° 20**. New York: United Nations, november, 2010. p. 7. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/OccasionalPapers/PDF/OP20.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

¹⁵⁵ A/RES/56/14; A/RES/58/28; A/RES/60/44; A/RES/62/13; A/RES/64/22; e A/RES/66/20.

¹⁵⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/56/14 **Objective information on military matters, including transparency of military expenditure**. 68ª plenária, 29 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

¹⁵⁷ Em 2011, na Resolução 66/20, houve uma recomendação para que o nome do Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares fosse substituído por Relatório das Nações Unidas sobre Gastos Militares. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/66/20 **Objective information on military matters, including transparency of military expenditure**. 71ª plenária, 2 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

que as preocupações estratégicas dos países tenham se modificado. Tal fator apresenta-se como um empecilho ao aumento e/ou manutenção da participação dos países no mecanismo, dada a diminuição de sua relevância estratégica¹⁵⁸.

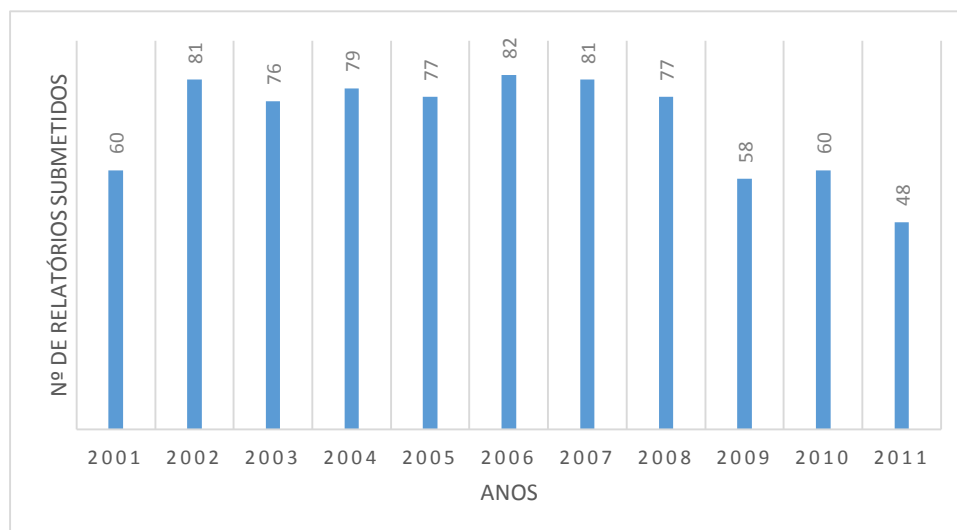
O período compreendido entre 2001-2011 experimentou um aumento na participação total dos países, chegando-se à média de 72 relatórios entregues¹⁵⁹. Um aumento expressivo se compararmos à média do período de 1991-2000, de 32 relatórios, ou da década que se seguiu à criação do mecanismo, 1981-1990, de 23 submissões. Esse crescimento deve-se, em parte, à desintegração do bloco soviético e à subsequente proliferação de Estados independentes dispostos a participar do mecanismo. Outro fator que contribuiu para tal aumento foi a realização de workshops regionais com vistas a conscientizar os Estados sobre a importância da participação no Instrumento¹⁶⁰. Não obstante, ao observarmos o gráfico a seguir, vemos que após um período de intensa participação entre 2002-2008, um queda brusca na participação ocorreu em 2009. Ainda que no 2010 houve um pequeno sinal de recuperação, a tendência não se manteve e o ano de 2011 registrou o pior índice de participação dos últimos 11 anos.

¹⁵⁸ Para os fins de nosso estudo, entendemos pelo termo pertinência estratégica a relevância de uma determinada prática para a concretização da estratégia militar de determinado país.

¹⁵⁹ Cálculo realizado com base nas informações encontradas na base de dados do Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares. Disponível em :<<https://milex.un.org/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

¹⁶⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office For Disarmament Affairs. Promoting further openness and transparency in military matter; an assessment of the United Nations Standardized Instrument for Reporting Military Expenditures. **UNODA occasional Papers N° 20**. New York: United Nations, november, 2010. p. 9. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/OccasionalPapers/PDF/OP20.pdf>>. Acesso em: 26 jun. de 2013.

Figura 2 – Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares.

3.3 O Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas

A invasão iraquiana ao Kuwait, em 1990, trouxe à atenção da opinião pública internacional as consequências desestabilizadoras da acumulação de armamentos do Iraque durante os anos 1980. A transferência de armamentos ao país durante o período da Guerra Fria, por ambos os lados do conflito, concedeu ao país um poder militar excessivo em relação aos seus vizinhos¹⁶¹. De modo a conter as ameaças que um Iraque fortemente armado apresentava, assim como como condenar a invasão empreendida ao território do Kuwait, o Conselho de Segurança das Nações Unidas impôs-lhe um embargo de armamentos por meio das resoluções S/RES/661¹⁶² de 1990, e S/RES/687¹⁶³ e S/RES/700¹⁶⁴, ambas de 1991. Anteriormente, o Conselho de Segurança já havia se manifestado diversas vezes sobre a questão da transferência de armamentos. Um exemplo

¹⁶¹Ao mesmo tempo, alguns países da região, tais como Arábia Saudita, viam os armamentos iraquianos como uma fonte de estabilidade ao conter a ameaça da revolução iraniana. WEZEMAN, Siemon T., *The future of the United Nations Register of Conventional Arms. SIPRI Policy Paper N°4*. Stockholm: SIPRI. August, 2003. p. 10.

¹⁶² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/661 **The situation between Iraq and Kuwait**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/661\(1990\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/661(1990))>. Acesso em: 16 abr. 2013.

¹⁶³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/687 **Iraq-Kuwait**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687\(1991\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687(1991))>. Acesso em: 16 abr. 2013.

¹⁶⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/700 **Iraq-Kuwait**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/700\(1991\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/700(1991))>. Acesso em: 16 abr. 2013.

é o caso da resolução S/RES/181¹⁶⁵ de 1963, manifestando a vontade coletiva em prol do fim da transferência de armamentos à África do Sul.¹⁶⁶ Alguns anos depois, em 1966, o mesmo ocorreu com a Rodésia do Sul pela resolução S/RES/232¹⁶⁷.

Considerando as consequências desastrosas trazidas pelo acúmulo de armamentos, a Resolução 46/36 L, de 1991, estabeleceu o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas (UNROCA na sigla em inglês)¹⁶⁸. O período subsequente ao fim do conflito bipolar deu condições mais profícuas ao estabelecimento de novos arranjos cooperativos pautados na transparência de questões militares, visto o arrefecimento da tensão Leste-Oeste. O Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas foi uma ferramenta para consolidar a aproximação das grandes potências. Aliado ao registro de gastos militares mantido pela ONU, o UNROCA deveria “reforçar o papel e a efetividade das Nações Unidas nas questões que dizem respeito à limitação de armamentos e desarmamento, bem como na manutenção da paz e da segurança”.¹⁶⁹

Com vistas ao aprimoramento paulatino da arquitetura do Registro, a Resolução 46/36 L solicitou à Secretaria Geral um grupo de especialistas, geograficamente representativo, para elaborar procedimentos que melhorassem o instrumento. A pluralidade geográfica na composição do grupo almejava incorporar ao mecanismo diferentes perspectivas estratégicas. Ainda de acordo com o documento, os Estados deveriam fornecer as informações de acordo com sete categorias definidas no anexo da resolução, a saber: Tanques de Batalha; Veículos de Combate Blindados; Sistemas de Artilharia de Calibre Largo; Aeronaves de Combate; Helicópteros de Ataque; Navios de Guerra; e Mísseis ou Sistemas de Mísseis¹⁷⁰.

¹⁶⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/181 **Question relating to the policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/181\(1963\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/181(1963))>. Acesso em :14 abr. 2013.

¹⁶⁶ O sucesso de tal resolução teve alcance limitado. Um embargo armamentício foi imposto à África do Sul em 1977 como um meio mais eficaz de intervenção. UNITED NATIONS. **Study on ways and means of promoting transparency in international transfers of conventional arms**. UN Office for Disarmament Affairs: New York, 1992, p. 4-5. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-24.pdf>>. Acesso em: 30 jun. de 2013.

¹⁶⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. S/RES/232 **Southern Rhodesia**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/232\(1966\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/232(1966))>. Acesso em: 14 abr. 2013.

¹⁶⁸ A Liga das Nações também manteve, ainda que por um curto período de tempo, uma publicação contendo dados sobre transferências de armamentos de seus membros. Tal prática deu-se entre 1925 e 1938. WEZEMAN, Siemon T., The future of the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Policy Paper N°4**. Stockholm: SIPRI. August, 2003. p. 1.

¹⁶⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/46/36 L, **Transparency in armaments**. 66ª plenária, 9 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 30 de jun. de 2013.

¹⁷⁰ Idem.

A partir do final da década de 1970, a questão sobre a transparência em armamentos foi permeando as discussões da ONU, até que em 1988, por meio da resolução 43/75¹⁷¹, o tema foi incorporado nas discussões da Assembleia Geral. O item “I” de tal resolução encomenda à Secretaria Geral a realização¹⁷² de um “estudo sobre as formas e meios de promoção da transparência na transferência internacional de armamentos convencionais”¹⁷³, que só foi finalizado em 1992. O objetivo do estudo era:

[...] examinar as formas e meios de promoção da transparência, assim como encorajar a restrição prudente por parte dos Estados de suas políticas de exportações e importações de armamentos e reduzir os riscos de desentendimentos, suspeitas ou tensão resultante da falta de informação concernente à transferência de armamentos¹⁷⁴.

Reconhecendo a dificuldade para definir “transferência internacional de armamentos convencionais”, estipulou-se, para fins práticos, sua divisão em quatro categorias: i) transferências de governo para governo; ii) transferências de armamentos de Estados para indivíduos ou grupos de outro Estado; iii) transferência de um indivíduo ou companhia privada em um Estado ao governo de outro Estado, e; iv) transferências de armamentos de indivíduos ou companhias privadas em um Estado a indivíduos, grupos ou companhias de outro Estado. Não obstante, tais categorias são, na maioria dos casos, simplificações, visto que com a participação de outras partes na transferência, a cadeia de fornecimento se complica, dificultando a aplicação da definição. Da mesma maneira que o Instrumento de Apresentação de Gastos Militares, o Registro também possui um

¹⁷¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/43/75 L **International arms transfers**. 73^a plenária, 7 de dezembro de 1988. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

¹⁷² Anteriormente, outros estudos preliminares acerca da questão do desarmamento e da redução dos gastos militares, bem como do incremento da confiança, haviam sido realizados pela ONU. Dentre eles, podemos citar o Relationship between disarmament and development (A/36/356); Comprehensive study on confidence-building measures (A/36/474); Relationship between disarmament and international security (A/36/597); Economic and social consequences of the arms race and military expenditures (N8469/Rev. 1, A/32/88/Rev.1, A/37/386, N43/368); Study on conventional disarmament (A/39/348); Study on all aspects of regional disarmament (A/35/416); e Reduction of military budgets (A/35/479, NS-12n, N40/421). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/46/301. **Study on ways and means of promoting transparency in international transfers of conventional arms**. United Nations: New York, 1992. p. 5. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-24.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2013.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/46/301. **Study on ways and means of promoting transparency in international transfers of conventional arms**. United Nations: New York, 1992. p. 2. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-24.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2013. (Tradução nossa)

relatório *nil* para reportar a ausência de transferências de armamentos no ano fiscal em questão.

A transparência nas transferências internacionais de armamentos difere da limitação de armamentos. A primeira atua como um elemento de mitigação das incertezas, podendo ou não influir na dinâmica de compras e vendas de armamentos. Na medida em que elimina parte da incerteza inerente à área militar, dá condições a uma avaliação mais sóbria por parte dos Estados do cenário estratégico. Salientamos que o comércio internacional de produtos bélicos não é regido inteiramente pelas leis do mercado capitalista. Sua demanda é determinada por fatores geopolíticos e estratégicos. Destarte, questões relacionadas à eficiência da troca comercial, são colocadas em segundo plano¹⁷⁵. Por meio da transparência, a consideração das vendas e transferências de outros tipos é realizada levando em conta um conjunto mais amplo de informações. Assim sendo, a transparência atua na limitação de armamentos na medida em que ajuda e dirimir o risco de uma acumulação de armamentos baseada em percepções.

Apesar de seus nobres objetivos, o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas possui sérias debilidades em seu funcionamento. Em primeiro lugar, a realização de uma verificação cruzada (*cross-checking*) para uma avaliação mais apurada da dinâmica de transferência de armamentos é impossibilitada por divergências na compreensão sobre o que seja uma “transferência”¹⁷⁶. Também há desentendimentos sobre quais tipos de armamentos devem ser reportados. Ainda nesse sentido, um problema adicional à verificação cruzada é que, mesmo que os países exportadores mantenham assiduidade em seus relatórios, muitos países importadores não fazem o mesmo, dificultando a conferência dos dados¹⁷⁷. Outra debilidade são os termos do requerimento da informação. Pela Resolução 46/36 L, os Estados devem prover anualmente dados concernentes às suas importações e exportações de armamentos. Contudo, o Registro deixa escapar uma importante dimensão ao cálculo estratégico: a produção nacional. Países como a China, Índia, Irã e Israel possuem indústrias bélicas significativas, que por sua vez, são as principais fornecedoras dos seus respectivos governos. Finalmente, mais dois fatores somam-se à avaliação das debilidades do Registro: o estado do armamento adquirido ou repassado não é informado, dado caro na avaliação das capacidades

¹⁷⁵ AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Diagnóstico base industrial de Defesa brasileira**. Campinas: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2011. p. 8.

¹⁷⁶ WEZEMAN, Siemon T., The future of the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Policy Paper N°4**. Stockholm: SIPRI. August, 2003. p. 5.

¹⁷⁷ Idem.

militares; e os estoques não são levados em consideração. De tal modo, as avaliações estratégicas são realizadas de maneira pontual, desconsiderando fatores contextuais de extrema importância para uma compreensão mais apurada do cenário. Com tais debilidades, o objetivo de prevenir o acúmulo de armamentos balizado pelo próprio instrumento é seriamente comprometido. De acordo Siemon T. Wezeman, pesquisador do programa de transferência de armamentos do SIPRI, a voluntariedade na participação no instrumento também se configura como um empecilho à efetividade de suas propostas. Segundo ele,

O objetivo principal do UNROCA - prevenir a acumulação desestabilizadora de armamentos - é impossível de ser realizado satisfatoriamente com os dados fornecidos atualmente ao instrumento. O Registro das Nações Unidas não inclui dados quantitativos ou qualitativos adequados sobre os armamentos ou informação contextual sobre as transferências. Ainda que um número crescente de Estados tenha adicionado voluntariamente informações úteis na seção de 'comentários' de seus relatórios, tal enriquecimento do UNROCA tem sido irregular devido a sua natureza voluntária e não manteve o passo com relação aos aprimoramentos realizados na prática da transparência em contextos mais limitados.¹⁷⁸

Uma tentativa de realizar uma reforma mais contundente no UNROCA iniciou-se em 2003 com o pedido da Assembleia Geral aos Estados para a apresentação de informações básicas sobre armas pequenas e leves (SALW na sigla em inglês). Em 2006, o convite foi renovado. Porém, nesse segundo momento, a informação deveria ser submetida na forma de um relatório padronizado. Esse ímpeto é fruto de um conjunto de recomendações de um grupo de especialistas reunidos em 2003 e 2006. Três anos depois, em 2009, o grupo buscou adicionar formalmente a categoria das SALW ao Registro.

No ano de 2010, por meio da Resolução 64/54¹⁷⁹, a Assembleia Geral da ONU requisitou dos Estados opiniões sobre a inclusão de uma oitava categoria ao UNROCA, relacionada às armas pequenas e leves. Entretanto, somente sete países responderam, a saber: Colômbia, Israel, Japão, Ilhas Maurício, México, Singapura e Suíça. Desse grupo, Singapura foi o único país a se opor. O argumento utilizado foi o de que adicionar mais uma categoria seria muito oneroso aos países participantes do Registro, refletindo negativamente nos índices de participação do mecanismo. Os países a favor do acréscimo compartilhavam a opinião de que tal modificação seria benéfica ao Registro de Armas

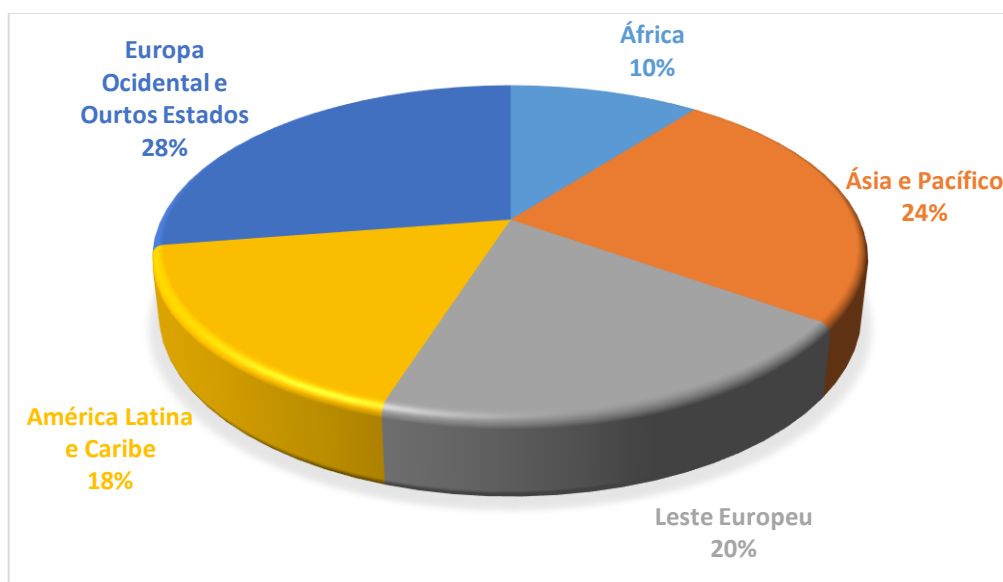
¹⁷⁸ WEZEMAN, Siemon T., *The future of the United Nations Register of Conventional Arms*. **SIPRI Policy Paper N°4**. Stockholm: SIPRI. August, 2003. p. 7. (Tradução nossa)

¹⁷⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/64/54 **Transparência in armaments**. 55ª plenária, 2 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

Convencionais como um todo, pois refletiria com mais fidelidade as preocupações de segurança de algumas regiões¹⁸⁰. A inclusão da categoria de armas leves e pequenas é, principalmente, uma demanda dos países africanos devido ao papel desempenhado por essa classe de armamentos nos conflitos regionais¹⁸¹. O Registro não contempla as preocupações de segurança dos Estados do continente. O baixo índice de participação dos países africanos no UNROCA deve-se, em parte, à baixa pertinência estratégica de suas categorias¹⁸².

A seguir, o gráfico mostra os índices de participação regional no UNROCA no período de 2001-2011. Ao analisarmos os números, vemos que as duas regiões mais inadimplentes são justamente África e América Latina e Caribe.

Figura 3 – Participação Regional no UNROCA



Fonte: Elaboração própria com base em ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office for Disarmament Affairs. **Transparency in Armaments: Reporting to the United Nations register of Conventional Arms**. Fact Sheet. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/DOCS/20110201-RegisterFactsheet.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

Uma das soluções propostas para o problema dos diferentes níveis de participação, se tomarmos a arquitetura metodológica como variável independente, é a regionalização das iniciativas de transparência. Desde sua concepção, o UNROCA almejava a

¹⁸⁰ SIPRI. Reporting to the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Fact Sheet**. May 2011. p. 7.

¹⁸¹ WEZEMAN, Siemon T. The future of the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Policy Paper Nº4**. Stockholm: SIPRI. August, 2003. p. 8. (Tradução nossa).

¹⁸² Ibidem, p. 3.

proliferação de estruturas regionais de transparência. Por meio da Resolução 46/36, a Assembleia Geral convidava os Estados membros a “tomarem medidas no nível nacional, regional e global, dentro dos âmbitos apropriados, de maneira a promoverem a transparência em armamentos”¹⁸³. Na época da criação do UNROCA, somente a Europa, no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), contava com mecanismos de notificação de transferência e aquisição de armamentos. No ano de 1999, as Américas juntaram-se ao esforço da promoção da transparência ao desenhar, dentro do domínio da OEA, a Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armamentos Convencionais (CITAAC).¹⁸⁴

3.4 Transparência na OEA

Em 1995, é redigida a Declaração de Santiago sobre medidas de Fomento da Confiança e da Segurança. O documento insere-se no esforço empregado pela OEA em buscar novos âmbitos de cooperação entre seus membros no pós Guerra Fria. De tal maneira, buscava-se a superação de antigas fontes de tensão e desconfiança. Assim como se observou nas iniciativas da ONU de construção da confiança, redução dos gastos militares e limitação de armamentos, a Declaração de Santiago também compreende que há uma ligação entre segurança e desenvolvimento. Entendia-se que um ambiente seguro e pacífico dava margem à realocação do capital antes investido na defesa para áreas de cunho social¹⁸⁵. Em determinado parágrafo, a Declaração afirma que

A aplicação de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança contribui para a criação de um ambiente propício a uma efetiva limitação dos armamentos convencionais, que permita dedicar maior soma de recursos ao desenvolvimento econômico e social dos Estados membros, propósito essencial da Carta da OEA.¹⁸⁶

¹⁸³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/46/36 L, **Transparency in armaments**. 66ª plenária, 9 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 05 de jul. de 2013

¹⁸⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. AG/RES. 1607 (XXIX-O/99) **Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armamentos Convencionais**. Aprovada na primeira sessão plenária de 7 de junho de 1999. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/a-64.htm>>. Acesso em: 05 de jul. de 2013.

¹⁸⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.K/XXIX.2 **Declaração de Santiago sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. Santiago, Chile. 10 de novembro 1995. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsantiago.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

¹⁸⁶ Idem. (Tradução nossa)

Um ponto significativo na Declaração de Santiago é a observância em relação às condições sub-regionais. Segundo o documento, “As medidas de fortalecimento da confiança devem adaptar-se às condições geográficas, políticas, sociais, culturais e econômicas de cada região e têm seu próprio âmbito de aplicação, como o demonstra a ampla experiência alcançada no Hemisfério”¹⁸⁷. O trecho deixa clara a ideia de que uma metodologia de construção da confiança deve ser elaborada para cada grupo de países, considerando as particularidades das partes e suas expectativas.

A Declaração elenca uma série de medidas de construção da confiança a serem implementadas pelos países membros. Dentre elas, podemos observar recomendações referentes à adoção de sistemas de notificação prévia de exercícios militares, ao fomento ao intercâmbio de informações sobre políticas e doutrinas de Defesa e ao incentivo à participação dos países da OEA no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e no Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares.

No mês de abril de 1998, o esforço pelo incremento da confiança no âmbito da OEA teve seguimento por meio da Declaração de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. Na mesma linha que seu predecessor, o documento ressalta a importância da transparência e das medidas de confiança mútua como meio de redução dos fatores de ameaça. Assinala ainda que esse conjunto de medidas tem como objetivo sedimentar o terreno para que sejam estabelecidos arranjos de cooperação de “maior envergadura” no setor¹⁸⁸. Do conjunto de recomendações tecidas no texto da Declaração, duas são de especial relevância: a primeira delas atribui-se à intenção de, com o apoio técnico de organismos internacionais econômicos pertinentes, estimular a realização de estudos em prol da elaboração de uma metodologia comum de medição de gastos militares. Tal mecanismo seria elaborado tendo em vista o Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares. A segunda recomendação diz respeito ao aprimoramento e ampliação das informações que os Estados membros remetem ao Registro de Armas Convencionais da

¹⁸⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.K/XXIX.2 **Declaração de Santiago sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. Santiago, Chile. 10 de novembro 1995. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsantiago.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2013. (Tradução nossa)

¹⁸⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.K/XXIX.2. **Declaração de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. Conferência Regional de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. San Salvador, El Salvador. 7 de abril de 1998. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsansalv.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

ONU. O objetivo de tal medida seria o aumento da contribuição hemisférica no cumprimento dos objetivos almejados pelo Registro.

As declarações de Santiago e San Salvador, juntamente com uma série de resoluções relativas ao incremento da confiança e da segurança¹⁸⁹, construíram bases para o estabelecimento de arranjos cooperativos mais perenes. De tal modo, por meio da Resolução AG/RES. 1607 (XXIX-O/99), estabeleceu-se a Convenção Interamericana de Transparência em Armamentos Convencionais. Apesar de sua adoção em 1999, a Convenção somente entrou em vigor no ano de 2002. Abaixo, segue a relação dos países membros da OEA que assinaram e/ou ratificaram a Convenção.

Tabela 5 - Assinatura e Ratificação da Convenção Interamericana de Transparência em Armamentos Convencionais

País	Assinatura	Ratificação	Depósito
Argentina	07/06/99	02/03/04	28/04/04
Barbados	06/06/01	06/06/04	07/06/04
Bolívia	07/06/99	-	-
Brasil	07/06/99	28/11/06	14/12/06
Canadá	07/06/99	07/06/99	18/10/99
Chile	07/06/99	22/12/05	30/01/06
Colômbia	07/06/99	-	-
Costa Rica	07/06/99	22/03/11	21/05/11
Dominica	07/06/99	-	-
República Dominicana	-	24/03/09	17/07/09
Equador	07/06/99	06/04/01	21/05/01

¹⁸⁹ De 1990-2011, dentre outras resoluções abordando temas de essencial importância para a construção da confiança hemisférica, destacamos as seguintes: Cooperación para seguridad hemisférica: AG/RES. 1123 (XXI-O/91); AG/RES. 1180 (XXII-O/j92). AG/RES. 1353 (XXV-O/95); AG/RES. 1415 (XXVI-O/96); AG/RES. 1570 (XXVIII-O/98); AG/RES. 1744 (XXX-O/00); Medidas de fomento de la confianza y la seguridad en las américas: AG/RES. 1409 (XXVI-O/96); AG/RES. 1494 (XXVII-O/97); AG/RES. 1566 (XXVIII-O/98); AG/RES. 1623 (XXIX-O/99); AG/RES. 1801 (XXXI-O/01); AG/RES. 1879 (XXXII-O/02); AG/RES. 1967 (XXXIII-O/03); AG/RES. 2270 (XXXVII-O/07); AG/RES. 2398 (XXXVIII-O/08); AG/RES. 2447 (XXXIX-O/09) AG/RES. 2625 (XLI-O/11). Resoluções encontradas nos compêndios anuais. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaraciones y Resoluciones**. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>>. Acesso em: 01 de set. de 2013.

El Salvador	07/06/99	21/02/02	08/03/02
Guatemala	07/06/99	09/01/01	03/07/01
Haiti	07/06/99	-	-
Honduras	18/12/01	-	-
México	07/06/99	16/11/10	03/07/11
Nicarágua	07/06/99	04/03/03	05/06/03
Paraguai	07/06/99	04/10/02	22/10/02
Peru	07/06/99	21/11/02	25/11/02
Estados unidos	07/06/99	-	-
Uruguai	07/06/99	20/06/01	31/08/01
Venezuela	07/06/99	08/04/05	27/04/05

Fonte: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Signatories and ratifications A-64**: inter-american convention on transparency in conventional weapons acquisitions. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/sigs/a-64.html>>. Acesso em: 25 de dez. de 2013.

O objetivo declarado da Convenção foi “contribuir mais plenamente para a abertura e transparência regional na aquisição de armas convencionais, mediante o intercâmbio de informação sobre tais aquisições, com fins de fomentar a confiança entre os Estados das Américas”¹⁹⁰. Para tanto, os Estados participantes deveriam submeter a informação requisitada ao depositário, no caso a Secretaria Geral da OEA, até o dia 15 de junho de cada ano. No que concerne às informações reportadas, a Convenção possui um desenho análogo ao do UNROCA, com as mesmas sete categorias básicas. Apesar da significativa semelhança, algumas diferenças entre os dois mecanismos são de fundamental importância. Podemos apontar três: 1) a inclusão da requisição de informações sobre a produção nacional, o que ilumina uma dimensão não contemplada pelo UNROCA, permitindo um maior dimensionamento do corpo bélico dos países; 2) o requerimento de que todas as aquisições devam ser reportadas no prazo máximo de 90 dias após à incorporação às Forças Armadas¹⁹¹; e 3) o fato de que a Convenção é legalmente vinculante, ao contrário do UNROCA que é essencialmente voluntário.

¹⁹⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. AG/RES. 1607 (XXIX-O/99). **Convención Interamericana sobre transparencia en las adquisiciones de armas convencionales**. 7 de junho de 1999. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/sigs/a-64.html>>. Acesso em: 13 de ago. de 2013.

¹⁹¹“Por incorporação aos inventários das Forças Armadas” se entende a entrada em serviço da arma convencional, ainda que por um período de tempo limitado”. Idem.

3.5 Iniciativas Sub-Regionais: Argentina e Chile

Na América do Sul, encontram-se dois arranjos de transparência de expressiva importância para o relacionamento bilateral dos países envolvidos: o exercício realizado entre Argentina e Chile entre 1999-2001, com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), para apresentação de seus gastos militares, e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Materiais Nucleares (ABACC). Importante ressaltar, no entanto, que esta última não se refere estritamente ao campo militar. Seu objetivo visa garantir que todas as atividades nucleares de ambos os países estejam orientadas a fins pacíficos. Apesar de sua importância, nos limitaremos à análise das características técnicas e metodológicas do mecanismo entre Argentina e Chile. A experiência bilateral permite uma comparação com a ferramenta de medição de gastos militares do CDS, objeto de nossa pesquisa.

Tendo em conta os valores afirmados pelas Declarações de Santiago e San Salvador, na ocasião da quinta reunião do Comitê Permanente de Segurança (COMPERSEG), Argentina e Chile acordam requerer à CEPAL a realização de um estudo técnico referente ao estabelecimento de uma metodologia padronizada para a medição de gastos de Defesa entre os dois países que, eventualmente, poderia se estender para o âmbito regional. Apesar do otimismo com o qual a CEPAL recebeu tal tarefa, os desafios eram inegáveis. As diferentes estruturas burocráticas dos países demandavam a realização de um amplo estudo no sentido de encontrar uma arquitetura institucional que comportasse tais distinções. Assim sendo, um grupo técnico binacional foi reunido para a tarefa.

Na data de comemoração dos cem anos do “Abraço do Estreito de Magalhães”¹⁹², os presidentes Carlos Saúl Menem e Eduardo Frei Ruiz-Tagle, respectivamente da Argentina e do Chile, firmaram uma declaração conjunta ressaltando a amistosa relação vivenciada pelos dois países naquele momento. No documento assinado em Ushuaia, foi saudada a iniciativa em conjunto com a CEPAL, assim como os avanços das reuniões dos Ministros de Defesa e Relações Exteriores dos respectivos países. Ressaltou-se ainda a importância da participação dos países nos mecanismos de transparência militar mantidos pelas Nações Unidas, demonstrando comprometimento com a questão.

¹⁹² Evento histórico que precedeu a assinatura dos Pactos de Mayo em 1902 para limitação de armamentos entre os dois países.

Como já mencionamos anteriormente, a publicação dos Livros Brancos de Defesa (LBD) chileno (*Libro de la Defensa Nacional*) e argentino (*Libro Blanco de la República Argentina*), de 1997 e 1999 respectivamente, representa um sinal da vontade política de ambos os governos em fomentar a confiança regional e a transparência militar. No que tange aos gastos militares em perspectiva internacional, o LBD do Chile adianta-se na questão da transparência. Em seu texto, lemos: “cremos ser imprescindível um acordo internacional sobre a adoção de uma metodologia padronizada que permita a comparação de cifras e evite um debate suscetível à manipulação”¹⁹³. Tal declaração indica o início de um processo de maturação da proposta realizada posteriormente em conjunto com a Argentina.

No ano 1999, um documento informal relacionado ao projeto foi redigido por um grupo *ad hoc* de caráter consultivo. Por meio deste, foram apresentadas à CEPAL algumas diretrizes a serem seguidas na elaboração da metodologia em questão. Preliminarmente, o documento intitulado “Medição Padronizada de Gastos Militares” define que o termo “Defesa” refere-se “a todas as atividades que têm como efeito a salvaguarda da soberania nacional. É seu objetivo atingir um nível de segurança externa que irá permitir o país alcançar seus objetivos nacionais”¹⁹⁴. Tendo em conta tal definição, depreende-se que o entendimento de gastos militares refere-se a todos os investimentos realizados pelo Estado circunscritos no conceito de Defesa acima descrito¹⁹⁵.

Seu objetivo também é clarificado: “o modelo deve ser desenhado para permitir uma comparação racional dos gastos, de maneira que sua utilidade enquanto medida de incremento à transparência e à confiança seja garantida”.¹⁹⁶ Uma das metas principais da iniciativa é a possibilidade da identificação de padrões e tendências nos gastos militares em perspectiva temporal. Não obstante, o documento exige que o mecanismo não seja analisado sozinho, mas sim contextualizado em um quadro mais amplo de medidas bilaterais de fomento da confiança já implementadas à época.

Dentre as diretrizes contidas no “Medição Padronizada de Gastos Militares”, é assinalado que na medição dos gastos militares todas as formas de financiamento das

¹⁹³ CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **Libro blanco de la defensa 1997**. p. 14. Disponível em: <http://www.defensa.cl/wp-content/uploads/LIBRO-DE-LA-DEFENSA-NACIONAL_1997.pdf>. Acesso em: 03 maio 2013.

¹⁹⁴ ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **A common standardized methodology for the measurement of defense spending**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2001. Annex 2, p. 53.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

atividades de Defesa devem ser contabilizadas, ainda que não sejam procedentes do Ministério da Defesa. Essa especificação permitiu que fontes de financiamento da Defesa exteriores ao Ministério da Defesa fossem incluídas nos cálculos, como o regime especial de financiamento das Forças Armadas chilenas referente à Lei do Cobre. A legislação impõe uma taxa de 10% às vendas do cobre de maneira a gerar capital para a compra de armamentos¹⁹⁷. O objetivo inicial da medida era prover às Forças Armadas uma fonte perene de financiamento, incólume às mudanças políticas. Em 1985, uma modificação foi realizada na lei modificando o piso mínimo, que era de noventa milhões de dólares¹⁹⁸, para cento e oitenta milhões de dólares de repasse à Defesa¹⁹⁹. Ademais, o mecanismo permite que empréstimos sejam feitos sobre receitas ainda não geradas.

Outra adequação foi a dedução de alguns gastos executados sob o arcabouço institucional do Ministério da Defesa que, porém, não se relacionavam com a defesa do país. No exercício executado pelos dois países, por exemplo, os gastos realizados com Conselho de Aviação Civil e com o Conselho de Águas Territoriais foram deduzidos dos cálculos de gastos militares do Chile, ainda que estivessem subordinadas ao Ministério da Defesa. Os investimentos efetuados no Instituto Geográfico Militar, Serviço Hidrográfico e Oceanográfico, e Serviço Aerofotogramétrico da Força Aérea Chilena também foram deduzidos. No que concerne à Argentina, diversos ajustes referentes às cifras direcionadas aos privilégios e direitos dos militares, tais como, educação e saúde, também passaram por ajustes²⁰⁰.

Algumas categorias foram excluídas dos cálculos: atividades não militares (tais como as desempenhadas pelos *Carabineros*²⁰¹ no Chile e a *Gendarmería* na Argentina); Indústria de Defesa e Pesquisa e Desenvolvimento não relacionadas à defesa, Atividades

¹⁹⁷ Inicialmente, a taxação limitava-se a 7,5%. Todavia, em 1973, sob o governo militar de Augusto Pinochet, a taxa foi elevada ao patamar de 10%. Pinochet ainda estabeleceu uma divisão igualitária entre as três Forças das receitas geradas pela lei. BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January 2012. p. 12.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ O valor ainda passa por um ajuste baseado na variação do Índice de Preços Atacadistas dos Estados Unidos entre 1987 (ano no qual a lei foi modificada, adicionando o presente ajuste), e o ano em questão. CHILE. Ley Reservada del Cobre, lei no. 13 196. **Diario Oficial de la República de Chile**, 29 de out. 1958

²⁰⁰ ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **A common standardized methodology for the measurement of defense spending**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2001. Annex 2, p. 21.

²⁰¹ Na época da elaboração da metodologia, os Carabineros ainda se encontravam sob arcabouço institucional do Ministério da Defesa. Entretanto, por meio da lei N° 20.502 de 2011, foram transferidos, juntamente com a Polícia de Investigação, para a jurisdição do Ministério do Interior e Segurança Pública, criado pela mesma lei. RESDAL. **Atlas comparativo de la defensa el América Latina y Caribe 2012**. RESDAL: Buenos Aires, 2012. p. 160.

produtivas das Forças não relacionadas à defesa; despesas administrativas; e controle de tráfego aéreo. Outras, o documento pontua que deveriam ser analisadas com mais cautela, pois poderiam ser consideradas ou não relacionadas à defesa: atividades de serviço social, gastos com pensão militar e segurança social, operações de controle fronteiriço e paz; e atividades marítimas²⁰².

Outro ponto metodológico de interesse é a contabilização de Ajuda Militar Externa, o que mostra a função de destaque desempenhada por esse tipo de financiamento na região. Essa característica metodológica será incorporada ao mecanismo estabelecido pelo CDS. A questão do financiamento militar externo na América do Sul será desenvolvida no capítulo 3 com mais detalhes.

Para manter um maior grau de adaptabilidade frente a diferentes situações e países, a metodologia proposta pela CEPAL possui diferentes níveis de agregação. Em cada um deles, um grau diferente de informações é exposto. Ao todo, são três categorias - G1, G2 e G3 - distribuídas de maneira crescente. Ou seja, a quantidade de informações compartilhadas aumenta em função da categoria escolhida. A mais simples, a G1, possui uma definição limitada sobre gastos de Defesa. O nível G1 corresponde

[...] a todos os gastos governamentais envolvendo a administração e o gerenciamento das funções militares da Defesa, especificamente a administração, supervisão, e o gerenciamento das forças e assuntos militares da Defesa; forças de Defesa terrestres, marítimas, aéreas e espaciais; engenharia, transporte, comunicação, informação, materiais, pessoal, comando não-combatente e outras forças; forças de reserva e pessoal de Defesa auxiliar; e estruturas militares e equipamentos de abastecimento.²⁰³

O nível G2, por sua vez, inclui as categorias do nível G1 mas os gastos realizados com o pagamento de pensões, compreendidas como Gastos com Pessoal Militar e Aposentadorias na Argentina e Segurança Social no Chile. Finalmente, no nível G3, o mais amplo, é alcançado pela adição das categorias de gasto militar referentes à “Indústria de Defesa e Pesquisa e Desenvolvimento”; “Outras atividades produtivas”; “Atividades produtivas empreendidas por outros órgãos públicos”; e “Ajuda militar”.²⁰⁴

²⁰² ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **A common standardized methodology for the measurement of defense spending**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2001, p. 54.

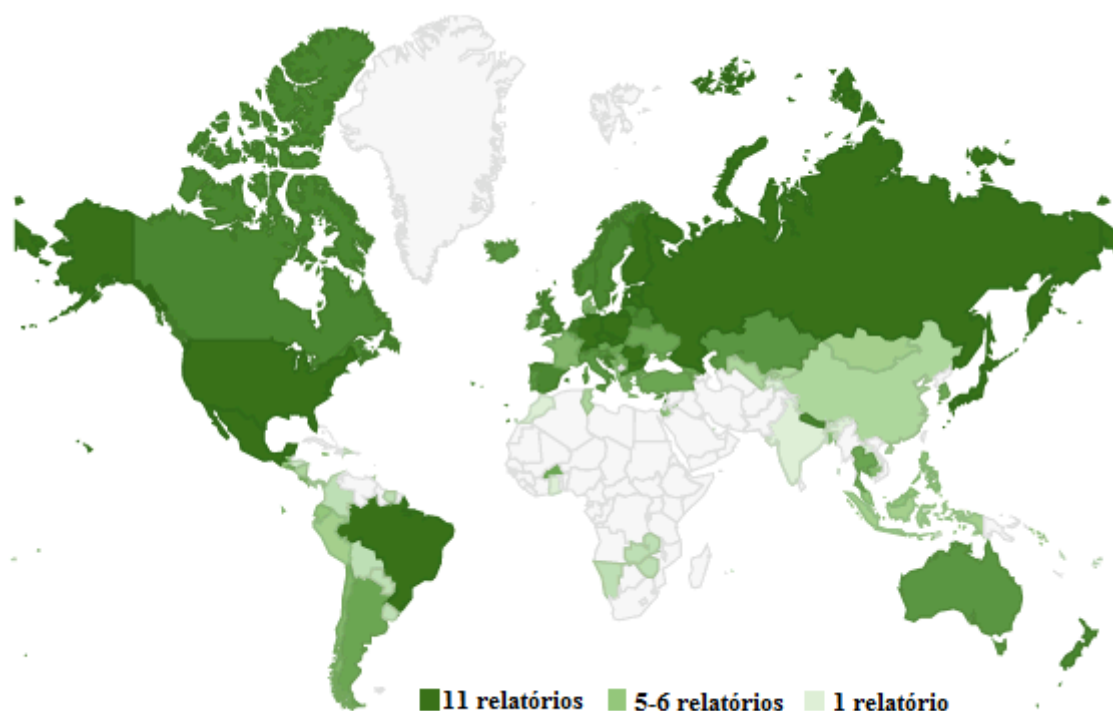
²⁰³ Ibidem, p. 17. (Tradução nossa)

²⁰⁴ Ibidem, p. 40.

3.6 Analisando Padrões de Participação

O mapa a seguir ilustra participação global no Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares no período compreendido entre 2001-2011. Ficam claros, dessa maneira, os diferentes índices regionais de aderência à iniciativa.

Figura 4 - Participação Global no Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares 2001-2011

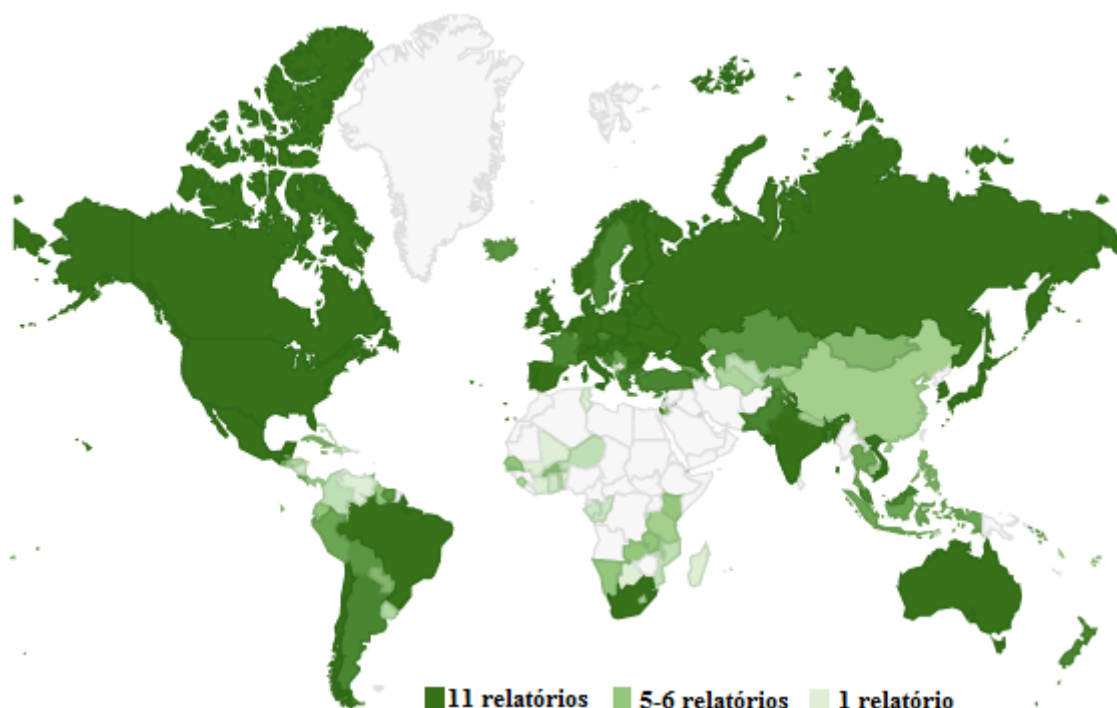


Fonte: Elaboração própria com base na base de dados do Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares. Disponível em: <<https://milex.un.org/>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

Da América do Sul, o mais participativo é o Brasil. Entre 2001-2011, submeteu relatórios todos os anos. Os menos participativos são Venezuela e Guiana, os quais nunca participaram do mecanismo. A sub-região como um todo tem baixos níveis de assiduidade. Do acumulado de 779 relatórios submetidos entre 2001-2011, apenas 52 provêm de governos sul-americanos. Isso representa apenas 6,67% do total. A região mais assídua é a Europa. Além dos altos níveis de participação, todos os seus países já submeteram relatório ao menos uma vez ao mecanismo.

No caso do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, não são observadas grandes diferenças na distribuição geográfica da participação global, como mostra o mapa a seguir.

Figura 5 - Participação Global no do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas 2001-2011



Fonte: Elaboração própria com base na base de dados do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office for Disarmament Affairs. **Transparency in Armaments: Reporting to the United Nations register of Conventional Arms.** Fact Sheet. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/DOCS/20110201-RegisterFactsheet.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2013.

Todavia, ao compararmos os dois mapas algumas características são observadas. A primeira delas é a inclusão de um pequeno grupo de países africanos aos participantes do Registro de Armas Convencionais. Desse conjunto, destaca-se o da África do Sul, tendo participado do Registro em todos os anos compreendidos entre 2001-2011. Uma segunda característica observada é a intensificação da participação europeia, asiática e sul-americana. A Índia, que só havia apresentado um único registo de gastos militares da ONU, no Registro de Armas Convencionais participou todos os anos entre 2001-2011. Na tabela a seguir, vemos a participação dos países da América do Sul nos dois mecanismos. É possível constatar que países como Brasil, Argentina e Equador, por

exemplo, mantiveram certa consistência nos dois mecanismos. Entretanto, Guiana, Suriname e Bolívia mostram uma discrepância significativa nos índices.

Tabela 6 - Participação dos Países Sul-Americanos nos Mecanismos de Transparência da ONU

	Participação Instrumento de Apresentação de Gastos Militares	Participação Registro de Armas Convencionais
Argentina	8	10
Brasil	11	11
Bolívia	3	9
Chile	7	11
Colômbia	3	3
Equador	6	6
Guiana	0	6
Paraguai	3	2
Peru	5	8
Suriname	3	9
Uruguai	3	4
Venezuela	0	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e do Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/DOCS/20110201-RegisterFactsheet.pdf> e <https://milex.un.org/>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

Tendo em conta esses fenômenos, é possível afirmar que não há uma grande variação geográfica no mapa da participação: regiões que participam em um dos mecanismos de transparência da ONU tendem a participar no outro. Porém, como a comparação entre os dois mapas mostra, não necessariamente com a mesma intensidade. Entre as variáveis que determinam as características por nós observadas, podemos assinalar duas²⁰⁵. A primeira delas refere-se à relevância estratégica do mecanismo e influi sobre a intensidade. Temos que a diferença da participação sul-americana no

²⁰⁵ Outros fatores que nos ajudam a explicar tal disparidade dizem respeito às estruturas burocráticas e organizacionais dos Estados, à vontade política, preocupações relativas à própria segurança e percepção de baixa pertinência do mecanismo. SIPRI. Reporting to the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Fact Sheet**. May 2011.

Registro de Armas Convencionais em relação ao Instrumento de gastos militares, assim como a inclusão de um grupo de países africanos, deve-se em grande parte à maior relevância estratégica do primeiro, especificamente à categoria de relatório de armas pequenas e leves presente no UNROCA, dado que esse tipo de armamento desempenha papel determinante nos conflitos dessa região²⁰⁶. De tal maneira, o UNROCA possui maior pertinência do ponto de vista estratégico, explicando assim os diferentes níveis de participação em cada mecanismo.

A segunda variável é a presença de arranjos regionais de transparência e nos ajuda a entender a resiliência geográfica dos mapas observados. Algumas das variáveis que nos ajudam a compreender a geografia da participação nesses mecanismos são a vontade política, a capacidade das estruturas burocráticas, e preocupações com a própria segurança. A RESDAL, por sua vez, percebe como empecilhos a uma maior participação a negação ou o atraso deliberado de reformas na estrutura do setor orçamentário, falta de adesão dos planos de defesa aos planos nacionais, a proteção de interesses corporativos e/ou individuais, incapacidade técnica, e a existência de uma cultura de segredo²⁰⁷. Contudo, ao examinarmos mais atentamente as figuras, vemos que as áreas mais participativas possuem iniciativas de âmbito regional. A Europa, com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE); a Ásia, com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); as Américas, com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armamentos Convencionais. Na América do Sul, os países mais participativos —Brasil, Argentina e Chile, respectivamente— têm experiência em instrumentos de transparência bilaterais. Tal observação é apresentada como um indicativo de que arranjos de transparência regionais podem facilitar a participação dos países que o compõem em arranjos mais amplos.

3.7 Outras Iniciativas

Apesar de termos delimitado um certo conjunto de mecanismos na análise conduzida ao longo desse capítulo, cabe dedicar espaço a alguns outros esforços que também contribuem para a transparência em assuntos militares ao redor do globo. Dentre

²⁰⁶ SIPRI. Reporting to the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Fact Sheet**. May 2011.

²⁰⁷ RESDAL. **El Presupuesto de Defensa en América Latina**: la Importancia de la Transparencia para el Monitoreo Independiente. Buenos Aires: Ser en el 2000, 2004. p. 76-86.

eles, podemos citar em primeiro lugar o *Government Finance Statistics Yearbook (GYSY)* do Fundo Monetário Internacional. Sua definição de gastos em Defesa é baseada na Classificação de Despesas de Acordo com o Propósito (COFOG na sigla em inglês) das Nações Unidas. O COFOG baliza que a Defesa militar compreende: administração dos assuntos e serviços de Defesa militar e serviços; operação das forças de Defesa espaciais, aéreas, marítimas, operação de engenharia, transporte e comunicação, inteligência, pessoal e outras forças não combatentes; operação ou suporte das forças auxiliares e de reserva.²⁰⁸ Outro instrumento de transparência internacional no setor militar é o *The Military Balance*, publicação anual do *International Institute for Strategic Studies (IISS)*. Suas definições, por sua vez, inspiram-se nas mantidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Na lida com países não-membros do organismo, as cifras são consultadas em fontes de domínio público. Em sua definição de gastos militares, o *The Military Balance* delimita que

[...] gasto militar é definido como os desembolsos financeiros de um governo central ou federal de maneira a cobrir os custos das Forças Armadas nacionais. O termo “Forças Armadas” inclui forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, de comando, administrativas e de suporte. Também inclui forças paramilitares tais como a *gendarmaria*, serviços customizados e guardas de fronteiras, se estes foram treinados em táticas militares, equipados como forças militares e operarem sob uma autoridade militar em caso de guerra²⁰⁹.

O Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI na sigla em inglês) também se fundamenta nas definições da OTAN. Para fins metodológicos, a instituição cataloga como gastos em Defesa todo fluxo de capital investido nas Forças Armadas (incluem-se as Operações de Paz); Ministério de Defesa ou outras agências governamentais encarregadas de assuntos de Defesa; Forças Paramilitares, quando treinadas e equipadas para operações militares; atividades militares espaciais; pessoal militar e civil; operações e manutenção; aquisições; pesquisa e desenvolvimento militar; e ajuda militar (despesa computada nos cálculos do país doador)²¹⁰. Ainda com base na OTAN, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, por meio do Escritório de Controle de Armas, Verificação em Cumprimento, publica o *World Military Expenditures and Arms Transfers*. É interessante notar que uma definição padronizada de gastos

²⁰⁸ UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Detailed structure and explanatory notes**. COFOG code 02.1.0. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcs.asp?Cl=4&Lg=1&Co=02.1.0>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

²⁰⁹ ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **Methodology for the comparison of military expenditures**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2005. p. 15. (Tradução nossa)

²¹⁰ *Ibidem*, p. 22.

militares somente é mantida para os países membros da OTAN. Para os países não-membros são adotadas diferentes definições.²¹¹

Na América do Sul, podemos citar o esforço desempenhado pela *Red de Seguridad y Defensa de América Latina* por uma maior transparência nos assuntos de Defesa. Em sua publicação bianual, o *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe* realiza um levantamento das informações concernentes à Defesa dos países da região latino-americana, dentre elas os orçamentos militares. As fontes utilizadas são documentos oficiais publicados pelos órgãos competentes dos governos.

²¹¹ ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **Methodology for the comparison of military expenditures**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2005.. p. 24.

4 O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A TRANSPARÊNCIA EM GASTOS MILITARES

O projeto de estabelecimento de um foro multilateral em matéria de defesa sul-americano foi expressado pelos governos da região com maior assertividade em 2006, na Conferência de Ministros de Defesa da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Na ocasião, os países presentes – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, e Venezuela - manifestaram a intenção de articular as iniciativas bilaterais e regionais já existentes em uma mesma arquitetura institucional. Pela declaração redigida ao final do encontro, manifestou-se o entendimento conjunto de que

[...] é necessário fortalecer a cooperação entre os Ministérios de Defesa dos países membros da Comunidade Sul-Americana de Nações; as Forças Armadas e as Forças de Segurança, em conformidade com os ordenamentos jurídicos internos para consolidar a América do Sul como uma área de paz e estabilidade, e desenvolver uma luta mais efetiva contra as diversas ameaças que possam enfrentar nossos Estados e sociedades.²¹²

A partir de meados de 2007, rumores correram que o Brasil tivesse assumido a proposta e iniciado um esforço mais acentuado na conformação de um arranjo dessa natureza²¹³. Não tardou muito até que as intenções brasileiras fossem expostas de maneira oficial pelo então Ministro da Defesa Nelson Jobim, que após a comunicação, iniciou uma série de viagens com vistas a angariar apoio político ao projeto de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Segundo Jobim, em uma exposição da proposta brasileira feita em Washington, “esse Conselho contribuiria para a criação de uma identidade sul-americana de defesa”²¹⁴.

O primeiro país a ser visitado pelo Ministro da Defesa brasileiro foi a Guiana, no dia 21 de abril de 2008, onde discutiu o caráter do projeto com o então Presidente Jagdeo e recebeu seu apoio. No dia seguinte, no Suriname, encontrou-se com o Presidente Venetiann, que também endossou a iniciativa. Seis dias depois, Jobim reuniu-se com

²¹² COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES. **Declaração de Bogotá**, 14 de junho de 2006. (Tradução nossa)

²¹³ FABIAN CASTRO, Gustavo; SAINT PIERRE, Héctor Luís. **El Consejo Sudamericano de Defensa**. Disponível em: <https://www.academia.edu/5419562/El_Consejo_Sudamericano_de_Defensa>. Acesso em: 02 de jan. de 2014.

²¹⁴ CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. **Brazil**: a defense overview. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/events/080321_brazil_jobim.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2013. (Tradução nossa)

Álvaro Uribe, Presidente da Colômbia, e seus Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, Manuel Santos e Fernando Araújo, respectivamente. Uribe, entretanto, não se mostrou tão receptivo à ideia, mas comprometeu-se a estudar a proposta.

No mesmo dia, Jobim partiu para Quito, onde conseguiu apoio oficial à proposta do CDS. De lá, seguiu para o Peru, que tal qual a Colômbia, sinalizou simpatia à iniciativa, porém não concedeu suporte de imediato. O governo peruano ressaltou, todavia, que o estabelecimento de um mecanismo multilateral de integração na área de defesa era algo que interessava a região, como parte de um processo de associação mais amplo. No dia 7 de maio, o Ministro da Defesa brasileiro chegava ao Paraguai para se reunir com o Presidente Fernando Lugo. Na ocasião, Jobim explicou que não era o objetivo do projeto fazer frente a um ator externo, mas sim a constituição de um foro para a articulação e construção de consensos regionais em matéria de defesa.

No dia 13 do mesmo mês, a rodada de visitas de Nelson Jobim aportou em Buenos Aires. Lá, reuniu-se com sua homônima Nilda Garré e com a Presidenta Cristina Kirchner. Após o breve encontro, seguiu para o Chile para encontrar-se com a Presidenta Michelle Bachelet e José Goñi, seu Ministro da Defesa, que respaldaram propositura brasileira. Seis dias mais tarde, era o apoio boliviano que Jobim ganhava ao se reunir com Walter San Miguel, Ministro da Defesa e o Presidente Evo Morales. Ao finalizar sua empreitada, Jobim havia conseguido angariar o apoio da maioria dos governos da região.

Os países sul-americanos acordaram abrigar o novo órgão no âmbito da recém criada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), anteriormente CASA. A então Presidenta Pro Tempore da UNASUL, Michelle Bachelet, determinou que se formasse um Grupo de Trabalho com vistas a esquadriñar um plano de implementação da proposta e que este apresentasse, em um prazo de 90 dias, uma propositura final. Entretanto, nem todos os países da UNASUL demonstraram interesse em fazer parte da nova instituição. A Colômbia recusou-se a integrar o futuro Conselho alegando a divergência entre os países da região sobre a qualificação das FARC's (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e outros grupos paramilitares que atuam no território colombiano como terroristas.

A coordenação do Grupo de Trabalho designado pela UNASUL ficou a cargo do Chile, na pessoa do Subsecretário de Guerra do Ministério de Defesa Nacional, Gonzalo Garcia Pino. Sob sua chefatura, realizaram-se quatro reuniões na capital chilena de expressiva importância para a discussão do projeto. O primeiro encontro realizou-se nos dias 23 e 24 de junho de 2008 e teve como objetivo balizar os lineamentos principais para

a construção de uma proposta consensual para o CDS. No início da reunião, a delegação brasileira apresentou os cinco pontos basilares da sua proposta: 1) o CDS contribuirá para a formação de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando em consideração as particularidades sub-regionais; 2) buscar-se-á por meio do organismo a articulação de uma perspectiva regional baseada em princípios compartilhados; 3) as atribuições do CDS incluirão a promoção de medidas de fomento da confiança, da transparência e intercâmbio de experiências sobre a elaboração de documentos de políticas de defesa e doutrinas; 4) o CDS somará forças às iniciativas sub-regionais já existentes na América do Sul e Caribe; e 5) as decisões acordadas no âmbito do CDS não serão juridicamente vinculantes²¹⁵. Destacou-se ainda a necessidade de contemplar a heterogeneidade dos países sul-americanos em matéria de defesa. Com efeito, era preciso que as diferentes concepções fossem levadas em conta na construção da instituição.

A segunda reunião foi marcada pela adesão por parte da Colômbia ao projeto, contudo, exigindo que dois critérios fossem respeitados: todas as decisões do organismo deveriam ser adotadas por consenso e somente as forças institucionais, reconhecidas pelas constituições nacionais, seriam reconhecidas como legítimas. A delegação colombiana sugeriu incluir no Estatuto do organismo a seguinte sentença: “reconhecer exclusivamente às Forças Armadas institucionais consagradas pelas constituições dos Estados Membros e rechaçar os grupos violentos, seja qual for sua origem”²¹⁶. Entretanto, a incorporação do excerto não foi aceita de imediato e as outras delegações decidiram levar a proposta colombiana aos seus governos para uma consideração mais cautelosa. A propositura seria tratada novamente no próximo encontro.

As discussões do terceiro encontro do grupo de trabalho tiveram como fulcro 1) o papel desempenhado pelas Forças Armadas na concepção do CDS. Nesse sentido, a delegação da Colômbia reformulou o texto entregue na última reunião, alterando-a para “reconhecer as Forças Armadas consagradas constitucionalmente pelos Estados Membros como exclusivamente instituições encarregadas pela defesa nacional”; 2) rechaço à violência de grupos armados ilegais. Mais uma vez, a discussão foi levantada pelo governo colombiano, obviamente preocupado com a situação vivenciada pelo país em relação aos grupos armados atuantes em seu território. Os representantes da Bolívia e da

²¹⁵ CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano**: crónicas de su gestación. Santiago de Chile, julio de 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/gestacion-del-csd-libro-chile.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2013.

²¹⁶Idem.

Venezuela se opuseram à proposta colombiana, por entenderem que não cabia ao CDS normatizar sobre tais assuntos. As duas delegações expressaram que o Conselho não deveria cristalizar em suas normas e princípios situações conjunturais; e 3) participação cidadã em matéria de defesa nos princípios do CDS. Sobre essa questão, a delegação paraguaia sugeriu um texto que instruía os Estados a promover a participação de seus cidadãos no assuntos de defesa nacionais “enquanto bem público de interesse ao conjunto da sociedade”²¹⁷.

No que concerne à discussão sobre as ameaças, em resposta a uma sugestão de texto realizada pela presidência do Grupo de Trabalho, a Venezuela manifestou-se em defesa do seguinte texto:

Condenar as ameaças e ações em matéria de defesa que parem sobre a convivência pacífica de nossos povos e seus sistemas democráticos de governo e rechaçar a presença ou ação de grupos armados ilegais e a IV Frota, que possam exercer ou propiciar violência, seja qual for sua origem²¹⁸.

O excerto apresentado pela delegação venezuelana ilustra sua percepção de ameaça fortemente marcada pela presença norte-americana no Atlântico. A IV Frota, criada pelo governo dos EUA com o objetivo de proteger a região do poderio bélico naval nazista foi desativada 1950. Entretanto voltou à ativa em julho de 2008, causando receio em alguns governos da região²¹⁹. De todo modo, a proposta venezuelana não foi acordada por todos e ficou pendente para discussões posteriores.

Entre a terceira e a quarta reunião em Santiago, ocorreu informalmente um encontro entre os Ministros de Defesa na ocasião da VIII Conferência de Ministros de Defesa das Américas. Na oportunidade, ainda que nada tenha sido decidido visto a informalidade da ocasião, confluíram as diferentes visões entorno de alguns empreendimentos, a saber: a criação de um Centro de Estudos Estratégicos; capacitação de civis em assuntos de defesa; capacitação em direitos humanos e defesa; criação de uma página do CDS na internet; e realização de um seminário sobre os processos de reforma dos Ministérios de Defesa dos países da região.

²¹⁷ CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano**: crónicas de su gestación. Santiago de Chile, julio de 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/gestacion-del-csd-libro-chile.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2013.

²¹⁸ Idem. (Tradução nossa)

²¹⁹ CARTA CAPITAL. EUA reativam IV Frota e preocupam dirigentes da AL. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205>>. Acesso em: 03 de nov. de 2013.

Por fim, a quarta e última reunião, dos dias 10 e 11 de dezembro de 2008, buscou consensos sobre os temas ainda em discussão. Desse modo, evitou-se incluir novos temas nos debates antes que se concluíssem os anteriores. A aprovação do texto final se deu por partes. Cada artigo foi discutido e reformulado de acordo com as proposições dos Estados Membros. Sobre o reconhecimento dos grupos armados e das ameaças, ponto de maior divergência, acordou-se o seguinte texto:

Reafirma a convivência pacífica dos povos, a vigência dos sistemas democráticos de governo e sua proteção, em matéria de defesa, frente a ameaças ou ações externas ou internas, no marco das normativas nacionais. Igualmente, rechaça a presença ou ação de grupos armados a margem da lei, que exerça, ou propiciem a violência seja qual for sua origem²²⁰.

No dia 12 de dezembro, os países firmaram o texto final do Estatuto do Conselho Defesa Sul-Americano. Na reunião na Costa do Sauípe, Brasil, as opiniões convergiram em um texto que define o CDS como uma “instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da UNASUL em seus artigos 3º letra s, 5º e 6º”²²¹. O documento define três objetivos gerais: I) consolidar a América do Sul como Zona de Paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos povos e como contribuição à paz mundial. II) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa; e III) gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. Dentre os onze objetivos específicos subsequentes, destacamos o item “d)” que se refere ao avanço na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas da defesa e promoção do diálogo e cooperação preferente com outros países da América Latina e Caribe. Neste aspecto observamos atualmente que, nas leis orgânicas das Forças Armadas dos países da região, assim como em outros documentos que delimitam o marco legal da defesa, ainda existem diferenças expressivas. Como exemplo, tomamos o caso argentino que em sua *Ley de Defensa Nacional*, de 05 de maio de 1988, define no artigo segundo,

A defesa nacional é a integração e a ação coordenada de todas as forças da Nação para a solução daqueles conflitos que requerem o emprego das Forças Armadas, em forma dissuasiva ou efetiva para enfrentar as agressões de origem externa. Tem por finalidade garantir de modo permanente a soberania

²²⁰ CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano**: crônicas de su gestación. Santiago de Chile, julio de 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/gestacion-del-csd-libro-chile.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. de 2013. (Tradução nossa)

²²¹ CONSELHO DE DEFESA SUL AMERICANO. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano**. 11 de diciembre de 2008, Santiago, Chile. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/inicio/documentos/consejos/consejo-de-defensa-suramericano>> Acesso em: 11 de nov. de 2013. (Tradução nossa)

e independência da Nação argentina, sua integridade territorial e capacidade de autodeterminação; proteger a vida e a liberdade de seus habitantes²²².

Ressaltamos a delimitação do emprego das forças a agressões de origem externa. A separação entre o externo e o interno na Argentina é nítida e drástica, característica oposta ao exemplo peruano. Neste último, define-se Defesa Nacional como o “conjunto de medidas, previsões e ações que o Estado gera, adota e executa de forma integral e permanente; se desenvolve nos âmbitos externo e interno”²²³. À posição peruana, alinha-se a colombiana. Por meio da Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade, de 2011, a Colômbia identifica quatro fatores de risco a serem combatidos pelas Forças Armadas: os grupos armados à margem da lei, os delitos contra os cidadãos, as ameaças externas e desastres naturais. Ao compararmos as conceituações apresentadas, temos uma amostra da diversidade presente na região em relação à matéria e o consequente desafio do CDS para conciliar essas perspectivas.

Um segundo objetivo específico sublinhado é “e) fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e difundir as lições aprendidas”. O item está em consonância com o princípio de “fortalecer o diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante o fomento de medidas de confiança e transparência”²²⁴, já clarificado na parte introdutória do documento. O comprometimento do CDS com a transparência desde sua criação é um elemento relevante na compreensão dos desenvolvimentos subsequentes na questão.

No que no Estatuto do CDS não se menciona nenhuma vez o conceito de “multidimensionalidade da segurança”. Sua ausência, assim como sua presença, são indicadores de um posicionamento em relação ao que foi discutido nos foros hemisféricos, principalmente nas Conferências de Ministros de Defesa das Américas. Héctor Saint Pierre vê positivamente a ausência do conceito. Para o autor, “evitar a facilidade do emprego discursivo do conceito de ‘segurança multidimensional’ é uma amostra de maturidade por parte deste recém instaurado foro sub-regional”²²⁵.

²²² ARGENTINA. **Ley de Defensa Nacional**, nº 23.554, 05 de maio de 1988. (Tradução nossa)

²²³ PERU. **Libro Blanco de la Defensa Nacional**, 2005. p. 62. Disponível em: <<http://www.mindef.gob.pe/vercontenido.php?archivo=menu/libroblanco/index.htm>>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.

²²⁴ CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano**. 11 de diciembre de 2008, Santiago, Chile. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/inicio/documentos/consejos/consejo-de-defensa-suramericano>>. Acesso em: 11 de nov. de 2013. (Tradução nossa)

²²⁵ SAINT PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias”. In: _____; MEI, Eduardo (Org.). **Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 25.

Redigido e aprovado o Estatuto do CDS, os trabalhos progrediram. Na primeira reunião da instância executiva do Conselho, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2009, discutiu-se a elaboração de um Plano de Ação. Para tanto, foram formados quatro eixos temáticos: a) política de defesa; b) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; c) indústria e tecnologia de defesa; e d) formação e capacitação. Esses agrupamentos foram, ao final, incorporados de maneira permanente à redação final do documento. Para operacionalizar o avanço do CDS, as atividades propostas no Plano de Ação 2009 foram distribuídas entre grupos de trabalho formados pelos países. Cada grupo ficaria responsável pelo desenvolvimento de sua respectiva atividade. Dentre elas, estava a proposta de criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) em Buenos Aires. Seu estatuto, de março de 2009, define como objetivos da instituição

- a) Contribuir, mediante análises permanentes, identificação de desafios, fatores de risco e ameaça, oportunidades e cenários relevantes para a defesa e a segurança regional e mundial, tanto no presente quanto no mediano e longo prazo; b) Promover a construção de uma visão compartilhada que possibilite a abordagem comum em matéria de defesa e segurança regional, dos desafios, fatores de risco e ameaça, oportunidades e cenários previamente identificados, conforme os princípios e objetivos expostos no Tratado Constitutivo da UNASUL e no Estatuto do CDS; c) Contribuir na identificação de enfoques conceituais e lineamentos básicos comuns que permitam a articulação de políticas em termo de defesa e segurança regional²²⁶.

O CEED desempenhou papel crucial no estabelecimento do mecanismo de medição de gastos militares do CDS. A criação da instituição ficou a cargo da delegação argentina que, por sua vez, também tomou para si outra iniciativa de fundamental importância para nosso estudo. Juntamente com o governo chileno, a Argentina responsabilizou-se pelo item “transparentar a informação sobre gastos e indicadores econômicos da defesa”. Vê-se, pois, que havia a intenção de se aproveitar a expertise adquirida pelos dois países no exercício conduzido entre 1999-2001. Como veremos mais à frente, é possível identificar traços claros da influência da experiência bilateral no desenho do mecanismo, sustentando a hipótese.

A primeira reunião dos Ministros da Defesa do CDS ocorreu nos dias 9 e 10 de março no Chile, na cidade de Santiago. O Ministro da Defesa José Goñi declarou na ocasião,

Estamos materializando um projeto particularmente significativo para a integração regional, pela qual nos comprometemos com nossos povos e nossa

²²⁶ CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA **Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_Ceed_FINAL.pdf>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

história em comum. E o fazemos em um momento crucial para o futuro de nossa região e do sistema internacional que queremos construir neste século XXI. “Há que ficar claro que o CDS não é contra ninguém”, declarou o Ministro Jobim. Eu me permito agregar que o CDS deve ser para nós, os sul-americanos, uma instância que nos ajude a gerar nossas visões, nossas opiniões e nosso próprio plano de ação em assuntos de defesa²²⁷.

O anfitrião reconheceu ainda o vigor aplicado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Ministro Jobim na iniciativa que naquele momento se materializava.

Na Declaração de Santiago, documento redigido ao final do encontro, o Plano de Ação discutido previamente foi aprovado, constituindo-se em parte do esforço conjunto na construção comum, gradual e flexível da identidade sul-americana de defesa. Definiu-se ainda que o próximo encontro do foro ocorreria em meados de 2009 na cidade de Quito, Equador, para que se avaliasse o cumprimento do Plano.

O avanço da institucionalização do CDS, bem como sua própria legitimidade, foi colocado em xeque quando o governo colombiano cogitou conceder aos Estados Unidos o direito de utilizar sete bases militares em seu território como base logística para o combate ao narcotráfico na região. A possibilidade do acordo entre Bogotá e Washington causou desconforto diplomático entre os países da região, apresentando-se como uma das situações de maior tensão da última década. A UNASUL, a partir de uma iniciativa da Presidenta argentina Cristina Fernandez Kirchner e de modo a controlar as tensões, realizou uma reunião extraordinária em Bariloche, Argentina, onde discutiram-se medidas para de solucionar a querela²²⁸.

O encontro foi realizado no dia 26 de agosto de 2009 e teve como eixo principal a discussão de medidas de transparência entre os países da região. Na oportunidade, após um árduo processo de discussão²²⁹, a adversidade foi superada pela conjunção das vontades políticas. Nilda Garré, que na época exercia o cargo de Ministra da Defesa do governo argentino, comentou o marco:

²²⁷ CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano: crónicas de su gestación**. Santiago de Chile, julio de 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/gestacion-del-csd-libro-chile.pdf>>. Acesso em 02 de nov. de 2013. (Tradução nossa)

²²⁸ CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. **Reunión Extraordinária de Jefas y Jefes de Estado y Gobierno de la Unasur**. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=340%3Areunion-extraordinaria-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno-de-la-unasur&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2010.

²²⁹ A questão polarizou a região, colocando Colômbia e Peru à favor da instalação das bases, pois este último também lida com o problema do narcotráfico, e Venezuela no extremo contrário a esta instalação, pois via o acordo como uma movimentação norte-americana como uma ameaça ao país. O Brasil situou-se ao centro na discussão, preferindo não adotar nenhum posicionamento mais extremo. Entretanto, apontou para a necessidade urgente de que o texto do acordo fosse disponibilizado às nações vizinhas de modo a dirimir desconfianças e que garantias jurídicas fossem dadas sobre os objetivos do acordo.

A Cúpula de Bariloche demonstrou que a genuína vontade política de nossos governantes, processada pelos órgãos da UNASUL, se materializou em compromissos consensuais a nível de Estado, com medidas específicas que se traduzem em mais e melhores garantias de paz e segurança para os nossos povos. Bariloche sem dúvida constitui um passo transcendente e irreversível para o logro desse objetivo comum que é converter a América do Sul em uma verdadeira "Zona de Paz"²³⁰.

Ao final do encontro, ficou clara a necessidade de desenhar medidas de construção da confiança e transparência sub-regional. Nesse sentido, decidiu-se pela convocação de uma reunião extraordinária na primeira quinzena de setembro para elaborar um conjunto de medidas. Acatando à decisão, realizaram-se na cidade de Quito dois encontros, nos dias 15 de setembro e 27 de novembro, nos quais os Ministros da Defesa e Relações Exteriores dos países do órgão arguiram sobre possíveis arquiteturas de prestação de contas e transparência em assuntos militares.

Apesar da primeira reunião ter sido marcada pela relutância dos países em adotar uma postura mais transparente, bem como pela negativa colombiana em divulgar o texto do tratado proposto com os Estados Unidos, o segundo encontro obteve melhores resultados. No dia 27 de setembro, os países conseguiram conciliar as diferentes perspectivas sobre a temática, categorizando as medidas de construção da confiança a serem tomadas em cinco eixos: intercâmbio de informação e transparência; atividades militares intra e extra-regionais; medidas no âmbito da segurança; garantias; e cumprimento e verificação. Em cada eixo foram detalhadas medidas mais específicas. Destacamos a seguir as proposições incluídas no primeiro eixo: a) Criar uma rede para intercambiar informação sobre políticas de defesa; c) Informação de forças militares: efetivos, armas e equipamento; d) Estabelecimento de um Banco de Informação dos países da UNASUL sobre o registro de transferência e aquisição de equipamentos e Armas Convencionais, em adição à informação que deve se remeter à ONU e à OEA; e e) Desenvolvimento de um mecanismo de notificação e registro do texto integral dos acordos de cooperação intra e extra-regionais em matéria de defesa e segurança. Uma vez que os tratados sejam aprovados, a submissão das informações deve conter os objetivos gerais, alcance e vigência dos mesmos, bem como o registro de aquisições e transferências de armas e equipamentos²³¹.

²³⁰ GARRÉ, Nilda. La Cumbre de Bariloche y su impacto en la consolidación de la paz y seguridad en Sudamérica. In: **Cuadernos de defensa Confianza y seguridad en América del Sur**. Quito: CDS UNASUR, 2010. p. 14. (Tradução nossa)

²³¹ UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Reunião extraordinária de ministros de relações exteriores e da defesa da UNASUL**. Equador, Quito, 27 de novembro de 2009.

Especificamente em relação à transparência em gastos militares, é proposta a submissão de um relatório sobre gastos de defesa com base no exercício fiscal precedente, adequando-se às categorias enunciadas no mecanismo de apresentação de gastos militares das Nações Unidas, e a remissão de forma gradual dos orçamentos de defesa dos 5 últimos anos. Porém, devido ao seu caráter ainda incipiente, acreditamos que a proposta era praticamente uma cópia do mecanismo da ONU, ainda sem clareza suficiente para incluir em sua concepção características sub-regionais. Isso só seria atingido posteriormente com a maturação da iniciativa no âmbito do CEED.

Na última parte do documento final da reunião, o qual descreve as medidas discutidas, consta uma forte afirmação: a) Fica proscrito, entre os Estados Membros da UNASUL, o uso ou a ameaça do uso da força, bem como qualquer tipo de agressão militar ou de ameaças à estabilidade, a soberania e a integridade territorial dos outros Estados Membros. Apesar dos avanços conseguidos naquela reunião, uma afirmação como essa é questionável, dado que as medidas ainda nem haviam sido implementadas. As medidas desenhadas em Quito foram avaliadas em uma série de reuniões subsequentes:

Tabela 7 - Reuniões de Elaboração das MFCS no Âmbito do CDS

REUNIÃO	DATA E LOCAL	AVANÇO
Reunião Extraordinária de Chefas e Chefes de Estados e Governo da UNASUL	15 de setembro e 27 de Novembro 2009. Quito, Equador	Medidas de fomento da confiança foram propostas e medidas específicas já foram aprovadas*
II Reunião da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul-Americano	28 y 29 de janeiro, 2010. Manta, Equador	Maioria dos procedimentos de fomento da confiança foi aprovada por consentimento
I Reunião Extraordinária da Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul-Americano	5 de maio, 2010. Guayaquil, Equador	Finalização das recomendações formuladas pelos Grupos de Trabalho e remissão do conjunto de medidas aos Ministros de Defesa para aprovação.
II Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano	6 y 7 de maio, 2010. Guayaquil, Equador	Aprovação do conjunto de procedimentos para aplicação das Medidas de Fomento da Confiança e Segurança e remissão ao Conselho de Ministros de Relações Exteriores para sua aprovação
III Reunião Ordinária do Instancia Executiva do Conselho de Defesa Sul-Americano	14 y 15 de julho, 2010. Quito, Equador	Argentina, Chile e Peru apresentam o Plano de Trabalho para o desenho de uma Metodologia Comum de Medição de Gastos Militares.
Reunião Extraordinária de Chefas e Chefes de Estado e Governo da UNASUL	15 de julho, 2010, Lima, Peru	Aprovação do Plano de Medição de Gastos e Intercâmbio de Informações

*Aprovadas na reunião de 27 de novembro

Fonte: Elaboração própria com base no Informe de Gestión - Presidencia pro tempore Ecuador Consejo de Defensa Suramericano UNASUR 2009-2010.

O documento final aprovado foi intitulado “Procedimentos de aplicação das Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança”²³². Em relação aos gastos de defesa, decidiu-se que o Conselho aplicaria as medidas de transparência dos orçamentos em duas etapas: 1) coleta das informações e levantamento dos processos de aprovação dos orçamentos nacionais da defesa; e 2) homologação das informações e estabelecimento de um mecanismo de medição padronizada de gastos militares. A iniciativa foi incorporada à elaboração do Plano de Ação 2010-2011, que delegava aos governos da Argentina, Chile, Equador, Peru e Venezuela o desenvolvimento da proposta. Os trabalhos progrediram em quatro oficinas, até que em La Paz, Bolívia, a metodologia desenhada é aprovada unanimemente pelos Estados.

Tabela 8 - Reuniões de Elaboração da Metodologia de Gastos Militares do CDS

ENCONTRO	LOCAL	AVANÇO
I Oficina	Buenos Aires, Argentina, 27 de agosto, 2010	Desenhou-se uma proposta técnica preliminar com os conceitos que seriam posteriormente incluídos na metodologia
II Oficina	Santiago, Chile, 5 de novembro de 2010	Os alcances da primeira reunião foram revisados e ajustes foram realizados. No encontro, uma definição de Gasto de Defesa foi acordada
III Oficina	Santiago, Chile, 2 de junho de 2011	Uma nova revisão foi realizada. O avanço da reunião foi o estabelecimento de prazos e outros aspectos necessários para a remissão das informações.
IV Oficina	La Paz, Bolívia, 19 de julho de 2011	É apresentado um informe final dos avanços no desenho da metodologia, aprovado por unanimidade.

Fonte: elaboração própria com base nas informações contidas em CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano: crónicas de su gestación**. Santiago de Chile, julio de 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/gestacion-del-csd-libro-chile.pdf>> Acesso em 02 de novembro de 2013.

4.1 GASTOS MILITARES DA AMÉRICA DO SUL

Antes de realizarmos um estudo mais atento da metodologia empregada pelo Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano, é pertinente que façamos um levantamento das características estruturais do financiamento da defesa na sub-região. O intuito é, a partir da observação das idiossincrasias orçamentárias da defesa, avaliar a construção metodológica do CDS em sua relevância.

²³² CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA. **Procedimentos de aplicação das Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança**. Disponível em: <http://www.ceedcads.org.ar/Espanol/09-Downloads/PROCEDIMIENTOS_MEDIDAS_DE_CONFIANZA_Y_SEGURIDAD.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013.

A partir da década de 1990, América do Sul teve um salto qualitativo na segurança regional. No decorrer do período, estabeleceram-se múltiplos arranjos cooperativos no âmbito da defesa, acordos de limitação de armamentos e medidas de fomento à confiança de modo a desconstruir as percepções de ameaça²³³. Nesses anos houve uma conjunção de variáveis responsáveis pelo incremento das relações. Em um nível de análise global, com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, houve uma reorganização das relações internacionais. No campo da segurança, novos objetos são integrados, questionando assim a proeminência dos assuntos militares desfrutada até o momento²³⁴. Nesse movimento, são incluídos, os setores econômico, social e ambiental²³⁵. Não obstante, o esforço empregado em prol da inclusão de novos temas nos estudos da segurança internacional encontra a resiliência dos tradicionalistas. Para este grupo, a inclusão de novas temáticas colocaria em risco a coerência intelectual do campo²³⁶.

Ademais da rediscussão dos parâmetros ontológicos da segurança internacional, o fim do confronto bipolar resultou em uma queda nos orçamentos militares ao redor do mundo. Como podemos observar no quadro a seguir, a década de 1990 acaba com uma redução de substancial nos gastos militares em relação à década anterior²³⁷.

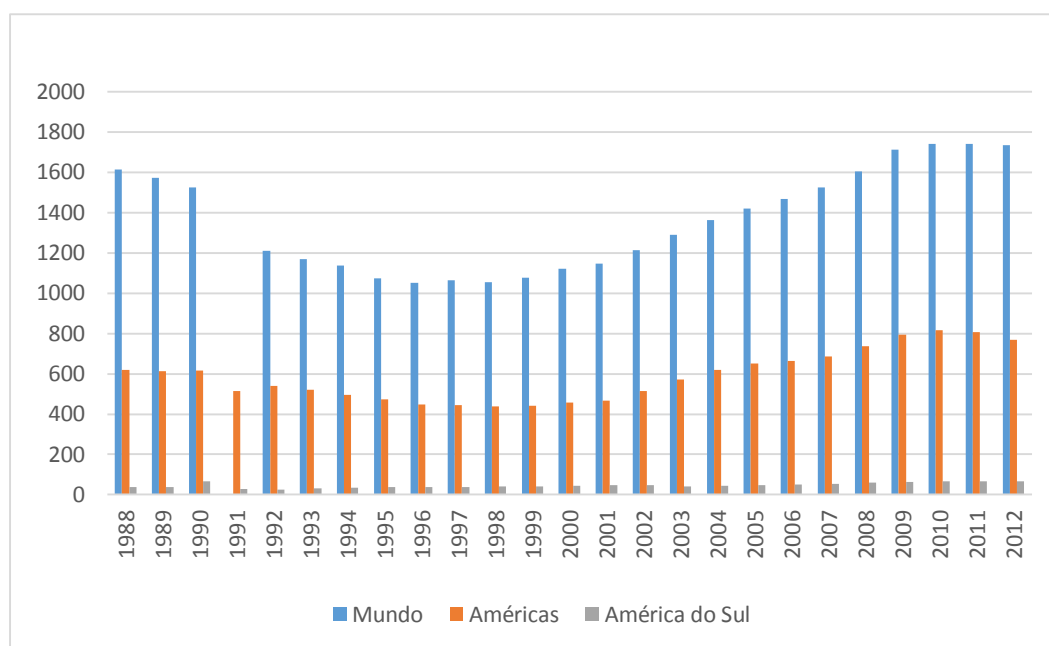
²³³ Como já mencionamos no capítulo 1, em 1991, é firmado entre Argentina, Brasil e Chile o Compromisso de Mendoza, o qual pode ser analisado como uma semente da categorização da América do Sul como uma zona livre de armas químicas. Soma-se a ela a Declaração de Ushuaia, garantindo ao o MERCOSUL, Bolívia, e Chile o status de Zona de Paz.

²³⁴ Ainda que esses novos temas tenham sido integrados de maneira mais incisiva após o término da Guerra Fria, desde os anos 1970 observou-se um alargamento tanto dos estudos de Segurança Internacional quanto das políticas de segurança.

²³⁵ BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

²³⁶ WALT, Stephen M. The renaissance of security studies. **International studies quarterly**. Beverly Hills, v. 35, n. 2, p. 211-239, 1991.

²³⁷ MORAES, R. F.; SILVIO FILHO, E. B. Dos “Dividendos da Paz” à Guerra Contra o Terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria - 1991-2009. In: MORAES, R. F.; SILVIO FILHO, E. B. **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 83. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2012/livro_defesa_nacional_secxxi.pdf. Acesso em 07 de mar. de 2013.

Figura 6 – Gastos Militares Mundiais 1988-2012

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo. SIPRI. **Military Expenditure database**. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/splash-expenditures>>. Acesso em: 25 de set. de 2013²³⁸.

A América do Sul acompanhou a redução, em certa medida, pelos seus próprios motivos. A introdução das políticas econômicas neoliberais pelos governos democráticos, afinadas ao Consenso de Washington, contribuiu para um enxugamento das despesas do Estado. Observou-se que,

As políticas de ajuste derivadas do “Consenso de Washington” motivaram um constrangimento notório dos orçamentos dos Ministérios da Defesa. Houve uma diminuição efetiva do salário real de boa parte do corpo de oficiais, congelou-se o reduziu-se substancialmente a aquisição de novos equipamentos e os gastos em curso se limitaram, afetando o nível de preparação do efetivo das Forças²³⁹.

Na Argentina, com a assunção de Menem e a revisão dos gastos da maquinaria do Estado, concluiu-se que “o Estado não podia sustentar financeiramente uma estrutura militar tal como se havia desenhado ao longo do século. Cortar os gastos do Estado era também cortar os gastos em defesa”²⁴⁰. Soma-se a isso a instrumentalização do

²³⁸Os dados concernentes aos gastos mundiais do período 1990-1991 está subtraído do gráfico devido à falta de informações sobre o orçamento russo. SIPRI. **Military Expenditure database**. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/splash-expenditures>>. Acesso em: 20 de set de 2013.

²³⁹ RESDAL. **El Presupuesto de Defensa en América Latina: la Importancia de la Transparencia para el Monitoreo Independiente**. 1ª ed, Buenos Aires: Ser en el 2000, 2004. p. 23. (Tradução nossa)

²⁴⁰ DIAMINT, Rut. Cambios em la política de seguridade: Argentina em busca de um perfil no conflictivo. **FASOC**, vol. 7, nº 1. p. 4. (Tradução nossa)

estrangulamento dos orçamentos militares em prol do estabelecimento do controle civil sobre as Forças Armadas²⁴¹.

Na dinâmica de gastos militares sul-americana, achamos que duas características ressaltam das estruturas de financiamento das Forças Armadas e que dificultam a promoção da transparência no setor: o financiamento extra-orçamentário (*off budget*) e a Ajuda Militar Externa (AME). No que concerne à primeira, sua prática é caracterizada por desembolsos realizados no setor militar de receitas advindas de outras fontes que não o orçamento regular do Estado destinado à Defesa²⁴², como por exemplo atividades comerciais das Forças Armadas²⁴³. Essa prática iniciou-se nos períodos nos quais os militares assumiram um papel protagônico, irrompendo prepotentemente no cenário político nacional para sequestrar o poder de decisão das mãos dos civis. Sobre o período,

Em tempos em que as Forças exerciam diretamente responsabilidades de governo trataram de expandir suas fontes de recursos criando empresas subsidiárias, abarcando diversas atividades. Assim, houve hotéis, empresas de transporte, só para citar os casos mais conhecidos que foram de propriedade e manejo das corporações militares. As políticas de ajustes levaram na sua privatização ou fechamento²⁴⁴.

Uma das fontes de recursos para tal prática é a carga impositiva sobre a extração de recursos naturais. Países como Chile, Peru, Venezuela e Equador possuem, ou já possuíram, mecanismos que direcionam parte das receitas da extração de recursos naturais para a Defesa. No caso chileno, tal vínculo foi estabelecido pela Lei Reservada do Cobre, de 1958. A legislação, como já comentamos no capítulo dois, direciona uma 10% da receita das vendas do cobre para a Defesa²⁴⁵. A anuência dessa prática reduz ainda mais a transparência nos mecanismos de financiamento das Forças Armadas chilenas, visto que somente as receitas transferidas no ano fiscal corrente são tornadas públicas.

A questão orçamentária da defesa é um ponto sensível na relação entre Chile e Peru. De tal modo, como uma resposta à Lei do Cobre chilena, o governo peruano criou

²⁴¹ Os períodos militares ocorreram na Argentina 1962-1966, 1966-1973, 1976-1982; na Bolívia, 1964-1966, 1969-1978, 1978-1979, 1980-1982; no Brasil 1964-1985; no Chile 1973-1990; Equador 1954-1989; Peru 1962-1963, 1968-1975, 1975-1980; e Uruguai 1973-1985.

²⁴² BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January 2012. p. 11.

²⁴³ Países como Paraguai e Venezuela têm suas Forças ligadas ao setores bancário, industrial, agrícola e de transporte

²⁴⁴ RESDAL. **El Presupuesto de Defensa en América Latina: la Importancia de la Transparencia para el Monitoreo Independiente**. 1ª ed, Buenos Aires: Ser en el 2000, 2004. p. 23. (Tradução nossa)

²⁴⁵ CHILE. Ley Reservada del Cobre, lei no. 13 196. **Diario Oficial de la República de Chile**, 29 de out. 1958

o Fundo para as Forças Armadas e Polícia Nacional²⁴⁶. Seu mecanismo estabeleceu uma contribuição inicial de US\$ 25.000.000 em 2005, seguido de uma taxa de 20% sob a receita da exploração de gás natural do Lote 88²⁴⁷ do campo de Camisea. Em 2006, essa taxa subiria para 40%. Foi prevista ainda a taxa de 30% das receitas geradas pelo lote 56 do mesmo campo. O montante real de recursos financeiros oriundos da extração mineral repassados à defesa é duvidoso, pois a receita é transferida pela Perupetro (companhia estatal responsável pela extração) para o Ministério das Finanças, que por sua vez encaminha a quantia para uma conta bancária²⁴⁸.

Em 2005, o governo da Venezuela criou o Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN na sigla em espanhol)²⁴⁹. Por meio desse instrumento, projetos nas áreas de infraestrutura, saúde e educação seriam financiados com verba proveniente da Petróleos de Venezuela (PDVSA) e do Banco Central venezuelano. Apesar dos objetivos do fundo serem predominantemente sociais, transferências de armamentos foram realizadas com verbas do FONDEN, pois o seu estatuto permite que qualquer projeto julgado pela junta diretiva como necessário para o desenvolvimento nacional, com aprovação do presidente, seja financiado. As cifras repassadas, no entanto, não são conhecidas, pois o FONDEN não divulga seus dados. A Venezuela ainda conta com a Lei Paraguas, que permite que o governo negocie empréstimos externos para o financiamento da defesa. Somado ao FONDEN, a Lei Paraguas contribui ainda mais para a falta de transparência e *accountability* do orçamento destinado às Forças Armadas venezuelanas. Por fim, o Equador, de 1972 até 2008, repassou uma parte da receita das vendas de petróleo às Forças Armadas num montante total desconhecido, pois o valor estava sujeito às mudanças no preço do petróleo no mercado internacional.

A vinculação dos orçamentos militares a atividades comerciais tem como efeito submeter o montante a variações mercadológicas. Para dimensionar o impacto desses mecanismos no financiamento das Forças Armadas, comparamos os dados dos gastos militares do Chile (1988-2012), do Peru (1988-2012) e do Equador (1988-2008)²⁵⁰ com as variações dos preços do Cobre, do Gás Natural e do Petróleo, respectivamente. O

²⁴⁶ PERU. **Ley que crea el Fondo para las Fuerzas Armadas y Policia Nacional**. Ley n° 28 4555. **El Peruano**. 30 de dezembro de 2004

²⁴⁷ BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January 2012. p. 14.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ VENEZUELA. Decreto n° 3854. N° 38 261. **Gaceta oficial de la República bolivariana**. 29 de agosto de 2005.

²⁵⁰ O mecanismo de vinculação das receitas do petróleo aos gastos militares foi extinguido em 2008.

intuito é constatar em que medida os orçamentos militares desses países são sensíveis às variações dos preços dessas *commodities* no mercado internacional. A tabela a seguir sumariza o conjunto dos dados:

Tabela 9 - Gastos Militares Chile, Peru e Equador e Preços do Cobre, Gás Natural e Petróleo 1988-2012

	Preço do Cobre (\$/mt ²⁵¹)	Gastos Militares Chile (milhões de dólares)	Preço Gás Natural (\$/mmbtu ²⁵²)	Gastos militares peruanos (milhões de dólares)	Preço do petróleo (\$/bbl ²⁵³)	Gastos militares Equador (milhões de dólares)
1988	656,23	2678	1,70	197	14,72	439
1989	673,48	2370	1,70	53,7	17,84	468
1990	810,54	2266	1,49	723	22,88	497
1991	557,62	2144	1,77	1077	19,37	505
1992	541,37	2172	2,12	1225	19,02	467
1993	406,36	2372	1,92	1269	16,84	580
1994	547,77	2513	1,72	1491	15,89	528
1995	630,95	2734	2,73	1438	17,18	774
1996	774,33	2756	2,48	1731	20,42	649
1997	624,18	2941	2,09	1723	19,17	741
1998	528,64	3060	2,27	1672	13,06	816
1999	502,62	3166	4,31	1578	18,07	625
2000	453,94	3329	3,96	1482	28,23	608
2001	476,16	3404	3,36	1384	24,35	637
2002	452,68	3387	5,49	1403	24,93	745
2003	515,03	3397	5,89	1487	28,90	1011
2004	886,55	4040	8,92	1646	37,73	945
2005	976,37	4335	6,72	1694	53,39	1240
2006	1289,72	4937	6,98	1626	64,29	1198
2007	2579,99	4944	8,86	1591	71,12	1616
2008	2090,66	5222	3,95	1965	96,99	1873
2009	1719,27	4569	4,39	2076		
2010	2148,45	5131	4,00	2029		
2011	2400,81	5440	2,75	2363		
2012	2064,64	5357				

²⁵¹ Dólares por milhões de toneladas

²⁵² MMBTU significa um milhão de unidades térmicas britânicas. Um BTU é a quantidade de calor num combustível necessária para elevar a temperatura de aproximadamente 473ml de água, em 0,56°C. De maneira geral, 1m³ de gás natural contém 1000 BTUs.

²⁵³ Dólares por barril

Fonte: Dados dos preços das commodities coletados do Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1304428586133/pink_data_a.xlsx>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. Dados dos gastos militares coletados na base de dados do SIPRI. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/splash-expenditures>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. A cotação para os gastos militares utilizada foi a de 2011.

No primeiro caso, concernente aos gastos militares chilenos e o preço do cobre no mercado internacional, ao transferir esses dados para um plano cartesiano as duas variáveis mostram uma tendência crescente ao longo do período em questão:

Figura 7 – Gastos Militares Chilenos (Milhões de Dólares – Cotação 2011)

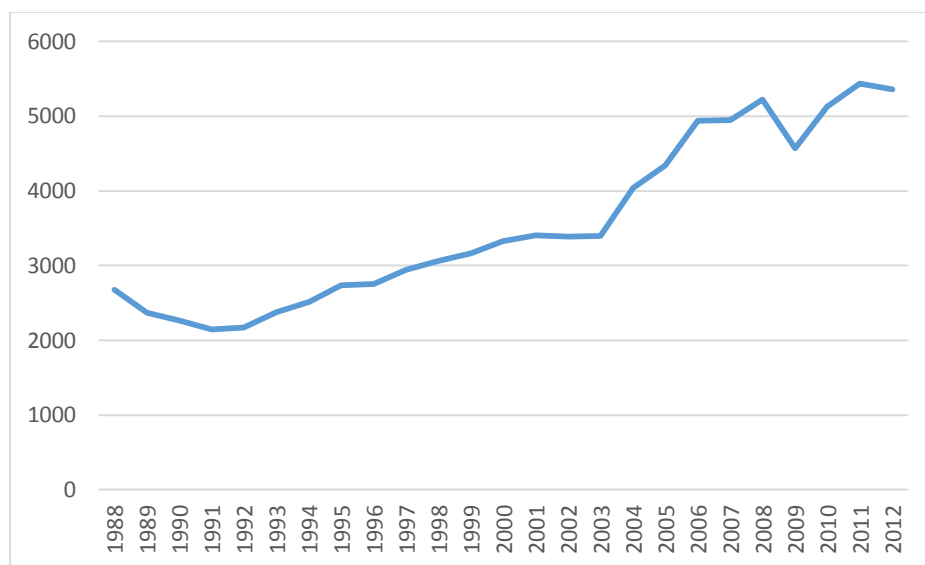
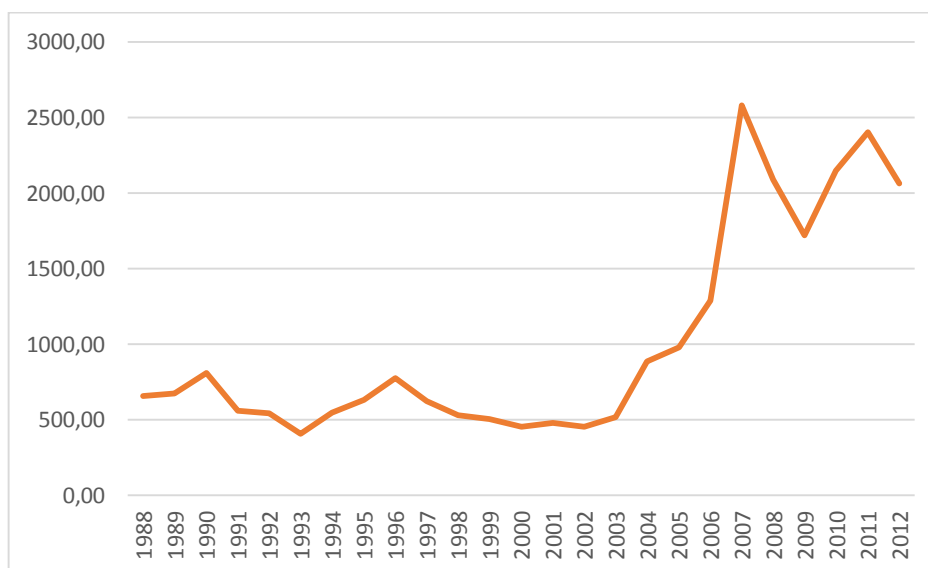


Figura 8 - Preço do Cobre (\$/mt)



De fato, ao calcularmos o coeficiente de correlação entre as duas (R de Pearson)²⁵⁴, encontramos o expressivo valor de 0,86, indicando uma forte correlação entre as variáveis.

No caso equatoriano, comparamos a variação do preço do Petróleo e os gastos militares nacionais:

Figura 9 - Gastos Militares Equatorianos (Milhões de Dólares – Cotação 2011)

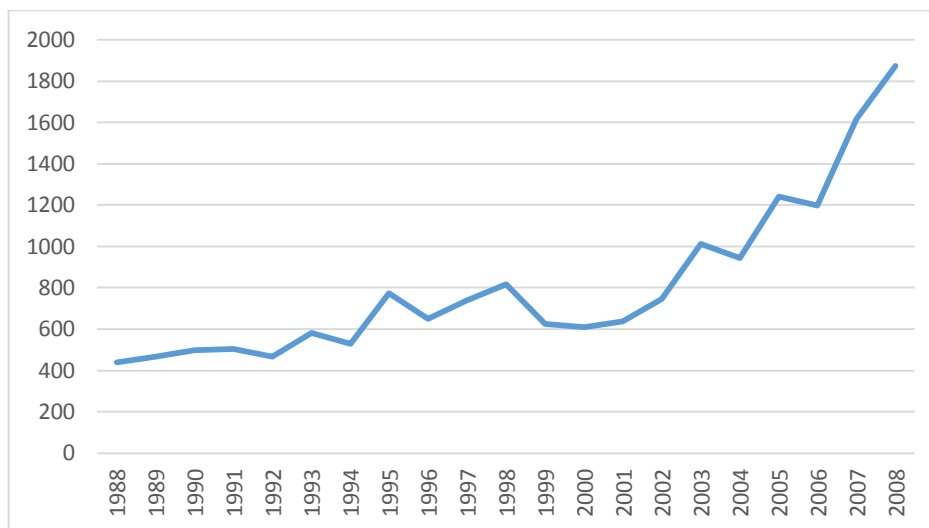
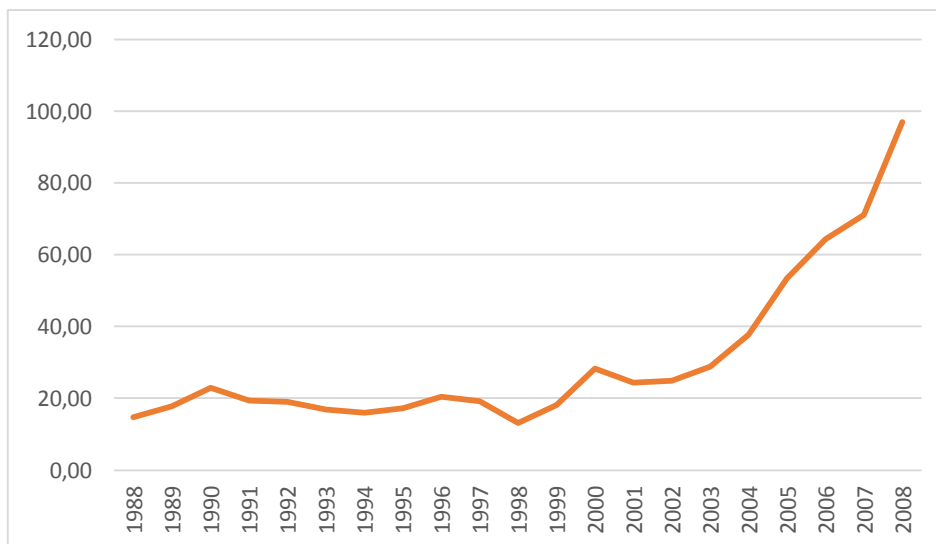


Figura 10 – Preço do Petróleo (\$/bbl)



²⁵⁴ O coeficiente de Pearson é uma unidade de medida para o grau de correlação entre duas variáveis. Seus valores variam entre 1 e -1, sendo 1 indicativo de que as duas variáveis possuem uma correlação linear perfeita (se A sobe, B sobe ou se A desce, B desce) e -1 indicando que as variáveis se correlacionam inversamente de modo perfeito (se A sobe, B desce, e se A desce, B sobe).

A partir da análise do gráfico, a partir de 2002 observa-se que o aumento no preço do barril do petróleo é acompanhada pelos gastos em defesa. A conexão entre os dois indicadores é de tal modo próxima que o coeficiente de correlação entre os dados é de 0,93, ainda mais forte que o encontrado no caso chileno

Ao passo que no Equador e no Chile pôde-se observar um elevado nível de correlação entre os preços das commodities em questão e os montantes destinados ao financiamento das Forças, no Peru isso não ocorreu. O índice de correlação limitou-se a 0,36. Os gráficos a seguir apresentam os números:

Figura 11 - Gastos Militares Peruanos (Milhões de Dólares – Cotação 2011)

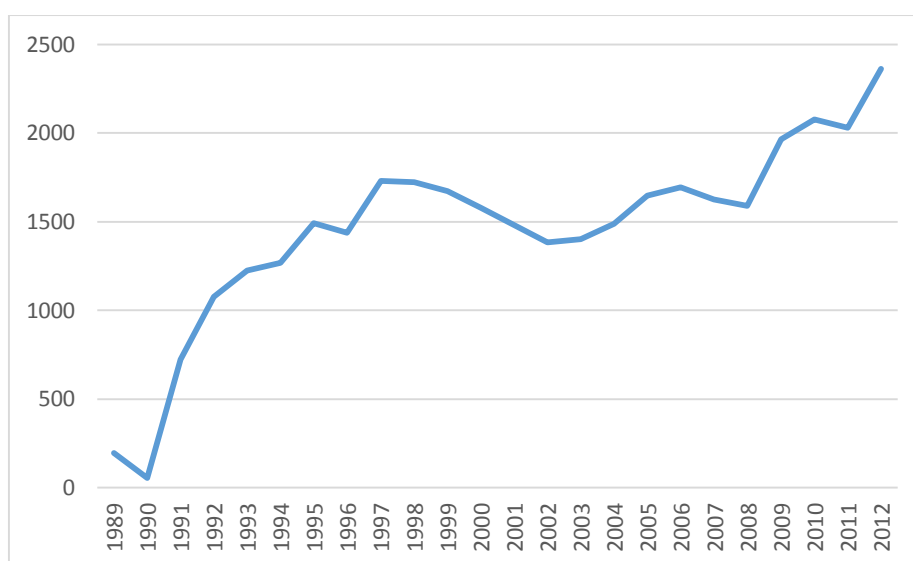
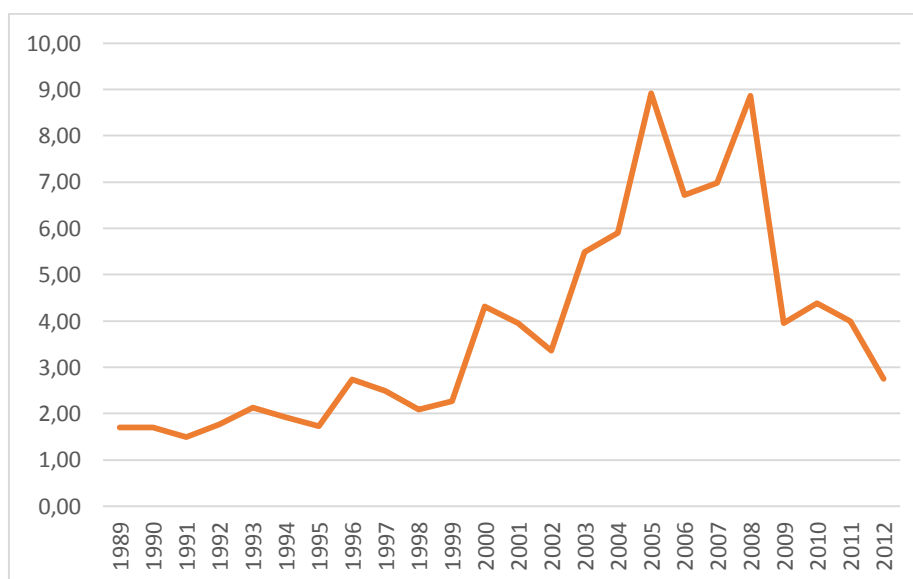


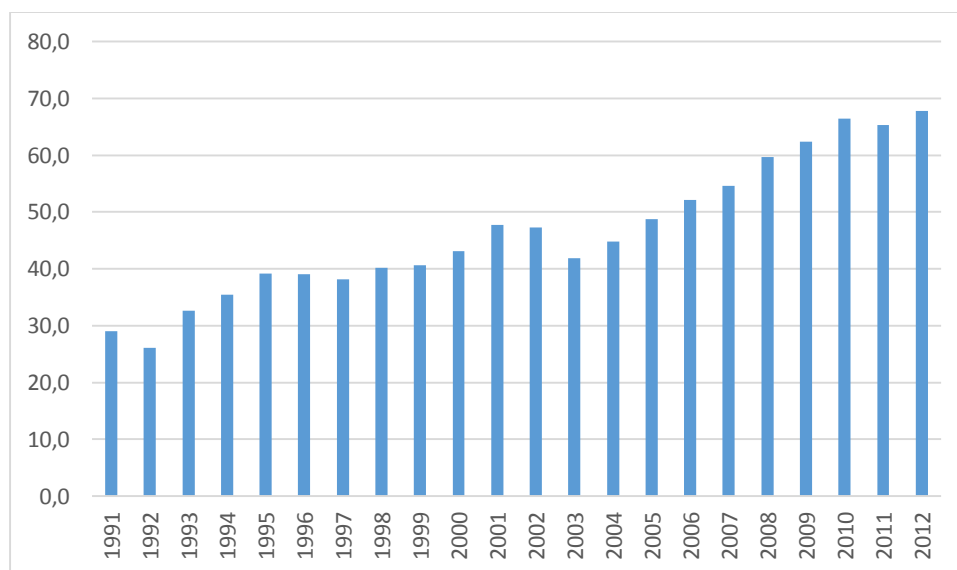
Figura 12 – Preço do Gás Natural (\$/mmbtu)



Não obstante utilizarmos o R de Pearson como ferramenta de estudo, estamos cientes dos cuidados necessários. Nem sempre um alto nível de correlação, seja ele negativo ou positivo, significa causalidade. Porém, nos casos apresentados, sabemos que há um mecanismo legislativo que liga os dois grupos de dados. No caso chileno, por exemplo, o aumento nas vendas do cobre impactará inexoravelmente nos gastos em defesa, dada a Lei do Cobre, implicando uma causalidade. Ressaltamos ainda a característica não inferencial do coeficiente de correlação. Ou seja, seu cálculo não nos permite realizar inferências e estender conclusões. Por isso, os resultados obtidos somente nos permitem concluir a correlação em si.

De maneira geral, os gastos em defesa sul-americanos têm aumentado nos últimos anos. Desde 2003, como pode se observar no gráfico a seguir, há uma tendência mais acentuada nos investimentos realizados no setor.

Figura 13 – Gastos em Defesa na América do Sul em Bilhões de Dólares – Cotação 2011



Fonte: Dados dos gastos militares coletados na base de dados do SIPRI. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/penditures/splash-expenditures>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. A cotação para os gastos militares utilizada foi a de 2011.

O aumento foi visto com alarde por alguns setores que identificavam no incremento dos orçamentos indicativos de uma corrida armamentista²⁵⁵. Entretanto, uma

²⁵⁵ EMOL. Ex Presidente Ex Presidente de Costa Rica denuncia la "carrera armamentista" en América Latina, 21 de mayo de 2010. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/internacional/2010/05/21/414451/ex-presidente-de-costa-rica-denuncia-la-carrera-armamentista-en-america-latina.html>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

análise mais atenta do panorama regional desmonta essa hipótese. Se agregarmos na observação dos fatos uma perspectiva histórica ampliada, vemos na verdade um esforço para a renovação dos equipamentos militares já obsoletos. Rafael Villa²⁵⁶ afiança tal posicionamento,

Quase todos os países sul-americanos iniciaram uma recapitalização de seu obsoleto estoque militar, que data, a maior parte dele, dos anos 50 e 60, e o mais moderno, dos anos 80. Essa recapitalização significa exatamente uma atualização (*upgrade*) e substituição de equipamentos militares²⁵⁷.

Para melhor avaliarmos a dinâmica dos gastos militares em sua complexidade, retomamos dois trabalhos pertinentes a esse propósito. Um deles é o livro *El Presupuesto de Defensa en América Latina: la Importancia de la Transparencia para el Monitoreo Independiente*, publicado pela RESDAL em 2004. Nessa publicação explica-se a metodologia para análise de gastos militares em defesa utilizada pela organização, a qual baseia-se em quatro perguntas fundamentais: 1) Quem gasta?; 2) Para que se gasta?; 3) Em que se gasta, e; 4) Como se financiam os gastos?²⁵⁸. Buscar respostas a essas perguntas é uma maneira de jogar luz ao panorama orçamentário da defesa na América do Sul. O segundo trabalho é de Rodrigo Fracalossi e Edison da Silva Filho, que versa sobre a consideração dos indicadores de gastos militares. Os autores salientam que gastos militares não necessariamente refletem com fidedignidade a capacidade militar de um Estado. A discrepância entre tais indicadores e a capacidade bélica de um país se dá em função do fato de que o investimento em defesa é realizado em três dimensões distintas: intertemporal, geopolítica e da eficiência²⁵⁹. Tal distinção tem impacto nos valores investidos, mas não necessariamente no poderio bélico. Acerca da dimensão intertemporal, os autores apontam a necessidade de analisar os gastos militares dos países tendo em conta um contexto mais amplo, levando em conta investimento passados. Baixos investimentos não refletem, necessariamente, um baixo poder militar, visto que é

²⁵⁶ Em outro trabalho o mesmo autor afirma que o crescimento econômico observado no período em questão foi uma condição de possibilidade para o aumento orçamentário na defesa. Desde os anos 1970, não se via na região índices de crescimento tão elevados. Tal fato, somado à desvalorização do dólar e a vontade política em renovar os estoques são variáveis centrais na explicação do fenômeno. VILLA, Rafael; VIGGIANO, Juliana. Trends in South American weapons purchases at the beginning of the new millennium. *Rev. Bras. Polít. Int.* Vol 55, nº2. p. 28-47.

²⁵⁷ VILLA, Rafael. Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares. *Estudos e cenários*, dezembro, 2008. p. 22.

²⁵⁸ RESDAL. *El Presupuesto de Defensa en América Latina: la Importancia de la Transparencia para el Monitoreo Independiente*. 1ª ed, Buenos Aires: Ser en el 2000, 2004. p. 76-86.

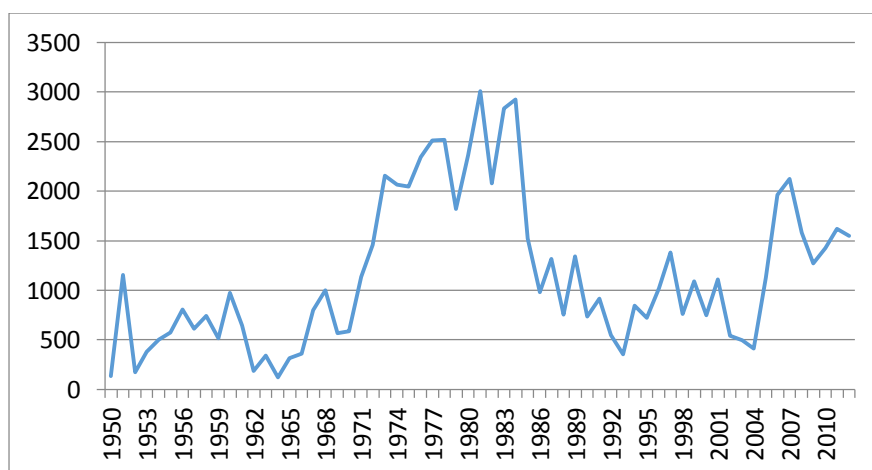
²⁵⁹ MORAES, Rodrigo Fracalossi; SILVA FILHO, E. B. Dos “dividendos da paz” à Guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após a Guerra Fria - 1991-2009. In: _____; SILVA FILHO, E. B. (Org.). *Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 84

possível que altas quantias tenham sido injetadas no setor anteriormente. Portanto, uma análise mais elucidativa da dinâmica dos gastos militares de um determinado país deve levar em conta os ciclos de vida útil dos equipamentos militares, para que uma renovação de estoque obsoleto pelo tempo não seja apresentada como uma manobra desestabilizadora.

A especificidade geopolítica do país investidor define os gastos militares em função dos prováveis cenários de conflito. Um país com uma faixa litorânea extensa tenderá a ter um montante de investimentos militares elevado, face ao alto preço dos materiais bélicos navais. Da mesma maneira, países em condições estratégicas que demandem um maior foco em suas forças terrestres provavelmente terão investimentos menores relativamente aos países litorâneos, justamente devido ao menor valor de manutenção dessas forças. Finalmente, a dimensão da eficiência refere-se à capacidade operacional das burocracias nacionais na gestão dos recursos direcionados à defesa. A ineficiência na utilização da verba poderá gerar uma dissonância entre o total do investimento declarado e a real capacidade de defesa do país²⁶⁰.

O gráfico a seguir mostra o acumulado das compras entre 1950-2012. Observamos que, assim como apontado por Villa, após a concentração de compras nas décadas de 1950-1960-1970, há uma queda até 2004. A partir daí, com o intuito de renovar o inventário adquirido, há um aumento nas compras.

Figura 14 – Soma Anual das Compras de Armamentos da América do Sul 1950-2012 em TIV



²⁶⁰ MORAES, Rodrigo Fracalossi; SILVA FILHO, E. B. Dos “dividendos da paz” à Guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após a Guerra Fria - 1991-2009. In: _____; SILVA FILHO, E. B (Org.). **Defesa Nacional para o século XXI**: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 85.

Fonte: Base de dados sobre transferência de armamentos do SIPRI. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/transfer/splash>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013²⁶¹.

Entretanto, assinalamos a diferença entre compras de armamentos e orçamento militar, especialmente na América do Sul que aqui nos ocupa, onde essa distinção é relevante. Na região, a maior parte dos gastos realizados em Defesa é direcionado ao pagamento de pensões e remunerações, sendo a parcela destinada a investimentos significativamente menor. Isto significa que não necessariamente um aumento nos gastos militares implique em um incremento dos inventários militares.

No que se refere à Ajuda Militar Externa, os Estados Unidos figuram como o maior provedor de recursos na área da Defesa. Os recursos repassados têm como áreas prioritárias financiamento militar, educação e treinamento militar, suporte para operações de paz, combate às drogas e contraterrorismo. Como podemos observar na tabela a seguir, dentre os países membros da UNASUL, o maior beneficiado pela ajuda norte-americana é o governo colombiano. O repasse se dá, na maior parte, por meio do Plano Colômbia, com uma contribuição de quase 35% do montante total por parte dos EUA.

Tabela 10 - Ajuda militar e policial fornecida pelos EUA 2009-2014 em US\$

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Argentina	2,926,987	4,183,327	1,347,750	2,931,750	2,931,750	2,543,750	16,865,314
Bolívia	22,639,640	18,613,454	18,242,600	8,621,600	7,991,600	5,674,600	81,783,494
Brasil	3,672,536	3,312,558	3,159,833	5,654,833	5,832,333	3,021,833	24,653,926
Chile	19,040,419	3,673,947	2,622,046	4,945,046	4,945,046	4,900,046	40,126,550
Colômbia	441,505,261	434,177,248	336,830,537	280,454,537	279,465,805	257,678,917	2,030,112,305
Equador	33,317,540	16,224,256	17,533,155	19,070,155	19,170,155	14,849,155	120,164,416
Guiana	1,257,849	2,500,812	411	364	364	325	5,222,661
Paraguai	2,229,041	4,026,092	3,220,726	7,364,726	7,489,726	6,676,726	31,007,037
Peru	84,830,341	59,950,769	51,679,628	44,205,225	43,565,693	41,428,758	325,660,414
Suriname	1,792,139	1,651,429	755,295	746,295	746,295	732,295	6,423,748
Uruguai	1,214,388	3,031,941	1,301,737	1,233,737	1,233,737	1,144,737	9,160,277
Venezuela	636,66	329	501,5	508,5	508,5	508,5	2,992,660

²⁶¹ Para medir as transferências de armamentos internacionais, o SIPRI desenvolveu a unidade de medida TIV (*Trend Indicator Value*). “A TIV é baseado nos custos unitários de produção conhecidos de um conjunto de armas e destina-se a representar a transferência de recursos militares, ao invés do valor financeiro da transferência. Armas que não tem o custo de produção conhecidos são comparadas com armas nucleares baseadas em: tamanho e as características de desempenho (peso, velocidade, alcance e carga útil); tipo de eletrônica, carga ou descarga arranjos, motor, rodas, faixas ou armamento e materiais; e no ano em que a arma foi produzido. Uma arma que já foi utilizada por outro país tem o valor atribuído de 40 por cento do total de seu valor caso fosse nova. Uma arma já utilizada, porém foi significativamente remodelada ou modificadas pelo fornecedor antes da entrega recebe um valor de 66 por cento de seu valor original”. Para mais informações da metodologia, acessar <<http://www.sipri.org/databases/armstransfers/background>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013. (Tradução nossa)

Fonte: Just the Facts. 'Grant U.S aid listed by country, all programs, entire region, 2009–14'. Disponível em: <http://justf.org/All_Grants_Country>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

Os principais programas de financiamento mantidos pelo governos dos Estados Unidos para a América Latina se referem, em sua maioria, ao combate ao tráfico de drogas internacional. O *International Narcotics Control Law and Enforcement* tem as maiores cifras transferidas, ainda que tenham diminuído com os anos. Em 2009, o montante concedido era de US\$ 703,981,000, em contraste com o orçamento aprovado para o ano de 2014 de US\$ 317,294,271²⁶². Nesse valor, são incluídos salários, benefícios, subsídios, e treinamento de pessoal norte-americano e local no combate ao narcotráfico. Além disso, sistemas organizacionais, ferramentas para fiscalização e controle, bem como outros custos para planejamento do programa, implementação, monitoramento e avaliação também são incluídos. O programa *Section 1004 Counter-drug Assistance* é o segundo na hierarquia orçamentária para a América Latina. O mecanismo permite que os Estados Unidos forneçam treinamento militar a forças policiais estrangeiras com o propósito de combater o narcotráfico. As linhas de auxílio prestadas são: manutenção, reparo e aprimoramento dos equipamentos; transporte de suprimentos e de pessoal norte-americano e estrangeiro; estabelecimentos e operação de bases para treinamento e operação; treinamento de pessoal estrangeiro para manutenção da lei; detecção e monitoramento; construção de bloqueios para evitar o tráfico de drogas nas fronteiras dos Estados Unidos; redes de comunicação; serviços linguísticos e de inteligência, e; reconhecimento aéreo e de terreno²⁶³. Em terceiro lugar, citamos o *Foreign Military Financing* (FMF), programa que almeja promover os interesses dos Estados Unidos ao redor do mundo por meio da capacitação militar dos governos aliados²⁶⁴. Para tanto, o governo norte-americano provê treinamento, serviços, e subsídios para a aquisição de equipamentos militares fabricados nos EUA.

Como o exemplo do FMA deixa claro, na esteira da ajuda econômica e militar provida pelos EUA, vêm as vendas de armamentos. Segundo Fracalossi, o país percebe

²⁶² JUST THE FACTS. U.S. Aid from International Narcotics Control and Law Enforcement, Entire Region, 2009-2014. Disponível em: <http://justf.org/Program?program=International_Narcotics_Control_and_Law_Enforcement>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.

²⁶³ ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. US Department of State. Description of programs. Disponível em <<http://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2006/74680.htm>>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.

²⁶⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. US Department of State. Foreign Military Financing. Disponível em: <<http://www.state.gov/t/pm/65531.htm>>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.

seu comércio bélico como uma ferramenta política, usando-o como forma de combater seus inimigos e grupos insurgentes sem se envolver diretamente no conflito, com o qual intenta manter o status de neutralidade²⁶⁵. A prática ganhou corpo após o término da Segunda Guerra Mundial, como forma de fazer frente ao bloco comunista. Inicialmente, o principal programa utilizado para a transferência desses armamentos foi MAP²⁶⁶. Por meio dele, caso os países solicitantes respeitassem um conjunto de regras acordadas previamente, os EUA forneceriam armamentos sem que nenhum custo financeiro fosse cobrado. Entretanto, fica patente que a concessão de armamentos e ajuda econômica por parte dos Estados Unidos acaba por vincular politicamente o país recipiente a sua esfera de influência. A tabela a seguir ilustra a porcentagem de votos coincidentes entre os países da América do Sul e os Estados Unidos em votações consideradas importantes por esse último²⁶⁷. Vemos que em relação ao Peru e Colômbia, a convergência aumentou significativamente ao longo dos anos, indicando uma maior aproximação política com os EUA. Ao compararmos esses dados com os apresentados pela tabela sobre a ajuda econômica, evidencia-se que são exatamente os dois países que mais receberam verbas no período analisado. No caso específico colombiano, além das altas cifras recebidas, o país é o maior receptor de armamentos norte-americanos da América do Sul. No gráfico seguinte à tabela de votos, ilustramos as transferências de armamentos dos EUA aos países da América do Sul desde 1990 até 2012. Nele, a Colômbia se destaca no começo da década de 2000 com o início do Plano Colômbia.

Tabela 11 - Porcentagem de convergência em votações importantes na ONU entre EUA e América do Sul

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	41,7%	45,5%	37,5%	44,4%	41,7%	50%	40%	60%	58,3%	57,1%	42,9%
Bolívia	35,7%	50%	40%	40%	22,2%	16,7%	0%	30%	33,3%	14,3%	0%
Brasil	38,5%	38,5%	25%	22,2%	20%	30%	12,5%	37,5%	33,3%	33,3%	28,6%
Chile	35,7%	58,3%	40%	40%	33,3%	46,2%	33,3%	58,3%	53,8%	50%	37,5%
Colômbia	38,5%	41,7%	25%	25%	0%	20%	16,7%	60%	50%	83,3%	75%
Equador	35,7%	50%	25%	40%	33,3%	22,2%	10%	25%	30%	0%	0%
Guiana	33,3%	33,3%	22,2%	22,2%	0%	22,2%	12,5%	40%	45,5%	33,3%	16,7%
Paraguai	38,5%	50%	40%	40%	38,5%	55,6%	30%	50%	50%	50%	50%

²⁶⁵ MORAES, Rodrigo Fracalossi. O mercado internacional de equipamentos militares: negócios e política externa. **Texto para discussão 1596**. Brasília, março, 2011. p. 19. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9768>. Acesso em 15 de dez. de 2013.

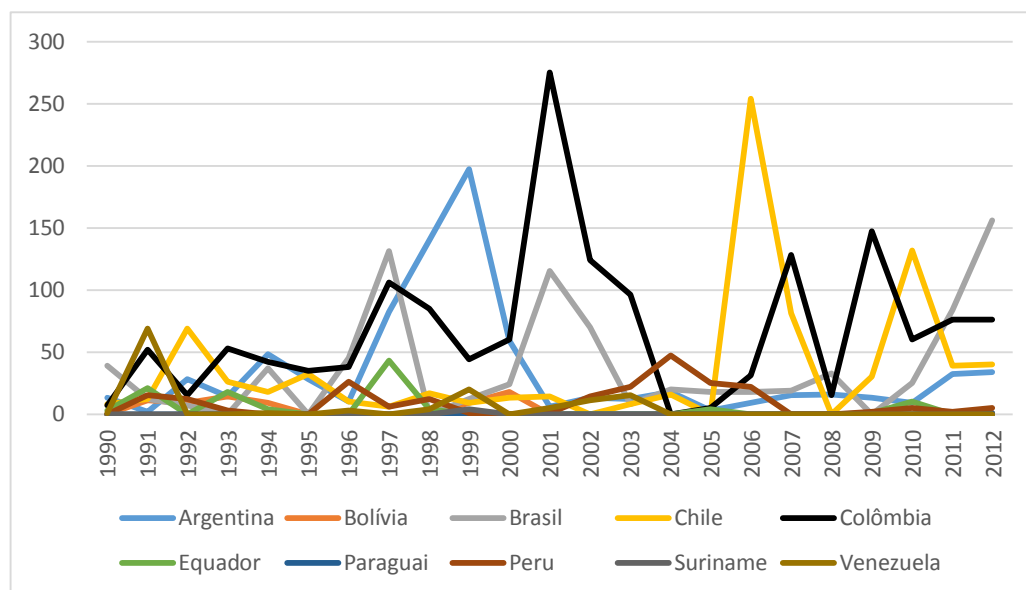
²⁶⁶ Ver início do capítulo.

²⁶⁷ Esse conjunto de votações são explicitadas no documento Voting Practices in the United Nations de cada ano. Entretanto, os critérios de diferenciação da importância das votações não são discutidos.

Peru	38,5%	60%	57,1%	57,1%	50%	60%	44,4%	75%	66,7%	80%	60%
Suriname	0%	27,3%	22,2%	22,2%	0%	14,3%	0%	33,3%	42,9%	50%	16,7%
Uruguai	38,5%	50%	42,9%	37,5%	40%	50%	37,5%	66,7%	60%	25%	33,3%
Venezuela	33,3%	38,5%	11,1%	10%	0%	7,7%	0%	18,2%	16,7%	11,1%	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios Voting Practices in the United Nations dos anos em questão. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/io/rls/rpt/>>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

Figura 15 – Transferência de Armamentos dos EUA para os Países Sul-Americanos em TIV 1990-2012



Fonte: Base de dados sobre transferência de armamentos do SIPRI. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/transfer/splash>>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

4.2 O Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano: Uma Análise Metodológica

O que viria a ser conhecido como o Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano tem como um de seus sustentáculos a convergência no entendimento do conceito de gastos de defesa. Para fins operacionais, entende-se que estes são,

[...] todos os recursos alocados pelo Estado para financiar as atividades que compõem a segurança externa da Nação. Ela inclui também a ajuda externa recebida para esse efeito (monetária e não-monetária). Do ponto de vista institucional, isso significa considerar o gasto das Forças Armadas e suas agências, e todos os outros órgãos do setor público que têm o papel principal defender o país contra desafios externos (governo central mais entidades descentralizadas)²⁶⁸

²⁶⁸ CENTRO DE ESTUDOS ESTRATEGICOS DE DEFESA. **Informe final Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013. (Tradução nossa)

Da prestação de contas são excluídos os gastos realizados na manutenção da segurança interna, mesmo que as Forças Armadas sejam utilizadas para tanto, do mesmo modo que não são considerados pelos cálculos os orçamentos das forças policiais, ainda que ligadas ao Ministério da Defesa. A metodologia de medição baseia-se em dois eixos principais: classificação por objeto de gastos e agência de execução; e padrão de apresentação das informações. Acerca da classificação por objeto, são considerados quatro itens, sendo eles: 1) Pessoal; 2) Operações e Manutenção; 3) Investimentos; e 4) Pesquisa e Desenvolvimento. Quase todos componentes apresentam categorias específicas. No que tange ao Pessoal, discrimina-se a remuneração, entendida como a totalidade de bens que o Estado paga aos profissionais contratados pelo Ministério da Defesa, Forças Armadas e agências relacionadas. O item Operações e Manutenção é desagregado em Bens de Consumo²⁶⁹ e Serviços²⁷⁰. Investimentos são subdivididos em Sistemas de Armas²⁷¹, Infraestrutura Física²⁷², e Outro Equipamento²⁷³. O último item, Pesquisa e Desenvolvimento²⁷⁴ não possui nenhum subitem.

Em relação à Classificação por Instituição Executora do gasto, são consideradas o Ministério da Defesa, o Comando Conjunto, Exército, Marinha, Força Aérea, e Outros²⁷⁵. Os dados requisitados devem ser apresentados respeitando um sistema padronizado de remissão construído nas categorias de Frequência da Série (ano fiscal); Critério de Apropriação do Gasto (baseado em gastos devidos/executados); Fontes de Financiamento (orçamentários e extra-orçamentários); Moeda (local e Dólar dos EUA)²⁷⁶; e Indicadores de Referência. Estes últimos são gasto em defesa como

²⁶⁹ Inclui gastos feitos em conceito de materiais de consumo não duráveis para operação diária, incluindo os destinados à manutenção e reparação de bens de capital. Por sua natureza, são destinados ao consumo final.

²⁷⁰ Inclui gastos feitos para administração e funcionamento regular das instituições da Defesa; inclui, entre outros, serviços básicos de consumo, aluguel, serviços de limpeza, profissionais e técnicos, de impressão e publicidade, comércio e finanças, impostos gerais, outros impostos e contribuições.

²⁷¹ Compreende a aquisição e modernização de equipamentos militares destinados à Defesa, tais como carros de combate, veículos blindados de combate, sistemas de artilharia de grande calibre, aviões e helicópteros de combate, navios de guerra, mísseis e lança mísseis, entre outros.

²⁷² Inclui o custo de construção de instalações (quartéis, pistas de pouso, portos e outras), bem como a aquisição de bens imóveis.

²⁷³ Compreende a aquisição e modernização de, entre outros, veículos, aeronaves, navios de apoio logístico, máquinas e equipamentos (transporte, saúde, comunicações, educação, informática, móveis de escritório e peças maiores) e intangíveis (licenças, licenças especiais, etc.)

²⁷⁴ Inclui os gastos que os governos realizam em iniciativas de desenvolvimento tecnológico, inovação na produção para a Defesa e geração de novos conhecimentos na área. São todas as ações essenciais para a obtenção de novos conhecimentos e/ou pesquisa de suas aplicações.

²⁷⁵ É requisitado que o país o nome e a função das instituições catalogadas nesse campo.

²⁷⁶ A conversão de moedas locais em dólares americanos é realizada de acordo com a taxa média anual de câmbio de mercado.

porcentagem dos gastos totais da administração pública, e como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB)²⁷⁷.

Definiu-se que o depositário do mecanismo de homologação é o CEED. Sua função, além da recepção das informações, é cuidar da consolidação, análise, publicação e armazenamento das mesmas. Para total cumprimento de suas funções, decidiu-se que o Centro estabelecerá uma linha permanente de pesquisa sobre gastos de defesa. Esse conjunto de dados deve ser enviado ao CEED anualmente, até o dia 31 de julho, tendo como base o ano fiscal anterior. Requisitou-se dos Estados que na primeira remessa fossem submetidas informações sobre os gastos em defesa entre 2006-2010. Tendo em conta todos os quesitos estabelecidos, os Estados sul-americanos deveriam enviar seus relatórios de acordo com a seguinte matriz:

Tabela 12 - Matriz do Registro de Gastos de Defesa Sul-Americanos

Conceito	Ministério da Defesa	Comando Conjunto	Exército	Armada	Força Aérea	Outros	Total
1. Pessoal 1.1 Remunerações							
2. Operações e Manutenção 2.1 Bens De Consumo 2.2 Serviços							
3. Investimentos 3.1 Sistema de Armas 3.2 Infraestrutura Física 3.3 Outro Equipamento							
4. Pesquisa e Desenvolvimento							
Total							
Produto Interno Bruto							
Gasto fiscal APN							
Tipo de Câmbio							

Fonte: CENTRO DE ESTUDOS ESTRATEGICOS DE DEFESA. **Informe final Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa.** Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013.

²⁷⁷ Valor Informado pelos bancos centrais ou entidades semelhantes nos países sul-americanos.

Com base nos parâmetros apresentados, o CEED apresentou em Quito, no dia 10 de maio de 2012, o Registro Sul-Americano de Gasto de Defesa. Segundo o documento, no período entre 2006 e 2010, o acumulado dos gastos chegou a US\$126 bilhões, com uma média de US\$ 25 bilhões por ano e uma variação média de 18%. Desagregando essas cifras em cada país, vemos que o orçamento brasileiro foi quase metade do total, com 43%. No que concerne à parcela dos gastos em defesa em relação ao PIB, é possível identificar qual o nível de prioridade que o setor ocupa no orçamento nacional. De um modo geral, a média regional do gasto total de defesa como porcentagem do PIB manteve-se estável, variando entre 0,9% em 2006 e 0,93 em 2010. Ao tomarmos caso a caso, no entanto, vemos que alguns países expandiram o espaço que o orçamento de defesa ocupava nas contas públicas de maneira significativa. O caso mais expressivo é o equatoriano, que em 2006 dedicava 1,79%, mas em 2010 repassou 2,74%, mostrando que o tema da defesa alcançou maior prioridade fiscal.

Outro indicador apontado no estudo é gasto em defesa por habitante da região. O número também cresceu, de US\$ 48,34 em 2006 para US\$ 86,96 em 2010. A média anual de efetivos militares para cada mil habitantes, apesar de variar minimamente, fechou em 2010 com o mesmo número apresentado em 2006: 2,74. A média de todos os anos foi de 2,72. No componente Gastos de Defesa por Objeto, o documento apresenta informações muito interessantes para a consideração da eficiência dos gastos militares na região e sobre como essas cifras são utilizadas. Os gráficos do Registro indicam a enorme disparidade entre o montante destinado à pesquisa na área de defesa vis-à-vis os gastos realizados com Pessoal. O primeiro recebeu em média entre 2006-2010, 0,5% do total destinado à defesa, ao passo que os gastos com pagamento de pessoal atingiram 58,7%²⁷⁸. Em relação à incidência do gasto total em pessoal no gasto total de defesa na região, apesar do Registro colocar essa informação em bilhões de dólares, convertemos as cifras em porcentagem de maneira a ver se a parcela dedicada ao pagamento de pessoal aumentou ou diminuiu no período em questão. Em 2006, a porcentagem era de 62,77%; e em 2007, de 57,94%; diminuindo para 55,92% em 2008. No ano de 2009 a porcentagem subiu para 58,44%; caindo em 2010 para 57,71%. Conclui-se portanto que, apesar de ainda continuarem altos, os gastos destinados ao pagamento de pessoal na América do Sul diminuíram. Finalmente, o último indicador apresentado pelo Registro refere-se aos

²⁷⁸ Operações receberam 23,5% e investimentos 17,3%.

gastos realizados em cada Força considerada pelo estudo. O que se observa é uma preponderância do Exército, com 43% do montante total. Em segundo lugar vem a Marinha, com 24% e depois a Força Aérea com 23%.

O Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa conclui sua apresentação afirmando que, com base nos dados apresentados, não se observa nenhuma tendência armamentista na região ou algum indicativo que reflita uma militarização. Não obstante já termos discutido a questão e chegado à mesma conclusão, os dados apresentados pelo relatório do CEED, se analisados isoladamente, não permitem, ao menos ao leitor que tiver acesso somente às informações disponibilizadas no documento, concluir a mesma ideia. O que foi divulgado em 2012 foi um resumo executivo, carecendo de informações para que fosse feita uma avaliação mais apurada.

A partir de análise da metodologia desenvolvida no âmbito do CDS, chamamos a atenção para algumas idiossincrasias do mecanismo. Preliminarmente, destacamos a influência que a experiência em medição padronizada de gastos militares levada a cabo entre Argentina e Chile teve no desenho do instrumento. Os dois países, que foram responsabilizados pelo CDS de desenvolver o registro multilateral de gastos de defesa, imprimiram em sua arquitetura a expertise adquirida na construção meticulosa da metodologia bilateral empregada por eles entre 1999 e 2001. Duas características dessa experiência foram repassadas ao mecanismo de homologação do CDS. A primeira delas refere-se a maneira como as cifras de Ajuda Militar Externa são contabilizadas. Ao passo que, por exemplo o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), contabiliza os gastos em ajuda militar nas contas do país doador²⁷⁹, o Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano os imputa ao país receptor. Isso reflete uma preocupação com a condição periférica na qual os países da região se encontram no sistema internacional. A elaboração de um desenho metodológico que perceba tal posição é sem dúvida uma mostra do esmero com o qual o mecanismo foi pensado. Outro fator significativo na metodologia é a inclusão de uma categoria de relatório relativa ao financiamento extra-orçamentário. Como vimos, a realocação de recursos para a defesa de áreas não

²⁷⁹ Relembrando a definição de gasto militar do SIPRI, exposta no capítulo 2: gasto em defesa é todo fluxo de capital investido nas Forças Armadas (incluem-se as Operações de Paz); Ministério de Defesa ou outras agências governamentais encarregadas de assuntos de defesa; Forças Paramilitares, quando treinadas e equipadas para operações militares; atividades militares espaciais; pessoal militar e civil; operações e manutenção; aquisições; pesquisa e desenvolvimento militar; e ajuda militar (despesa computada nos cálculos do país doador). ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **Methodology for the comparison of military expenditures**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2005. p. 22. (Tradução nossa)

relacionadas é uma variável importante no estudo da dinâmica dos gastos militares sul-americanos. Uma análise fiel desse cenário não estaria completa se fosse displicente em relação a esse tipo de financiamento.

Outro importante passo discutido no âmbito do CDS na busca do incremento da confiança regional é o estabelecimento de um mecanismo de transparência dos inventários militares. Tal medida permitiria, em comparação com os gastos militares apresentados, ter um quadro mais bem delineado das condições da defesa na América do Sul. No Plano de Ação do biênio 2011-2012, ficou a cargo dos governos do Chile e do Peru a elaboração de uma metodologia para a iniciativa. Entretanto, até o momento, nenhum avanço significativo foi alcançado por esse Grupo de Trabalho.

5 CONCLUSÃO

A importância do estabelecimento de um mecanismo multilateral de transparência em gastos militares na América do Sul é melhor compreendida quando estendemos nosso recorte temporal. De tal modo, é possível ter uma dimensão do longo processo percorrido pela região até a constituição do Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano. Na região, as iniciativas de construção da confiança e transparência militar avançaram mais no âmbito hemisférico e bilateral. No primeiro, as Conferências dos Ministros de Defesa das Américas se mostraram como um foro significativo para uma discussão inicial sobre transparência em gastos de defesa. Ainda na dimensão hemisférica, a Convenção Interamericana Sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais foi um avanço na construção da confiança hemisférica, apresentando inovações metodológicas importantes em relação ao mecanismo equivalente da ONU. No âmbito bilateral, acompanhamos os relacionamentos entre Argentina e Chile, e Argentina e Brasil. Ao estudarmos os dois casos, foi possível acompanhar a paulatina construção de imagens mútuas negativas desde o século XIX. Entre Argentina e Chile, o padrão conflitivo de relacionamento se iniciou com base em disputas territoriais. Os dois países tinham a percepção de que haviam sido tolhidos, um pelo outro, no recorte dos seus territórios no processo de delimitação das fronteiras. No caso argentino-brasileiro, a rivalidade pautou-se na disputa pela hegemonia na Bacia do Prata, região de grande valor geopolítico e estratégico na América do Sul. Quem controlasse o estuário do Prata garantiria sua projeção de poder para toda região. Os dois países tornaram-se competidores estratégicos nas mais diversas áreas. Essa configuração de inimizade recíproca cristalizou-se no imaginário político nacional de ambos países, sendo reproduzida por gerações.

As percepções de ameaça consequentes desses embates traduziram-se nos gastos militares dos países em questão. Ao final do século XIX e início do XX, Argentina, Brasil e Chile engajam-se em uma corrida armamentista, realocando enormes quantidades de capital para o setor de defesa. Ao final, os grandes vencedores dessa corrida foram os capitalistas europeus do setor bélico, que souberam manejar e instigar as percepções de ameaça dos países da região de modo a aumentar suas vendas e suas polpudas ganancias.

Ao longo do século XX, apesar de alguns retrocessos, as relações bilaterais foram se incrementando. Nesse quesito, ressaltamos a utilização da transparência como ferramenta nesse processo. Entre Argentina e Brasil, na esteira da resolução da contenda referente à utilização dos recursos hídricos do rio Paraná, os dois países decidem que era

o momento de iniciar uma parceria no setor nuclear. Desse modo, após anos de negociação e sedimentação das bases dessa cooperação, criam a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A instituição, por meio da transparência, garante que todas as atividades desempenhadas pelos dois países sejam de cunho pacífico. O incremento do relacionamento bilateral desobstruiu o caminho para uma cooperação mais ampla e, conseqüentemente, condicionou a cooperação em defesa e segurança na América do Sul. No que concerne ao caso argentino-chileno, após quase entrarem em conflito em 1978, os dois países se esforçaram para o aprimoramento da relação bilateral. Na década de 1990, há uma melhora significativa do relacionamento com a criação do COMPERSEG, das Reuniões 2+2 e com a publicação dos respectivos Livros Brancos de Defesa. Ao final da década, é iniciado, juntamente com a CEPAL, o desenvolvimento de uma metodologia padronizada de medição de gastos militares. O exercício estendeu-se de 1999 até 2001 e teve seu sucesso reconhecido nos mais diversos foros. Ao passo que a instituição da ABACC e a subsequente aproximação entre Argentina e Brasil foi um condicionante político à construção de um arranjo cooperativo de defesa e segurança na América do Sul, a experiência levada a cabo entre Argentina e Chile nos anos 1999-2001 garantiu que esses países adquirissem expertise em mecanismos dessa natureza que posteriormente seria utilizada no desenho da metodologia de medição de gastos militares do CDS.

Assim sendo, argumentamos que a existência de iniciativas bilaterais de construção da confiança, baseadas em medidas de transparência, contribuiu para que, mais à frente, fosse constituído um arranjo multilateral da mesma natureza. A influência de mecanismos menores na participação dos países que o compõem em mecanismos de maior amplitude foi estudada no capítulo 2. Vimos que, além das variáveis referentes à vontade política e preocupações com a própria segurança, a existência prévia de mecanismos regionais e sub-regionais aparenta ser um fator que ajuda a explicar a similaridade entre os mapas de participação dos países nos mecanismos de transparência da ONU. Isso parece indicar que experiências regionais, sub-regionais ou bilaterais tem dois efeitos: quebram uma mentalidade baseada no segredo, pela qual o compartilhamento de informações militares é percebido como algo que colocaria a segurança nacional em perigo, e criam um corpo burocrático-técnico especializado que pode ser aproveitado em outras iniciativas de arranjos mais complexos, como foi o caso da Argentina e Chile na conformação do Registro Sul-Americano de Gastos. Depreende-se daí que a manutenção de um mecanismo sul-americano de medição de gastos militares

pode incrementar a participação dos países da região em arranjos maiores, como o Instrumento de Apresentação de Gastos Militares da ONU.

A herança metodológica da experiência argentino-chilena apresenta-se em três pontos: a adaptação na conceituação do que seriam considerados “gastos de defesa” por meio de deduções orçamentárias; a inclusão das cifras advindas de financiamento extra-orçamentário; e admissão da verba de Ajuda Militar Externa enquanto gasto de defesa do país receptor. Esses três fatores foram incorporados à metodologia como elemento de originalidade do CDS, garantindo que a iniciativa pudesse refletir a realidade política da sub-região. Porém, apontamos para o fato de que tais adaptações foram possibilitadas pela amplitude do arranjo de transparência, bem como certas similaridades nas estruturas de financiamento das Forças Armadas dos países componentes. Uma metodologia de escopo global, tal como o Instrumento de gastos militares da ONU, não poderia garantir tal nível de especificidade à sua denotação de gastos militares, dada a heterogeneidade dos países que compõem o mecanismo. A medida que a amplitude do mecanismo de transparência diminui, é possível adequar sua estrutura às questões mais pertinentes e específicas naquela determinada região, elevando assim a relevância estratégica da participação na iniciativa.

Consideramos aqui a iniciativa de instauração de um mecanismo de transparência em gastos militares na América do Sul bem sucedida enquanto medida de construção da confiança. Entretanto, seu sucesso deve-se menos ao seu resultado – o Registro de Gastos de Defesa Sul-Americano – e mais pelo próprio processo de sua construção. Ao longo das negociações, todos os países da região procuraram encontrar um ponto de convergência no qual concordaram em compartilhar informações relativas aos seus orçamentos de defesa. A Reunião Extraordinária de Bariloche mostrou que a América do Sul contava naquele momento com uma constelação política capaz de transformar os obstáculos em oportunidades.

Conforme observamos no estudo do Instrumento de Gastos Militares da ONU, a displicência em relação à revisão da metodologia e sua adequação ao cenário político internacional tornaram o mecanismo defasado, apresentando níveis cada vez menores de submissão de relatórios. Desse modo, o Registro de Gastos de Defesa do CDS talvez precise passar por revisões periódicas, realizando oficinas para que o posicionamento dos países membros em relação ao mecanismo seja levada em consideração. O CEED, ao instituir uma linha de pesquisa permanente em gastos militar em seu âmbito, sinalizou que essas questões se encontram em suas preocupações.

Destacamos que para uma consideração mais apurada das capacidades militares dos países sul-americanos e, conseqüentemente, uma sedimentação mais firme da confiança regional, o compartilhamento das informações sobre gastos militares é um ótimo primeiro passo, porém não é suficiente. Como discutimos ao longo do trabalho, um aumento nos gastos militares não necessariamente se traduz em um aumento na capacidade bélica. Para que isso seja avaliado, informações adicionais são necessárias. Nesse sentido, o CEED engajou-se na preparação de um mecanismo de transparência dos inventários militares. No Plano de Ação 2013, foram planejadas reuniões para que se discutam meios de instauração da iniciativa. A junção desses dois indicativos – gastos militares e inventário militar - trará maior clareza na avaliação da distribuição de forças na América do Sul.

Outro ponto que evidenciamos é o acesso do cidadão às informações sobre as quais tratamos ao longo desse trabalho. Do mesmo modo que a transparência de gastos militares pode incrementar a confiança entre os Estados participantes do mecanismo, a divulgação desses dados à sociedade pode fomentar a confiança do cidadão em seu governo e, principalmente, nas suas Forças Armadas. A transparência orçamentária da defesa no âmbito interno é uma ferramenta de controle civil e, conseqüentemente, indicador da qualidade da democracia. O governo, ao privar ou dificultar o acesso a essas informações, obsta o cidadão de saber como as verbas públicas estão sendo geridas. O CDS tampouco tem contribuído para que essas informações cheguem ao cidadão de maneira fácil, visto que seu site oficial na internet se encontra fora do ar²⁸⁰, tornando o acesso às cifras, e a própria pesquisa, difícil. A má gestão executiva do CDS após a Presidência Pro-Tempore do Equador, tornou a pesquisa sobre o tema tarefa complicada, dado que com a retirada do site do CDS do ar, não era mais possível contar com uma base de dados com os documentos pertinentes. A barreira colocada – ou deixada por inércia – pelos países da região, impedindo que os orçamentos de defesa sejam conhecidos só contribui para a imagem equivocada de que a política de defesa, ainda que esteja inserida em um regime democrático, é assunto concernente aos militares com exclusividade. A transparência dos gastos militares constitui-se não só como ferramenta de construção da confiança regional, mas também como instrumento afirmativo da democracia.

²⁸⁰ Até a conclusão dessa pesquisa, seguia fora do ar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Diagnóstico base industrial de Defesa brasileira**. Campinas: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2011.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Porto das Ideias, 2010

ARGENTINA. Ata de Demarcação de Limites com o Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Acordo Arbitragem (Compromisso) a Respeito de uma Controvérsia entre a República Argentina e a República do Chile na Zona do Canal de Beagle. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Acordo Argentino-Chileno de Montevideo sobre o Problema da Zona Austral. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Acta de Puerto Montt. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013

_____. Ata de entendimento de Buenos Aires. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em

<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9> Acesso em 03 de setembro de 2013.

_____. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Convenção sobre Limitação de Armamentos Navais entre o Governo República Argentina e o Governo da República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**.

Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Convenio de amistad y consulta entre la República Argentina y los Estados Unidos do Brasil. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em:

<<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 11 de set. de 2013.

ARGENTINA. Declaração conjunta dos governos da República da Argentina e da República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Declaração Conjunta dos Presidentes da República Argentina e da República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em <http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9> Acesso em 23 de ago. de 2013.

_____. Declaração de conjunta de paz e amizade. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

_____. Declaración Conjunta de los Presidentes de Argentina y Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em 23 de ago. de 2013.

_____. **Ley de Defensa Nacional**, nº 23.554, 05 de maio de 1988.

_____. Memorandum de Entendimento entre a República Argentina e a república do Chile para o Fortalecimento da Cooperação em Matéria de Segurança de Interesse Mútuo. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

_____. Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Defesa da república Argentina e o Ministério da Defesa Nacional da República do Chile referente à Natureza da Força de Paz Combinada Cruz do Sul. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

_____. Protocolo Adicional e Aclaratório do Tratado de Limites entre a República Argentina e o Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=2>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013

_____. Tratado de Limites entre a República Argentina e a República do Chile. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

ARGENTINA. Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Chile e a Confederação Argentina. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Tratado de União Econômica Argentino-Chilena. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

_____. Tratado para Promover um Regime de Livre Intercâmbio Comercial entre o Governo da República Argentina e o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil. **Biblioteca digital de tratados**. Disponível em: <<http://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=9>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 1986.

BANCO MUNDIAL. **Commodity markets**. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1304428586133/pink_data_a.xlsx. Acesso em 11 de dezembro de 2013.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003

BAYOUMI, Tamim; HEWITT, Daniel; SCHIFF, Jerald. Economic consequences of lower military spending: some simulation results. **IMF Working Paper**. Março, 1993.

BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BENOIT, Emile. Growth and defense in developing countries. **Economic development and cultural change**, vol. 26, nº 2, 1978. p. 271-280.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOK, Sissela. Distrust, secrecy, and the arms race. **Ethics**. Vol. 95, Nº 3, Special Issue Symposium on Ethics and Nuclear Deterrence, april 1985, p. 712-727.

BRASIL. Decreto Nº 40.110. Cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 10 outubro de 1956. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D40110.htm Acesso em 14 de setembro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 76.695, de 1 de dezembro de 1975 Promulga o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha. **Diário Oficial da União**. 1 de dezembro de 1975. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123099>> Acesso em: 14 de set. de 2013.

_____. Lei nº 4118 Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a comissão nacional de energia nuclear e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4118.htm>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January 2012.

BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2008

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CANDEAS, Alessandro Warley. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Funag, 2010. p.159

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações **Brasil-Argentina**: uma análise dos avanços e recuos. In Rev. bras. polít. int. vol.48 no.1 Brasília Jan./June 2005.

CARDONA, Diego Cardona. De la seguridad en las americas a la seguridad hemisférica. GRABENDORFF, Wolf (Ed.). **La seguridad regional en las américas: enfoques críticos y conceptos alternativos**. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 2003.

CARTA CAPITAL. **EUA reativam IV Frota e preocupam dirigentes da AL**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205>>. Acesso em: 03 de nov. de 2013.

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES. **Declaração de Bogotá**, 14 de junho de 2006.

CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano**. 11 de diciembre de 2008, Santiago, Chile. Disponível em: <<http://www.unasur.org/inicio/documentos/consejos/consejo-de-defensa-suramericano>>. Acesso em: 11 de nov. de 2013.

_____. **Informe de Gestión** - Presidencia pro tempore Ecuador Consejo de Defensa Suramericano UNASUR 2009-2010.

CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO. **Reunião Extraordinária de Jefas y Jefes de Estado y Gobierno de la Unasur**. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=340%3A-reunion-extraordinaria-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno-de-la-unasur&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA. **Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul Americano**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_CEED_FINAL.pdf>. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

_____. **Informe final Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013.

_____. **Procedimentos de aplicação das Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/PROCEDIMIENTOS_MEDIDAS_DE_CONFIANZA_Y_SEGURIDAD.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2013.

CHILE. **Constitución política de la república de Chile**. Online. Disponível em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=137535&tipoVersion=0>>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

CHILE. Ley Reservada del Cobre, lei no. 13 196. **Diario Oficial de la República de Chile**, 29 de out. 1958

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. História general de las relaciones exteriores de la República Argentina, volumen VII. **La Argentina frente a la América del Sur 1881-193**. Buenos Aires: CARI/Nuevo Hacer, 1999. .

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **Acordos**. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/acnen/pf-atointernacional.asp?Tipo=AT1>>. Acesso em: 28 de dez. de 2013.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica. In: **A visão do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000.

CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. **Brazil: a defense overview**. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/events/080321_brazil_jobim.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2013.

DE LA FUENTE, Pedro Luis. Confidence-building measures in the Southern Cone: a model for regional stability. **Naval War College Review**. Vol. L Nº1, Winter 1997.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1968.

DIAMINT, Rut (Ed.). **Control civil y fuerzas armadas em las nuevas democracias latino-americanas**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1999.

_____. Cambios em la política de seguridade: Argentina em busca de um perfil no conflictivo. **FASOC**, vol. 7, nº 1.

DONADIO, Marcela. El Consejo de Defensa Suramericano y su papel em el desarrollo de la confianza mutua. In: **Cuadernos de defesa nº2** Confianza y seguridade em América del Sur. Quito, octubre 2010.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN. **A common standardized methodology for the measurement of defense spending**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2001

_____. **Methodology for the comparison of military expenditures**. Santiago: Office of the Executive Secretary, 2005.

EMOL. **Ex Presidente Ex Presidente de Costa Rica denuncia la "carrera armamentista" en América Latina**, 21 de mayo de 2010. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/internacional/2010/05/21/414451/ex-presidente-de-costa-rica-denuncia-la-carrera-armamentista-en-america-latina.html>>. Acesso em 11 de dez. de 2013.

ESCUDE, Carlos. Argentina territorial nationalism. **Journal of latin american studies**. Vol. 20, No. 1, maio, 1988.

FLEMES, Daniel. Institution building in Mercosur's defense and security sector (I). Brazil's defense cooperation: between dominant armed services and marked bilateralism. **Arbeitspapiere des IIK, nº 20**. Hamburg: Institute for iberoamerican studies, 2004.

GARAY, Cristián. Las carreras armamentistas navales entre Argentina, Chile e Brasil (1891-1923). **História Crítica**. nº 48, 2012.

GARRÉ, Nilda. La Cumbre de Bariloche y su impacto en la consolidación de la paz y seguridad en Sudamérica. In: **Cuadernos de defensa Nº 2** Confianza y seguridad en América del Sur. Quito: CDS, UNASUR, 2010.

HERZ, J. H. Idealist internationalism and security dilemma. **World politics**. Wanshington, DC, vol. 2, nº 2, p. 157-180. Apud FLEMES, Daniel. "Notas Teóricas sobre a Formação de uma Comunidade de Segurança entre a Argentina, Brasil e Chile". **Rev. Sociol., Polit.** Curitiba, 24, p. 217-231, junho 2005.

HURRELL, Andrew. Security in Latin America. **International Affairs**, vol 74, nº 3, July 1998, p. 529-546.

JERVIS, Robert. From balance to concert: a study of international security cooperation. In: OYE, Kenneth A. **Cooperation Under Anarchy**, New Jersey, Princeton University Press, 1986.

_____. **Perception and misperception in international politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

_____. War and misperception. **Journal of interdisciplinary history**. Vol XVIII, p. 675-700, 1988.

JUST THE FACTS. U.S. **Aid from International Narcotics Control and Law Enforcement, Entire Region, 2009-2014**. Disponível em: <http://justf.org/Program?program=International_Narcotics_Control_and_Law_Enforcement>. Acesso em 17 de dez. de 2013.

KNIGHT, Malcolm; LOAYZA, Norman; VILLANUEVA 1996, “The Peace Dividend: Military Spending Cuts and Economic Growth”. **IMF Staff Papers**. Vol. 43 Março, 1996. p. 1–37.

MANSFIELD, Edward D.; SYNDER, Jack. Democratizations and the danger of war. **International Security**, vol. 20, nº 1, summer 1995, p. 5-38.

MATHIAS, Suzeley Kalil; MATIJASCIC, Vanessa Braga. Defesa no MERCOSUL: avanços para a integração. **Tensões mundiais**. Vol 7, nº 12, p. 234, 2011. p. 223-242

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

MERCADO COMUM DO SUL. **Decisiones del Consejo del Mercado Comum**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/526/1/dec_-_web_-_es_-_julio_2012.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2013.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **El Consejo de Defensa Suramericano crônicas de su gestación**. Santiago de Chile, julio de 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/gestacion-del-csd-libro-chile.pdf>>. Acesso em 02 de nov. de 2013

_____. Ministerio de Defensa Nacional de Chile. **Libro blanco de la defensa 1997**. p. 14. Disponível em <http://www.defensa.cl/wp-content/uploads/LIBRO-DE-LA-DEFENSA-NACIONAL_1997.pdf>. Acesso em: 03 maio 2013.

MONCAYO. Guillermo R. La mediación papal en el conflicto de la zona austral. **Consejo argentino para las relaciones internacionales**. Série de artículos y

testimonios nº51. Outubro 2008. p.7. Disponível em
<<http://www.cari.org.ar/pdf/mediacion-papal.pdf>>. Acesso em: 03 de set. de 2013.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. O mercado internacional de equipamentos militares: negócios e política externa. **Texto para discussão 1596**. Brasília, março, 2011. p. 19. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9768>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

_____; SILVA FILHO, E. B. Dos “dividendos da paz” à Guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após a Guerra Fria - 1991-2009. In: _____.
SILVA FILHO, E. B (Org.). **Defesa Nacional para o século XXI**: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Signatories and ratifications A-64**: inter-american convention on transparency in conventional weapons acquisitions. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/sigs/a-64.html>>. Acesso em: 25 de dez. de 2013.

_____. AG/RES. 1121 (XXI-O/91) **Cooperação para a Segurança no Hemisfério**: Limitação da Proliferação dos Instrumentos de Guerra e Armas de Destruição em Massa.

_____. AG/RES. 1123 (XXI-0/91) **Cooperación para la seguridad hemisferica**, 8 de junho de 1991.

_____. AG/RES. 1179 **Cooperacion para la seguridad y el desarrollo hemisféricos**: Contribuciones regionales a la seguridad global. In: Actas y documentos. Vigésimo segundo período ordinário de sesiones, 18 al 23 de mayo de 1992. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.

_____. AG/RES. 1607 (XXIX-O/99) **Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armamentos Convencionais**. Aprovada na primeira sessão plenária de 7 de junho de 1999. Disponível em:
<<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/a-64.htm>> Acesso em: 05 de jul. de 2013.

_____. Compromiso de Santiago com la democracia y la renovación del sistema interamericano. In: **Actas y documentos, Vigésimo primer período ordinário de sesiones, 3 al 8 de junio de 1991**. Disponível em:
<<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.

_____. **Declaração de Banff**. 2008. Disponível em:
<www.oas.org/csh/docs/Final%20Declaration_Portuguese.doc> Acesso em: 11 de dez. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração sobre Segurança nas Américas**, México, 2003. Disponível em:

<http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp>. Acesso em: 13 de dez. de 2013.

_____. **Declaración de San Salvador sobre medidas de fomento de la confianza y de la seguridad**. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/mfcdeclsans.asp>>. Acesso em: 13 de dez. de 2013.

_____. **Declaraciones y Resoluciones**. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>>. Acesso em: 01 de set. de 2013.

_____. **II Conferencia de ministros de defensa de las Américas**. Declaración de San Carlos de Bariloche. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/spanish/docminist96.asp>. Acesso em: 13 de dez. de 2013.

_____. OEA/Ser.K/XXIX. **Declaración de los expertos sobre medidas de fomento de la confianza y seguridad: recomendaciones para la Conferencia especial sobre seguridad dispuesta por la cumbre**. Miami, Florida, 4 de fevereiro de 2003. Disponível em: <www.oas.org/csh/spanish/.../re00218s04.doc>. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

_____. OEA/Ser.K/XXIX.2 **Declaração de Santiago sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. Santiago, Chile. 10 de novembro 1995. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsantiago.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. OEA/Ser.K/XXIX.2 **Declaración de Santiago sobre medidas de fomento de la confianza y de la seguridad**, 28 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/mfcdeclsant.asp>>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.

_____. OEA/Ser.K/XXIX.2. **Declaração de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. Conferência Regional de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. San Salvador, El Salvador. 7 de abril de 1998. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsansalv.asp>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. **Relatório da presidência da quinta conferência de ministros da defesa das américas organização dos estados americanos**. Washington, D.C., 20 de janeiro de 2003. Disponível em: <scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_03/CP10851P08.doc>. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

_____. **VI Conference of Ministers of Defense of the Americas**. 2004. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/english/docministerials.asp>>. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

OELSNER, Andrea. Consensus and governance in Mercosur: the evolution of the South American security agenda. **Security Dialogue**, vol. 40, nº 2, april 2009. p. 191-212

_____. **International Relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, A. J. S. N.; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Rev. Bras. Polit. Int.** vol. 43, nº2, 2000. p. 108-120.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/46/301. **Study on ways and means of promoting transparency in international transfers of conventional arms**. United Nations: New York, 1992. p. 5. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-24.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2014..

_____. A/46/301. **Study on ways and means of promoting transparency in international transfers of conventional arms**. United Nations: New York, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-24.pdf>>. Acesso em 30 de jun. de 2013.

_____. A/RES/2602-E **Question of general and complete disarmament**. 1836ª plenária, 16 de dezembro de 1969. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

_____. A/RES/3093. **Reduction of the military budgets of states permanent members of the Security Council by 10 per cent and utilization part of the funds thus saved to provide assistance to developing countries**. 2194ª plenária, 7 de dezembro de 1973. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

_____. A/RES/3129(XXVIII). **Co-operation in the field of the environment concerning natural resources shared by two or more States**. 2199ª plenária, 13 de dezembro de 1973. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3129\(XXVIII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3129(XXVIII)&Lang=E&Area=RESOLUTION)>. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

_____. A/RES/35/142 A **Reduction of military budgets**. 94ª plenária, 12 de dezembro de 1980. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

_____. A/RES/43/75 L **International arms transfers**. 73ª plenária, 7 de dezembro de 1988. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/46/36 L **Transparency in armaments**. 66ª plenária, 9 de dezembro de 1991. Disponível em <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 30 de jun. de 2013.

_____. A/RES/56/14 **Objective information on military matters, including transparency of military expenditure**. 68ª plenária, 29 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

_____. A/RES/64/54 **Transparência in armaments**. 55ª plenária, 2 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013

_____. A/RES/66/20 **Objective information on military matters, including transparency of military expenditure**. 71ª plenária, 2 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

_____. **Instrumento Padronizado das Nações Unidas para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares**. Disponível em: <<https://milex.un.org/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. **Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/DOCS/20110201-RegisterFactsheet.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

_____. S/RES/181 **Question relating to the policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/181\(1963\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/181(1963))>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. S/RES/232 **Southern Rhodesia**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/232\(1966\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/232(1966))>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. S/RES/661 **the situation between Iraq and Kuwait**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/661\(1990\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/661(1990))>. Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. S/RES/687 **Iraq-Kuwait**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687\(1991\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687(1991))>. Acesso em: 16 abr. 2013

_____. S/RES/700 **Iraq-Kuwait**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/700\(1991\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/700(1991))>. Acesso em: 16 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Simplified form for submitting “nil” returns on exports and imports.** Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/Forms/>>. Acesso em: 25 de dez. de 2013.

_____. **Transparency in Armaments: Reporting to the United Nations register of Conventional Arms: Fact Sheet.** Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Register/DOCS/20110201-RegisterFactsheet.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2013

_____. United Nations Office For Disarmament Affairs. Promoting further openness and transparency in military matter; an assessment of the United Nations Standardized Instrument for Reporting Military Expenditures. **UNODA occasional Papers N° 20.** New York: United Nations, november, 2010. p. 4. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/OccasionalPapers/PDF/OP20.pdf>>. Acesso em: 26 de jun. de 2013.

_____. United Nations Office for Disarmament Affairs **Study on ways and means of promoting transparency in international transfers of conventional arms.** New York, 1992, p. 4-5. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-24.pdf>>. Acesso em: 30 jun. de 2013.

_____. **United Nations Report On Military Expenditure.** Standardized Report from web. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/convarms/Milex/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. United Nations Statistics Division. **Detailed structure and explanatory notes.** COFOG code 02.1.0. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcs.asp?Cl=4&Lg=1&Co=02.1.0>>. Acesso em 03 jun. 2013.

PERLO-FREEMAN, Sam. Budgetary priorities in Latin America: military, health and education spending. **SIPRI Insights on peace and security**, n° 2, 2011.

PERU. Ley que crea el Fondo para las Fuerzas Armadas y Policia Nacional. Ley n° 28 4555. **El Peruano**. 30 de dezembro de 2004.

_____. Libro Blanco de la Defensa Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.mindef.gob.pe/vercontenido.php?archivo=menu/libroblanco/index.htm>>. Acesso em 17 de dez. de 2013.

RESDAL. **Atlas comparativo de la defensa el América Latina y Caribe 2012.** RESDAL: Buenos Aires, 2012.

_____. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina 2007.** RESDAL Buenos Aires: Ser en el 2000, 2007.

RESDAL. **El Presupuesto de Defensa en América Latina: la Importancia de la Transparencia para el Monitoreo Independiente**. Buenos Aires: Ser en el 2000, 2004.

RESTREPO, Manuel Gómez. La guerra, una visión comparada desde Schmitt y Kelsen. **Journal of International Law**. Vol. 2, 01. Janeiro-Junho 2011.

RUNZA, Ricardo Adrian. Las relaciones argentino-chilenas de defensa: análisis y evaluación desde la perspectiva del Comité Permanente de Seguridad. **Lateinamerika Analysen**, nº 8, junio 2004.

RUSSET, Bruce; SLEMROD, Joel. Diminished Expectations of Nuclear War and Increased Personal Savings: Evidence from Individual Survey Data. **The American Economic Review**. Vol. 83, No. 4 Setembro, 1993. p. 1022-1033.

SAIN, Marcelo Fabian **Alfonsín, Menem e as Relações Cívico-Militares: A Construção do Controle sobre as Forças Armadas na Argentina Democrática (1983-1995)**. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.resdal.org/Archivo/sain-cap7.htm#p1>>. Acesso em 03 de set. de 2013.

SAINT PIERRE, Héctor Luis, WINAND, Érica. Elaboração de uma visão comum de segurança no MERCOSUL. **RESDAL**. Disponível em: <<http://www.resdal.org/sem-flacso-04-mercosur-saint-pierre.html>>. Acesso em: 25 de set. de 2013.

SAINT PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias”. In: SAINT PIERRE, Héctor Luis; MEI, Eduardo (Org.) **Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações**. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. **Las “Nuevas Amenazas” como Subjetividad Perceptiva**. RESDAL.

SCHELLING, Thomas. **The Strategy of Conflict**. Boston: Harvard University Press, 1991.

SCHMITT, Carl. **El concepto de lo político**. Buenos Aires: Folio, 1984.

SINGER, David. J..The level of analysis problem in International Relations. In: KLAUS, Knorr, SINGER; David. J.; VERBA, Sidney (Eds). **The international system: theoretical essays**. Princeton: Princeton university Press, 1961.

SIPRI. **Military Expenditure database**. Disponível em: <<http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/splash-expenditures>>. Acesso em: 25 de set. de 2013.

_____. Reporting to the United Nations Register of Conventional Arms. **SIPRI Fact Sheet**. May 2011.

SOARES, Samuel Alves. Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações?. **Estudos Iberoamericanos**, PUC-RS, v. XXXIV, nº 1, p. 160-180, junho 2008.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Re. Bras. Polít. Int.** 45. p.117-145, 2002

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Reunião extraordinária de ministros de relações exteriores e da defesa da UNASUL**. Equador, Quito, 27 de novembro de 2009.

ESTADOS UNIDOS AMÉRICA. US Department of State. **Description of programs**. Disponível em: <<http://www.state.gov/t/pm/rls/rpt/fmtrpt/2006/74680.htm>>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.

_____. **Foreign Military Financing**. Disponível em: <<http://www.state.gov/t/pm/65531.htm>>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.

_____. US Department of State. **Treaties in Force**, disponibilizados pelo Departamento de Estado dos EUA. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/l/treaty/tif/index.htm>>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.

_____. **Voting Practices in the United Nations**. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/io/rls/rpt/>>. Acesso em 15 de dez. de 2013.

VENEZUELA. Decreto nº 3854. Nº 38 261. **Gaceta oficial de la República bolivariana**. 29 de agosto de 2005.

VILLA, Rafael. Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares. **Estudos e cenários**, dezembro, 2008.

_____; VIGGIANO, Juliana. Trends in South Americans weapons purchases at the beginning of the new millenium. **Rev. Bras. Polít. Int.** Vol 55, nº2. p. 28-47.

VISENTINI, Paulo G.F. O Brasil, o MERCOSUL e a integração na América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 1, nº 1, 2007.

WALT, Stephen M. The renaissance of security studies. **International studies quarterly**. Beverly Hills, v. 35, n. 2, p. 211-239, 1991.

WEZEMAN, Siemon T., The future of the Unites Nations Register of Conventional Arms. In: **SIPRI Policy Paper N°4**. Stockholm: SIPRI. August, 2003.